

3 FPPGS

Anais do 3^o Fórum
do Programa de
Pós-Graduação em
Sociologia do
IFCH/UNICAMP

**CADERNO DE
TRABALHOS**

2016

3 FPPGS

**Anais do 3º Fórum do Programa de Pós-Graduação
em Sociologia do IFCH/UNICAMP**

CADERNO DE TRABALHOS

**Programa de Pós-Graduação em Sociologia
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Universidade Estadual de Campinas**

2016

3º FPPGS

3º Fórum do Programa de Pós-Graduação em Sociologia do IFCH/UNICAMP

Comissão Organizadora	Realização	Apoio
Camila Teixeira Lima Hyury Pinheiro Jules Ventura Silva Leticia Christina Pavarina Maria Caroline Marmerolli Tresoldi Maria Marta Souza dos Santos Silvia Elaine Santos de Castro	Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS) Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) <i>Reitor</i> Prof. Dr. José Tadeu Jorge <i>Diretor do IFCH</i> Prof. Dr. Jorge Coli <i>Diretor Associado do IFCH</i> Prof. Dr. Jesus José Ranieri	Departamento de Sociologia (IFCH/UNICAMP) Secretaria de Eventos (IFCH/UNICAMP) Setor de Publicações (IFCH/UNICAMP) Direção (IFCH/UNICAMP) <hr/> Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA DO IFCH/UNICAMP
Bibliotecária: Neiva Gonçalves de Oliveira CRB/8 n° 6792

F779a

Fórum do Programa de Pós-Graduação em Sociologia do IFCH/Unicamp (3: 2016: Campinas, SP).
Anais do 3º Fórum do Programa de Pós-Graduação em Sociologia, 18 a 20 de outubro de 2016. Campinas, SP: UNICAMP/IFCH, 2016.
162 p.

ISSN 2357-8033

1. Sociologia. 2. Teoria social. 3. Cultura. 4. Pensamento Social. 5. Espaço. 6. Tecnologia I. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. II. Título

CDD — 301

Sumário

Apresentação	11
GT1 Marx como mediação teórica	15
O método de Marx em quatro atos: investigação e exposição do objeto como atuação sobre a realidade HYURY PINHEIRO	16
A mundialização do capital varejista e a reestruturação do trabalho: um estudo a partir do Walmart Campinas LEONARDO MINELLI SILVEIRA	17
Amazônia e pensamento marxista brasileiro: capital, trabalho e globalismo LUIZ FERNANDO DE SOUZA SANTOS	44
Crédito e neuroeconomia: estudo crítico das estratégias econômicas para aceleração da circulação VANESSA BATISTA DE ANDRADE	45
GT 2 Formas e usos do espaço	47
A perspectiva tecnológica da permacultura sobre a crise socioambiental EVANDRO SMARIERI SOARES	48
Imigração e insegurança: representações aprisionam? Uma etnografia no bairro Veronetta FABIANE CRISTINA ALBUQUERQUE	49

Conceito analítico de autonomia relacionado a duas comunidades com sobreposição territorial ao parque Estadual da Serra do Mar - núcleo Picinguaba, Ubatuba, SP.	
GABRIELLA ALMEIDA RANCAN	50
Conflitos armados e mudança social no município de <i>Cité Soleil</i> do Haiti a partir dos anos 1990 até hoje: uma análise crítica da gestão do poder político e do papel das religiões	
JEAN FABIEN	51
Imigração haitiana e política de acolhimento institucional na cidade de São Paulo: 2010-2015	
KASSOUM DIÉMÉ	52
Implicações de governança e impacto ambiental no período de Mao Zedong (China 1949-1976)	
LISANDRA ZAGO	53
GT3: Produções culturais pelas margens	55
Da grife de luxo ao <i>fast fashion</i>: uma análise das estratégias de produção de coleções colaborativas	
BÁRBARA VENTURINI ABILE	56
O popular latino-americano: diálogos entre a canção de Milton Nascimento e a América Latina	
LETÍCIA ALVES DA CUNHA	57
As <i>youtubers</i> e a estética negra: ressignificação, representatividade e identificação	
LETICIA CHRISTINA PAVARINA	75
Pés, cadeiras e leituras de mulata – a cadência do corpo no samba e na memória de mulheres negras de Araraquara/SP	
NEILA DÓRIA DE ANDRADE SILVA	76

As implicações políticas, culturais e econômicas na formação da primeira geração de cantoras de sucesso do Brasil nas figuras de Linda Batista, Dalva de Oliveira, Emilinha Borba e Marlene PAOLA GIULIANA BORGES	77
Cinema negro contemporâneo: mídia, representação social e a luta antirracista no Brasil SILVIA ELAINE SANTOS DE CASTRO	78
GT4: Experiência, tecnologia, liberdade e política	79
As novas tecnologias de informação e comunicação e os movimentos sociais GUILHERME FLYNN PACIORNIK	80
Máquinas, servidão maquínica, inteligência artificial: capitalismo e as transformações da experiência humana GUSTAVO BISSOTO GUMIERO	81
Sites de relacionamentos: motivação e uso de mediadores para o estabelecimento de relações afetivas, amorosas e conjugais MARIA MARTA SOUZA DOS SANTOS	82
Entre marxismo e psicanálise: a produção de identificação pela indústria cultural a partir da imagem MARIANA TOLEDO BORGES	83
A (de)marcação libertária MARIO GUILLERMO MASSINI	108
Atenção-mercadoria e atenção-liberdade na era da conexão online “full time”: choques e associações entre conhecimentos e práticas milenares da atenção e o capitalismo digital emergente THIAGO PIRES GALLETTA	109

GT5 Teorias Críticas	111
A negação do trabalho: sobre estrutura e prática na Teoria Crítica do capitalismo de Postone	
CAROLINA APARECIA GONÇALVES	112
Justiça Social e Teoria Crítica: História e Tendências	
ENRICO PATERNOSTRO BUENO DA SILVA	113
Experiência e psicanálise na Teoria Crítica de Axel Honneth: da negatividade ao reconhecimento	
JOÃO PAULO DOS SANTOS SALVA	114
Teoria do Reconhecimento e Democracia: um debate entre política da diferença e política universal	
RUBIA DE ARAUJO RAMOS	115
GT6 Pensamento Social e Circulação de Ideias	117
E. P. . Thompson e as Ciências Sociais brasileiras	
BRENO AUGUSTO DE OLIVEIRA SANTOS	118
No meio do caminho tinha uma Macabéa	
CAMILA TEIXEIRA LIMA	127
Sobre estantes vazias em corredores silenciosos	
LUÃ FERREIRA LEAL	128
Dois críticos na periferia do capitalismo: as contribuições de Roberto Schwarz e de Beatriz Sarlo para a Teoria Social	
MARIA CAROLINE MARMEROLLI TRESOLDI	129
Modernidade como problema teórico: Max Weber e os intérpretes do Brasil	
PAULO HENRIQUE RIGOLIN DE MORAES	143

GT7 Teorias Sociais não hegemônicas	145
Produção cultural de periferia e ideia de resistência de Antônio Negri	
DALVA REGINA PEREIRA SANTOS	146
“O lugar mais seguro é o <i>front!</i>” Movimento de mulheres curdas e sua luta anti-colonial feminista	
FLÁVIA XAVIER MERLOTTI PANIZ	147
A estrada da sabedoria: a produção de conhecimento no interior do movimento da mulher trabalhadora rural do nordeste (MMTR/NE)	
IASMIM DE ARAUJO VIEIRA	148
Primeiras aproximações à interseccionalidade de gênero e raça	
JULIA DE SOUZA ABDALLA	149
Intervenções – Mesas Redondas	151
Ações afirmativas: propostas de enfrentamento ao racismo institucional	
SILVIA ELAINE SANTOS DE CASTRO	152
“Nada novo em 400 homens brancos decidirem o destino do Brasil”	
MÁRIO AUGUSTO MEDEIROS DA SILVA	156

Apresentação

Caras e caros colegas, é com grande satisfação que apresentamos, nas páginas que seguem, os resumos, os trabalhos completos e dois ensaios recebidos no **3FPPGS - 3º Fórum do Programa de Pós-Graduação em Sociologia do IFCH/UNICAMP**.

A terceira edição do Fórum ocorreu entre os dias 18 a 20 de outubro de 2016, no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. O evento, que é organizado por alunas e alunos do Programa de Pós-Graduação em Sociologia, e recebe o apoio da Coordenação do Programa, bem como das professoras e professores do Departamento de Sociologia, foi fundado com o objetivo dos discentes estreitarem laços no interior do Programa e com a comunidade acadêmica como um todo, compartilhando suas experiências de pesquisa na Pós-Graduação.

Partilhar o desenvolvimento e os desdobramentos dos trabalhos e dialogar sobre os desafios teóricos e metodológicos encontrados nas pesquisas em andamento nem sempre é uma oportunidade presente nos grandes eventos acadêmicos. Tendo isso em vista, o espaço do Fórum procura deixar os alunos livres para apresentarem trabalhos em estágio de projeto, qualificação ou trabalhos já em estágio de conclusão.¹

Neste ano de 2016, o Fórum contou com sete Grupos de Trabalhos, além da realização de duas Mesas Redondas e da Plenária dos Estudantes de Sociologia. Os Grupos de Trabalho se construíram, na maioria dos casos, a partir de temas e questões comuns presentes nas pesquisas, mas buscamos sempre que possível promover um intercâmbio de ideias e estimular o contato com estudantes de diferentes linhas de pesquisa do Programa.

No **GT1, Marx como mediação teórica**, foram debatidas questões clássicas e contemporâneas a partir e por meio de abordagens marxianas e/ou marxistas.

¹ Como nas edições anteriores, o objetivo do Fórum foi promover uma participação mais espontânea dos estudantes vinculados ao PPGS, para que esse espaço funcione efetivamente como forma de estreitar laços e partilhar experiências de pesquisa. Por esse motivo, os autores dos trabalhos ficaram livres para enviar ou não seus artigos (ou versões de projetos de pesquisa), de modo que esses **Anais** são compostos tanto por *resumos simples* quanto por *trabalhos completos*, além de duas contribuições de convidados que participaram das Mesas Redondas realizadas no evento. Vale ressaltar que todos os resumos recebidos compõe essas páginas, mesmo quando os autores não puderam apresentá-los oralmente.

HYURY PINHEIRO, LEONARDO MINELLI SILVEIRA, LUIZ FERNANDO DE SOUZA SANTOS e VANESSA BATISTA DE ANDRADE tiveram seus trabalhos comentados pelo professor DR. SÁVIO MACHADO CAVALCANTE, do Departamento de Sociologia (UNICAMP) e pelo professor DR. HENRIQUE PEREIRA BRAGA, do Departamento de Economia (UFES).

O **GT2, Formas e usos do espaço**, teve na problemática da imigração e nos conflitos por terra e espaço seu eixo central de discussão. FABIANE CRISTINA ALBUQUERQUE, GABRIELLA ALMEIDA RANCAN e JEAN FABIEN contaram com os comentários da Pós-Doutoranda de Sociologia DR. PATRÍCIA VILLEN.

No **GT3, Produções culturais pelas margens**, foram discutidos diferentes formas de produções e representações culturais - na moda, na música, na dança, no cinema, na Internet, entre outras. BÁRBARA VENTURINI ABILE, LETÍCIA ALVES DA CUNHA, LETÍCIA CHRISTINA PAVARINA, NEILA DÓRIA DE ANDRADE SILVA, PAOLA GIULIANA BORGES e SILVIA ELAINE SANTOS DE CASTRO tiveram seus textos comentados pelo professor DR. MARCELO RIDENTI, do Departamento de Sociologia (UNICAMP).

O **GT4, Experiência, tecnologia, liberdade e política**, reuniu uma variedade de trabalhos que discutem formas de experiência social e política contemporânea e suas interfaces com as (novas) tecnologias. GUILHERME FLYNN PACIORNIK, MARIA MARTA SOUZA DOS SANTOS, MARIANA TOLEDO BORGES, MARIO GUILLERMO MASSINI e TIAGO GALLETTA receberam os comentários da professora DRA. GILDA GOUVEA, do Departamento de Sociologia (UNICAMP), e do Pós-Doutorando em Sociologia DR. CAIO VASCONCELLOS.

No **GT5, Teorias Crítica**, agruparam-se participantes que discutiram autores, temas e problemas clássicos e contemporâneos da chamada “Teoria Crítica da Sociedade”. CAROLINA APARECIDA GONÇALVES, ENRICO PATERNOSTRO BUENO DA SILVA, JOÃO PAULO DOS SANTOS SALVA e RÚBIA ARAUJO RAMOS tiveram suas intervenções discutidas pelo professor DR. JOSUÉ PEREIRA DA SILVA, e pelo professor DR. FERNANDO LOURENÇO, ambos do Departamento de Sociologia (UNICAMP).

O **GT6, Pensamento Social e Circulação de Ideias**, reuniu trabalhos que dialogam a produção e a circulação de ideias, tendo como foco o pensamento social produzido no Brasil. BRENO AUGUSTO DE OLIVEIRA, CAMILA TEIXEIRA LIMA,

LUÃ FERREIRA LEAL, MARIA CAROLINE MARMEROLLI TRESOLDI e PAULO HENRIQUE RIGOLIN DE MORAES contaram com os comentários do professor DR. ALFREDO CÉSAR DE MELLO, do Departamento de Teoria Literária (UNICAMP).

Por fim, o **GT7, Teorias sociais não hegemônicas**, agrupou temas que ainda figuram como não hegemônicos na teoria social, mas que vêm ganhando relevância nas últimas décadas. FLÁVIA XAVIER MERLOTTI PANIZ, IASMIM DE ARAÚJO VIEIRA e JÚLIA DE SOUZA ABDALLA tiveram seus trabalhos comentados pela pesquisadora do PAGU/UNICAMP DR. IARA BELELI e pela professora DR. BÁRBARA GERALDO DE CASTRO, do Departamento de Sociologia (UNICAMP).

Além da apresentação de trabalhos dos discentes do PPGS em diferentes Grupos de trabalhos, o **3FPPGS** propôs debates centrados em questões atuais vivenciadas na Universidade e no país. Como 2016 foi um ano marcado por discussões sobre a questão racial na Universidade, a Mesa de Abertura da terceira edição do Fórum, realizada no dia 18 de outubro, debateu as **Ações afirmativas e propostas de enfrentamento ao racismo institucional**. A mesa contou com a participação da professora DRA. DEBÓRA CRISTINA JEFFREY, da Faculdade de Educação (UNICAMP), da doutoranda do PPGS SILVIA ELAINE SANTOS DE CASTRO, e do professor DR. PAULINO DE JESUS FRANCISCO CARDOSO (UDESC).

A segunda Mesa Redonda, realizada no dia 19 de outubro, buscou dialogar com professores da UNICAMP sobre a conjuntura política, econômica e social brasileira. **Temer o presente? Reflexões sobre a crise brasileira** contou com a participação da professora DRA. ANDREA GALVÃO, do Departamento de Ciência Política, do professor DR. MÁRIO AUGUSTO MEDEIROS DA SILVA, do Departamento de Sociologia, e do professor DR. BRUNO MARTARELLO DE CONTI, do Departamento de Economia.

A última atividade do Evento, realizada no dia 20 de outubro, foi a **Plenária dos Estudantes de Sociologia**, na qual as estudantes e os estudantes do Programa conversaram sobre questões pendentes e elegeram novos representantes discentes.

Aos discentes e aos professores que contribuíram com o **3º Fórum do Programa de Pós-Graduação em Sociologia do IFCH/UNICAMP** nossos sinceros agradecimentos.

A Comissão Organizadora.

GT1

Marx como mediação teórica

O método de Marx em quatro atos: investigação e exposição do objeto como atuação sobre a realidade

HYURY PINHEIRO¹
hyure.pnh@gmail.com

Resumo

Tentaremos apontar, de início, três movimentos presentes na reflexão teórico-metodológica de Marx, a qual foi desenvolvida durante o processo de concepção do conceito de capital e apresentada, de modo mais sintético e declarado, ainda que sob a forma de apontamentos, no fragmento *O método da economia política* presente na introdução aos *Grundrisse* de 1857. Entendemos que esses três movimentos guardam uma forte proximidade com os três lados do lógico-real hegeliano, a saber, o lado do *entendimento* (ou *abstrato*), do *negativamente racional* (ou *dialético*) e do *positivamente racional* (ou *especulativo*). Após isso, veremos como esse método em ação demanda uma reflexão sobre o modo de exposição da pesquisa, o qual acaba se mostrando tão central quanto a própria investigação, na medida em que ordena e hierarquiza as determinações do objeto analisado segundo sua própria necessidade imanente – necessidade essa descoberta pela investigação. Assim, aqueles três movimentos de construção do objeto junto a esse esforço de exposição constituem os quatro atos de uma peça que só poderá ser compreendida no seu desfecho. Pretendemos vislumbrar com esse exercício não só a possibilidade de classificar a construção do objeto em Marx nesses termos e refletir sobre a natureza do seu conceito de capital, mas também tentar lançar um olhar mais penetrante no seu fazer teórico, de modo a apreender aí uma reflexão sobre o ofício sociológico.

Palavras-chave: Karl Marx (1818-1883), Método, Dialética, Capital.

¹ Doutorando em Sociologia, orientado pelo Prof. Dr. Jesus José Ranieri e financiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

A mundialização do capital varejista e a reestruturação do trabalho: um estudo a partir do Walmart Campinas

LEONARDO MINELLI SILVEIRA ¹

leominellis@gmail.com

O problema geral que abordaremos é o da relação entre a proletarização do trabalho e a supermercadificação, procurando identificar a centralidade da organização taylorista-fordista do trabalho para explicar a dinâmica desse ramo da economia capitalista. Para tanto, faremos uma incursão geral no problema das transformações do setor, desenhando a anatomia do moderno varejo. Num primeiro momento, exploraremos os vínculos entre a modernização do varejo e algumas metamorfoses do capitalismo do século XX; em seguida, esmiuçaremos sua natureza técnica e organizacional, avaliando criticamente a literatura a partir das categorias marxistas de concentração e centralização de capital. Por fim, situaremos a proletarização entre os vários determinantes da expansão do varejo, a fim de apontar sua importância relativa.

Palavras-chave: Supermercadificação, Modernização do varejo, Proletarização, Classes Sociais, Trabalho.

O processo social que buscamos interpretar é o da supermercadificação, a qual entendemos como um complexo de transformações associadas ao incremento do *peso relativo de modalidades modernas de varejo*. Queremos explorar a natureza geral dessas metamorfoses, abordando-as em termos teóricos, de modo a apontar características comuns, a fim de ver o conjunto de determinantes incidentes sobre o processo. Nesse sentido, faremos uma exposição que não se confunde com os fenômenos empíricos e que pretende ser capaz de abarcar vários processos concretos, os quais são detidos de particularidades que não serão nosso foco.

Trabalhamos com o termo “supermercado” em acepção ampla, conforme a sugestão de Reardon *et al* (2004), de modo a englobar todas as variantes de grande varejo de autosserviço, também designadas pela alcunha “moderno varejo”. O autosserviço comercial é uma modalidade específica de funcionamento das lojas, caracterizado por uma organização do espaço que permite o trânsito dos consumidores ao longo de corredores, onde ficam expostas as mercadorias para a

¹ Mestrando em Sociologia, orientado pelo Prof. Dr. Sávio Machado Cavalcante e financiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

“livre” escolha. Sob a definição “moderno varejo” estão agrupados fenômenos diversos, abrangendo desde unidades de médio porte até vultosos hipermercados. Aqui nos deteremos num sentido genérico de supermercadificação, compreendendo o termo como “propagação do moderno formato de supermercado para substituir formas mais antigas de varejo, tais como o mercado tradicional ou as pequenas lojas” (TILLY, 2007a) ou como concentração das funções de varejo em supermercados.

Esse processo social geral teve seu início nos *Estados Unidos do começo do século XX*. As primeiras redes varejistas surgiram no país já no final do século XIX, no entanto sem que atingissem o sucesso das redes formadas posteriormente. O autosserviço comercial surgiu na década de 20 e o primeiro modelo de supermercado na década de 30 (BELIK, 1999; CLEPS, 2005). A expansão massiva dos supermercados norteamericanos deu-se apenas na década de cinquenta, quando da formação das modernas redes de descontos, enquanto nas outras potências capitalistas ocorreu apenas na década de sessenta (TILLY, 2007a). Não obstante presente na periferia do capitalismo desde a década de 50, a *supermercadificação era tímida até a expansão de políticas neoliberais na conjuntura pós-90*, quando ocorrem bruscas transformações (REARDON *et al*, 2004)

Embora as análises que encontramos não estejam informadas por quadros teóricos de classes sociais, existe um amplo reconhecimento de que essa transição implicou acentuadas transformações no panorama empresarial. A passagem do século XX assistiu a *mudanças radicais no setor*, que inicialmente era marcado por predomínio de pequenos proprietários, que ao final cederam lugar às grandes redes varejistas de descontos. Outro momento de metamorfoses substanciais ocorreu no contexto de globalização, quando algumas tendências prévias se exacerbaram e outras novas floresceram. Ao fim e ao cabo o serviço varejista em todo o planeta estava sob o controle de “corporações gigantes (...) de escala global” (TILLY, 2007a), comandando cadeias de fornecimento e concorrendo em escala mundial (TILLY, 2007a). As conexões do problema com as teorias das classes são bastante evidentes e buscaremos abordá-las na segunda parte, quando veremos o trabalho sob o prisma da proletarianização.

A maior parte da literatura consultada examina o problema sob perspectiva institucionalista, a qual sobreleva a *dimensão microeconômica como determinante das metamorfoses*. É o caso de Reardon *et al* (2004), que se centra na

internacionalização do varejo na conjuntura neoliberal na periferia do capitalismo; de Carden (2013), que trata o problema como “um dos aspectos mais importantes da economia [norte]americana moderna” e de Belik (1999), que analisa o varejo brasileiro à luz das cadeias de coordenação agroalimentares. Uma ampla gama de autores perfila linha parecida (KIM, 1999; SENHORAS, 2003; JIA, 2008; BASKER, 2012). Uma segunda vertente acentua a dinâmica das formas comerciais no interior das mudanças sociais do espaço urbano (PINTAUDI, 1981), em argumento também presente em Cleps (2005) e Barata-Salgueiro (1989). Essa chave explora as relações entre cidade, mobilidade urbana e capitalismo e será útil para a primeira parte da exposição.

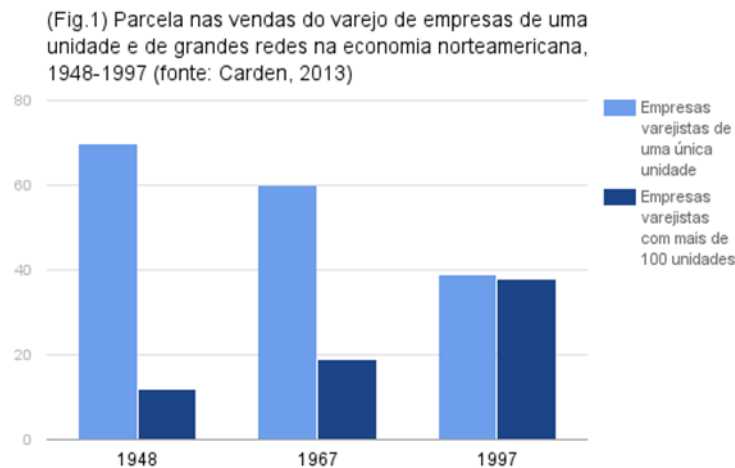
As duas vertentes contribuem na resposta a algumas perguntas que levantaremos na primeira parte: qual a conexão entre o desenvolvimento do *modo de produção capitalista* e o *florescimento da forma comercial supermercado*? Qual a anatomia técnica e organizacional do varejo moderno e como ele foi capaz de vencer a concorrência com os pequenos proprietários? Com a resposta a essas perguntas, queremos abrir caminho para uma outra mais voltada ao nosso problema: qual a relação entre *modernização do varejo* e *classes sociais*?

A passagem da demanda para os supermercados

De modo preliminar, cabe apontar que o processo de supermercadificação e a expansão das redes varejistas são *fenômenos inseparáveis*. As redes são entendidas como grupos de lojas submetidas a um único proprietário ou a grupo unificado de sócios, sendo mais ou menos centradas ou dispersas ao longo de uma ou mais cidades. Inicialmente, a formação das redes se deu no terreno intra-cidades, para depois ocupar regiões, mercados nacionais e, no cenário do capitalismo mundial, o globo terrestre. Ou seja, há *progressão crescente na concentração*, a qual naturalmente não segue percurso linear. Conforme Carden (2013)

(...) o varejo mudou no século XX conforme varejistas independentes e pequenos cederam lugar para redes nacionais de lojas de venda massiva e generalizada. (...) No século XX, a economia dos EUA mudou em direção aos serviços e deixou de ser predominantemente composta pela agricultura e pela manufatura. O final do século XX assistiu a uma contínua mudança estrutural, se afastando dos varejistas de um único estabelecimento (“*Mom-and-pop’ stores*”) e indo em direção às redes nacionais de descontos, que operavam grandes lojas e que ofereciam ampla gama de produtos para diversos mercados (p. 403).

A identificação de mudanças é inevitável (ver fig. 1), de modo que a questão que se coloca é a do *quadro interpretativo* que informa a análise. De modo sintético, a acepção institucionalista apreende as mudanças econômico-sociais a partir de dois grupos de categorias: uma primeira associada às *relações entre oferta e procura* dentro de um contexto institucional determinado e uma segunda vinculada às *economias de escala, escopo e densidade*, que se combinariam para gerar as mudanças organizacionais e tecnológicas.



Essa modalidade de apreciação do problema possui um *ponto de partida idealista*, posto que concebe as mudanças como produto da ação das empresas (e/ou dos “consumidores”), designando esses papéis de protagonismo sem fazer menção à *dinâmica histórica do capitalismo*, que tanto coage quanto confina os comportamentos dos agentes no que tange às reestruturações tecnológicas e organizacionais. Além disso essa tradição fica refém da reificação, uma vez que aceita acriticamente (como premissas) as formas sociais específicas do capitalismo (forma mercadorias e forma capital), bem como os comportamentos determinados pela lógica social dessas formas.

Do ponto de vista da oferta, é necessário identificar a capacidade e o desejo do “mercado” (capitalistas e investidores) realizar investimentos em determinados contextos institucionais, principal fator determinante para a criação da oferta do serviço supermercadista. Nisso está prescrita uma ampla gama de fatores, envolvendo desde a capacidade de financiamento do empresariado e de sua “confiança” até as políticas creditícia e fiscal voltadas para o setor. Nesse sentido, trazem problemas ligados a cada contexto nacional específico, o que não é nossa

preocupação, já que estamos considerando o processo social em seus termos gerais.¹ Por essa razão, nosso foco será na demanda pelo serviço, entendida como a *procura dos compradores pelo serviço supermercadista*, fator responsável pela criação das condições de expansão e de reprodução do setor. Por isso, apontaremos para o conjunto de causas responsáveis pela passagem da demanda para o serviço supermercadista.

Adiantando a exposição da sequência, dividiremos-na em dois grandes eixos, cada um dos quais abarcando um grupo de causas. Cada uma à sua maneira, essas causas explicam a passagem da demanda em direção às unidades mais concentradas, alimentando a modernização do varejo. O primeiro desses eixos engloba as causas não unicamente econômicas, ligando-se a algumas das principais transformações do capitalismo no século XX. O segundo eixo engloba as causas econômicas em sentido estrito, abarcando todos aqueles dispositivos direcionados à redução de custos. Essa distinção será útil para algumas teses que enunciaremos mais adiante.

Transformações no capitalismo e modernização do varejo

Primeira causa: urbanização e mobilidade urbana. Conforme a indicação de todos os autores consultados (BELIK, 1999; REARDON *et al*, 2004; CARDEN, 2013; com destaque para CLEPS, 2005; BARATA-SALGUEIRO, 1989 E PINTAUDI, 1981), a *urbanização é importante causa da supermercadificação*. As mudanças no âmbito espacial informam nosso problema a partir de uma problemática: a da *disjunção espacial* entre as várias atividades realizadas pelos agentes sociais. Segundo argumentaremos, urbanização e mobilidade urbana formam uma das *principais*

¹ A respeito dessa especificidade de contextos institucionais, cabe mencionar o caso brasileiro, seguindo a exposição de Belik (1999). Os primeiros supermercados surgiram no país na década de cinquenta. Entretanto, sua expansão era retardada pelo ambiente institucional, uma vez que prevaleciam condições fiscais que faziam a concorrência pender de modo favorável para os pequenos proprietários. À época, vigorava um imposto “em cascata”, o qual incidia sobre todas as transações comerciais de um produto, de modo que os preços chegavam altos nos varejistas. Nesse cenário imperavam as práticas de sonegação fiscal, amplamente praticadas no setor. Contudo, devido seu tamanho e maior profissionalização, os supermercados tinham dificuldade de escapar à taxação, o que lhes conferia desvantagem. Essa situação só veio a mudar no final da década de 60, quando o imposto em cascata será abolido e o aparato de fiscalização do sistema tributário se tornará mais robusto. Houve ainda outras duas mudanças que favoreceram a supermercadificação no período da ditadura militar: 1) as políticas de coordenação estatal da distribuição de alimentos, levando à economia de custos; 2) o estímulo creditício para o financiamento de grandes lojas e redes. Como se pode notar, a compreensão da dinâmica concreta do setor em cada país depende da política econômica para o setor, envolvendo diversos componentes que dificultam generalização.

causas da modernização do varejo, sobretudo porque trata-se de uma causa que permite à existência das demais. Adiante explicarei e justificarei esta asserção.

O desenvolvimento do capitalismo induziu a urbanização, conforme assinala Lefebvre (2011), sendo a mesma condição tanto da proletarização quanto da organização do mercado interno. A concentração populacional sob relações de mercado trouxe uma disparidade entre os locais de moradia e os de realização de outras atividades, criando um descompasso entre os espaços de residência, de consumo da força de trabalho, de compra dos meios de subsistência e o de outras atividades de natureza cultural. Essa condição trouxe consigo o problema da *mobilidade urbana*, entendida como a capacidade de acesso e circulação aos espaços urbanos por parte da população. Em termos econômicos, a capacidade de deslocamento pelo território tornou-se indispensável para a reprodução social, já que se fez imprescindível para a viabilização dos fluxos da força de trabalho, assim como para a viabilização da realização do valor na ponta do consumo.

A formação dos transportes urbanos coletivos e a generalização do carro serão decisivos para o problema da mobilidade, posto que tornarão possível o *incremento da capacidade de circulação*, bem como da acentuação da disjunção apontada. No que tange ao nosso problema, essa situação elevará a liberdade de escolha dos consumidores, uma vez que será possível escolher o lugar de compras dentro de uma gama de opções. Em outros termos, deixará de existir o *imperativo do vínculo com o comércio local*, base secular do pequeno comércio.¹

Aqui reside o motivo para nossa qualificação da urbanização como causa de especial relevância. A combinação de urbanização e mobilidade urbana ocasionará a *intensificação das relações de competição* entre comerciantes, posto que só então posto que só então de fato elas passaram a oferecer seus serviços a um mercado unificado, detido de presença efetiva da lei da oferta e da procura. *A presença da lei de mercado* será condição para o processo de concentração de propriedade, constituindo a base da marcha de transição do capitalismo concorrencial para o

¹ Evidentemente, essa transição possui implicações para o funcionamento cotidiano do varejo e para as relações humanas no seu seio. Segundo Cleps (2004, p. 87), antes da modernização do varejo “havia certa relação social entre o cliente e o vendedor que, por sua vez, tinha conhecimento sobre as mercadorias, dava conselhos e sugestões, estimulava os clientes a comprar. Muitos vendedores conheciam seus clientes (...). O auto-serviço trouxe no seu bojo uma relação impessoal que acabou com esse contato social. Hoje, as mercadorias apresentam características que atraem a atenção dos consumidores, como se elas próprias se auto-comercializassem”.

capitalismo monopolista. Todos os enunciados que faremos a respeito das causas da supermercadificação dependem em alguma medida dessa condição.

Segunda causa: marketing. A concorrência de mercado faz com que questões simbólicas associadas ao *marketing* ganhem maior relevância para a dinâmica das empresas (KIM, 1999; REARDON *et al*, 2004; JIA, 2008; CARDEN, 2013). A existência de diversas opções de mercado faz com que questões associadas à “confiabilidade da marca” (CARDEN, 2013) se tornem mais determinantes para as escolhas. A formação das redes de supermercados sempre veio acompanhada pela criação de slogans padronizados, assim como do incremento no montante de investimento em marketing nos mais variados dispositivos de comunicação (televisão, rádio, outdoors, etc). Outro ponto é sua maior adequação a dispositivos técnicos e organizacionais modernos, como inserção de tecnologias mais avançadas e a padronização no fornecimento do serviço, fatores apontados pela literatura como relevantes para a escolha do consumidor.

A nova centralidade do marketing ocasiona *vantagens para os capitais mais concentrados*, posto que apenas esses dispõem do montante necessário para fazer investimentos na padronização dos slogans da marca, bem como do seu contínuo aperfeiçoamento. Além disso, os grandes detêm mais capital para dispendem em formas diversificadas de propaganda. A respeito desse ponto, é sintomático o crescimento do montante de capital crescentemente investido no marketing como um todo, o qual cumpre dupla função: em primeiro lugar, atua na *criação de uma cultura consumista*, vinculada às necessidades gerais da reprodução capitalista. Como assevera Harvey (1998), todo incremento da produção precisa ser complementado com aumento na ponta do consumo, de modo que o padrão de acumulação massivo típico do capitalismo fordista precisa ser acompanhado do consumo desenfreado. Em segundo lugar, no contexto de crescente concorrência inter-capitalista a *disputa do público* vem a cumprir *papel cada vez mais decisivo para os capitais particulares* obterem sucesso na atração de fatias do mercado, de modo que investimentos pesados nessas atividades tornaram-se *condição* da valorização do valor.¹

¹ No caso do setor varejista, podemos encontrar um ponto onde as necessidades dos capitais do setor e transformações sociais amplas se articulam. Como o serviço varejista é responsável por parcela significativa do consumo final não produtivo, a indução do consumo através do marketing do setor acaba tendo importante função no aumento do consumo para além das necessidades. O mesmo pode

Terceira causa: pauta do consumo do capitalismo fordista-keynesiano (HARVEY, 1998). O paradigma da produção massiva precisa vir acompanhado de consumo massivo. O consumismo é produto necessário do capitalismo (HARVEY, 1998). Junto a essa mudança, a pauta de produção também passou por um *processo de diversificação* dos valores de uso produzidos. Essas metamorfoses ajudam a compreender a transferência da demanda varejista para o setor supermercadista, uma vez que a nova pauta da produção/consumo vai ajudar a transferir a demanda para o moderno varejo, já que apenas as modalidades modernas de varejo comportam a diversidade e a grande quantidade de mercadorias valorizadas pelos hábitos de consumo emergentes.

Uma forma de expressão do supracitado são as mudanças nos hábitos de compras, caracterizadas por uma transição na frequência de sua realização. Regra geral elas passarão a se realizar semanal e/ou mensalmente, restando sua realização diária apenas para produtos altamente perecíveis. Aqui, cabe ressaltar que a inserção do automóvel como forma de mobilidade e como ideário de consumo se associa com as mudanças, posto que a concentração das compras dependerá do uso do veículo. Por isso Cleps (2004) afirma que “o automóvel é considerado por muitos estudiosos como um dos principais, senão o principal, responsáveis pela redefinição dos locais de compras”. Só com o veículo as compras massivas, diversificadas e concentradas e de pouca frequência se tornarão viáveis.

Quarta causa: aumento da participação da mulher no mercado de trabalho¹ (BELIK, 1999; CARDEN, 2013; REARDON *et al*, 2004). Sob linguajar liberal, uma entrada preliminar no problema é possível a partir da “elevação do custo de oportunidade” (REARDON *et al*, 2004). Essa expressão diz respeito ao aumento da capacidade do tempo de atividade das mulheres gerar rendimento (ou outras benesses), o que faz com que o dispêndio de trabalho em afazeres domésticos inviabilize alternativas mais frutíferas. Por isso, entre outras razões, crescentemente as mulheres optaram pelo trabalho remunerado em detrimento do trabalho doméstico.

ser dito a respeito da modernização do setor como um todo, já que a racionalização do setor é imprescindível para a sociedade do consumo de massa.

¹ A questão das relações entre gênero e classe diz respeito a uma das principais transformações na estrutura social da segunda metade do século XX (ESPÍNG-ANDERSEN, 1993). Por isso, a abordagem do problema será parcial, de modo que destacaremos o apenas algumas dimensões do problema, sempre que for oportuno para chegar aos nossos objetivos.

Daqui surgirá a demanda pelo suprimento dessas necessidades através da economia social, o que ensejará uma mercadificação da satisfação dessas necessidades. O aumento da participação da mulher no mercado de trabalho é inseparável da diminuição do seu tempo de ocupação com as atividades domésticas. Essa transição criará um problema para sociedades patriarcais-capitalistas, que supriam a necessidade do trabalho reprodutivo pela atribuição do mesmo às mulheres, que por isso ficavam confinadas no ambiente doméstico. Como a mulher deixará de suprir necessidades com seu trabalho no ambiente doméstico,¹ surgirá a necessidade da satisfação dessas carências por meio da economia social. Duas soluções serão dadas para esse problema: a emergência de serviços públicos e a mercadorização.

Essa mercadorização será fator explicativo para a modernização do varejo. Duas de suas dimensões merecem destaque. Em primeiro lugar, a industrialização da produção de gêneros alimentícios, fonte de seu barateamento². Essa assertiva abarca desde os alimentos processados até a revolução verde. Em segundo lugar, a formação de novas modalidades de conservação de alimentos, bem como a expansão de formas de conservação já existentes. Refrigeradores e congeladores eletrônicos entram no primeiro grupo, enquanto os enlatados compõem o segundo.³ A produção em escala e o aprimoramento da divisão do trabalho disponibilizaram esses produtos a baixos preços, viabilizando o processo acelerado de liberação da força de trabalho feminina do ambiente doméstico. Esse processo foi fundamental para a supermercadificação por duas razões.

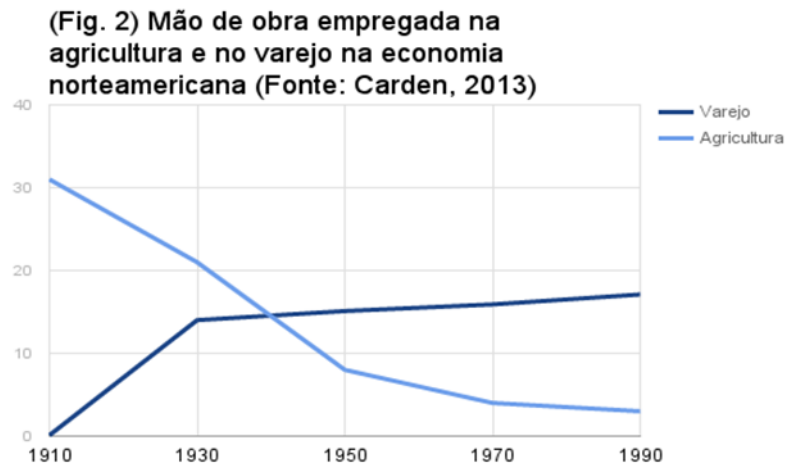
Em primeiro lugar, como assinala Belik (1999), boa parcela do serviço varejista centralizado nos supermercados se concentra na venda de produtos alimentícios industrializados e/ou congelados, de modo que a circulação dos artigos altamente perecíveis costuma ficar dispersa entre comerciantes de pequeno ou médio porte, como é o caso de gêneros hortifrutí (frutas, legumes e verduras [FLV]), dos serviços

¹ Temos ciência de que muitas das afirmações que fizemos a respeito da condição da mulher são imprecisas. Assertivas como a da libertação da mulher em relação as tarefas reprodutivas e a da superação do confinamento no ambiente doméstico precisariam de inúmeras ressalvas, que não faremos para evitar a fuga às finalidades do nosso trabalho.

² Mais precisamente, serão estruturados processos de produção industrial de alimentos com base a matrizes tecnológicas vigentes, e não métodos de produção exatamente novos.

³ Uma combinação de produtos industriais e novas formas de conservação pode ser encontrado no desenvolvimento de produtos químicos para a conservação de alimentos, cuja utilização também experimentará incremento exponencial. Mais precisamente: na elaboração de conservantes incorporados aos alimentos, fonte de elevação de sua durabilidade.

de panificação e de carnes de corte, os quais se realizam em varejões, padarias e açougues de bairro, respectivamente.¹ A capitalização da produção de alimentos foi decisiva para a modernização do varejo, uma vez que foi pela concentração da venda desses produtos industrializados que os supermercados conseguiram centralizar grande parte da função social do varejo. É impossível fazer uma assertiva categórica a respeito, porém é viável afirmar que o processo de concentração teria sido mais lento caso os supermercados dependessem da centralização das vendas de FLV, de pães e de carnes de corte. Uma evidência dessa tese é que pequenos proprietários continuarão a ter relevância na distribuição desses gêneros mesmo no capitalismo mundializado, quando a marcha da concentração e da centralização se acelerou de modo acentuado.²



Em segundo lugar, a liberação de força de trabalho feminina para que se tornasse “livre como pássaro” foi fundamental para que houvesse força de trabalho disponível para a supermercadificação. Esse ramo econômico passou por um intenso processo de expansão, dentro do qual absorveu continuamente uma massa maior de

¹ Nesses gêneros, os hábitos de compra continuarão a manter maior frequência, embora a tendência a substituí-los por congêneres industrializados seja permanente.

² Essa tendência só veio a ser enfraquecida a partir de transformações mais tardias do varejo, ligadas à transição ao capitalismo flexível e à formação de redes de varejo de anatomia mundial, quando inovações técnico-organizacionais vão permitir maior concentração de vendas de FLV. Outras soluções para o capital conseguir concentrar em si esses nichos de mercado deu-se pela inserção dessas atividades nos supermercados (como panificação, serviço de açougue e, mais tarde, de farmácia). Apesar disso, boa parte dessas atividades continuam a ser realizadas por pequenos proprietários. Regra geral, o desenvolvimento capitalista convive com relações sociais não capitalistas, o que ocorre porque existem ramos difíceis de serem adequados às condições de valorização do valor. Disso depreendemos: a formação das relações capitalistas continuamente recria relações pré-capitalistas ou relações mercantis (ou relações capitalistas de desenvolvimento intermediário, conforme Cavalcante, 2012). Essa dialética entre homogeneidade e heterogeneidade é captada por Harvey (1998).

força de trabalho (ver figuras 2 e 3). Nesse ponto, as tendências do varejo são parte da tendência à terciarização das economias capitalistas desenvolvidas. Segundo Saffiotti (1976), há “acentuada tendência para a mão-de-obra feminina localizar-se no setor terciário das atividades econômicas nas nações altamente desenvolvidas”.¹ Nesse sentido, parece provável que parte significativa dos empregos gerados pela modernização do varejo tenha sido ocupado pelo contingente feminino, cuja presença no mercado de trabalho estava em expansão no mesmo período.² Temos motivos para acreditar que a supermercadificação se inseriu como parte dessas tendências mais gerais das economias capitalistas desenvolvidas, sendo uma das dimensões associadas do processo de transição para as denominadas estruturas de classe pós-industriais (ESPING-ANDERSEN, 1993).

Portanto, proletarização do contingente feminino e supermercadificação são fenômenos associados, uma vez que o primeiro processo atuou duplamente para a formação do segundo: por um lado na liberação de força de trabalho para a modernização do varejo e, por outro, pela formação dos gêneros alimentícios cuja venda se concentrou nos supermercados. Vimos também que a urbanização, a mobilidade urbana, o consumismo típico do capitalismo fordista e a ascensão do marketing concorreram para transferir a demanda para as modalidades modernas de comércio.

Como todas essas mudanças estão imbricadas no desenvolvimento do capitalismo ao longo do século XX, justifica-se a afirmação de Tilly (2007a) segundo a qual “o grau de penetração dos supermercados [no varejo] está intimamente associado com o nível de renda da nação” (TILLY, 2007a). Como nível de renda e desenvolvimento capitalista são fenômenos relacionados, pode-se concluir que quanto maior o nível de renda, tendencialmente maior será a presença das modalidades modernas de varejo. Essa assertiva, já válida sob consideração das

¹ Ainda segundo Saffiotti (1976, p. 48): “Nos Estados Unidos, em 1900, 55% dos efetivos femininos se dedicavam às atividades terciárias, subindo este montante para 70% em 1950; na Bélgica, esta percentagem passa de 49% em 1930 a 53% em 1947; na Suíça, eleva-se de 54% em 1930 a 59% em 1950; na Suécia, de 52% em 1930 a 68% em 1950; na França, de 28% em 1921 a 47% em 1957”.

² Apesar de tudo indicar que essa afirmação seja correta, uma conclusão definitiva ainda não é possível, pois, no presente momento da pesquisa, ainda não conferimos dados a respeito da composição de gênero dos supermercados. Ademais, a mera composição de gênero não seria suficiente para provar que a trajetória ambiente doméstico-supermercados foi um percurso direto. É possível que as mulheres que ocuparam os empregos no varejo tenham vindo de outras ocupações remuneradas. Ainda que essa tese seja improvável, não temos como descartar sua possibilidade.

causas até agora elencadas, é ainda mais verdadeira quando colocados em questão os dispositivos de redução de custos, assunto do próximo tópico.

Os dispositivos de redução de custos

Na acepção institucionalista, no que diz respeito à natureza técnico-organizacional, a modernização do varejo emergiu como parte de “tendências de longo prazo do varejo, as quais são explicadas por combinações de economias de escala e escopo e por economias de densidade” (CARDEN, 2013).¹ Nessa perspectiva o resultado de ações no âmbito microeconômico teria gerado sistemáticas diminuições de custo, as quais ocasionariam sucesso concorrencial e incremento na taxa de lucro. As economias de custo atuariam em conjunto para causar as mudanças técnico-organizacionais características da modernização, abrindo caminho para a formação do sistema de descontos, cujas características apontaremos adiante com base nos registros de Belik (1999), Carden (2013), Reardon *et al* (2004) e Tilly (2007a). Apresentaremos suas características principais a partir de quatro tópicos, divididos em um principal e três secundários.

Primeiro e principal. As redes se caracterizam pela *concentração de propriedade*. Essa concentração inicialmente se corporifica no âmbito de uma cidade, dando seguimento à ocupação de regiões para ao final tomar a forma da presença no mercado nacional. O crescimento progressivo do montante de propriedade virá acompanhado de sucessivas transformações qualitativas na estrutura das empresas varejistas, vinculando-se às demais metamorfoses. Por essa razão, em sentido lato pode-se dizer que a concentração de propriedade é a *dimensão mais abstrata das transformações* nas empresas varejistas, fazendo-se presente nas três demais.²

¹ Conforme Carden (2011), as economias de escala são aquelas adições de produtividade conseguidas através do aumento da quantidade de recursos investidos; as economias de escopo são definidas como eficiências econômicas atingidas por meio da diversificação das mercadorias produzidas; já as economias de densidade são aquelas reduções de custos provenientes da aproximação espacial das várias etapas do ciclo de reprodução de um processo produtivo. Como se pode notar, as fronteiras em seus preceitos são fluidas, uma vez que diversas economias de densidade poderiam ser encaradas como economias de escopo, bem como as economias de escala poderiam ser encontradas em todas as dimensões de um empreendimento. Queremos apenas apontar para seu núcleo comum: mudanças técnicas ou organizacionais que operam diminuição de custo.

² As causas concretas dizem respeito a um nível analítico menos abstrato. Porém, como se pode notar, elas não podem ser separadas da característica abstrata, uma vez que a última necessariamente se expressa sob formas concretas.

Segunda. Inserir as economias de custos com o modelo de autosserviço, indicando que o problema só será desenvolvido no final. O modelo de autosserviço permite diminuição no número de funcionários, assim como aumento no momante de vendas (Cleps, XXX). Por essas razões, implica economia de custos. Mais adiante retornaremos ao problema do autosserviço.¹

Terceira. O transcrescimento de unidades sob propriedade unificada assevera a possibilidade de *unificação dos dispositivos logísticos*, entendidos como o conjunto de protocolos voltados para as funções de armazenamento, conservação e distribuição. A unificação causa ganhos de escala impossíveis para pequenos empresários, viabilizando minoração dos preços finais ou, alternativamente, superlucros aos capitais maiores.

A modalidade logística que cristaliza esse preceito é a dos “Centros de distribuição” (CDs), unidades localizadas nas proximidades de cidades importantes e situados próximos a rodovias. Os CDs originarão um *padrão* na marcha expansiva das redes: costumeiramente, estas inaugurarão um centro logístico em uma região de potencial de investimentos, para na sequência abrirem lojas dentro do seu raio de distribuição. A capacidade desse dispositivo operar *decréscimos de custo* ocasiona sucesso na disputa concorrencial e quebra de pequenos proprietários, de modo a centralizar a demanda do varejo nas redes. A mera possibilidade de entrada de um gigante num mercado local é fator suficiente para que as redes menores vendam suas propriedades, fazendo com que, em muitos casos, os grupos menores se abstenham da disputa de mercado antes que a mesma se efetive.

Outra *vantagem concorrencial* importante dos CDs é sua capacidade de acelerar a *velocidade de circulação* do total de mercadorias comercializadas pelas redes. Como concentram a função de logística de várias lojas e como operam com sistema de gestão unificado, eles permitem que o montante total de capital cristalizado sob a forma de estoques decresça substancialmente. Conforme assevera Harvey (1998; 2013), esse ponto é especialmente influente para a dinâmica da acumulação, posto que incide sobre o *tempo de rotação do capital*, interagindo com a taxa de lucro. Quando o montante de investimentos em capital fixo diminui sem que o *quantum* de lucro realizado mude, opera-se um ganho proporcional no valor do

¹ O autosserviço será tratado ao final por razão de plano expositivo, pois da análise da sua natureza técnica depreenderemos uma tese sobre o trabalho. Por isso, deixamos sua análise para o momento de investigação do trabalho, situado no fim.

lucro diante do total de capital investido, ou seja, se realiza um aumento na taxa de retorno dos investimentos.¹

Quarta. A concentração de propriedade promoverá a *aglutinação das funções administrativas*, tais os como centros financeiros e de negociação comercial. A centralização das funções financeira e comercial se materializará nos Centros de Compras (CCs), os quais promoverão centralização de tarefas ainda maior do que seus congêneres da função logística. Por essa via, ocasionarão ganhos de escala.

Além disso, a especificidade da função comercial torna vantajosa a centralização das funções administrativas. Como concentram as atribuições de amplas regiões, no que dependeram de revoluções tanto nos meios de transporte como nos de comunicação, torna-se realizável a *ampliação da diversidade das mercadorias* oferecidas, uma vez que o leque de fornecedores acessíveis aumenta.² Assim, a diversidade, vantagem que sempre acompanhou os supermercados, vai se tornar um benefício maior à medida que as empresas crescem.

Quinta. O crescimento das redes vai viabilizar uma estratégia de competição agressiva, denominada *sistema de descontos*. Sua natureza se define pela tática de diminuir o montante proporcional de lucro por mercadoria vendida (taxa de lucro), o que seria compensado pelo aumento do montante de vendas. Esse preceito é inviável para capitais pequenos, posto que a própria subsistência dos proprietários representa uma fração considerável da renda arrecadada, de modo que ele torna-se mais executável à medida que o capital se centraliza.³ O coração desse estratagema consiste em alterar preços a fim de obter um sucesso competitivo, causando a bancarrota dos concorrentes e/ou aquisições e o aumento de participação no mercado. Essa estratégia será elaborada na década de cinquenta e desenvolvida na de sessenta, cuja história se confunde com a formação dos gigantes do setor, tais como Carrefour, Kmart, Walmart, AEON, Royal Ahold, entre outras.

¹ Como assinalam Duménil e Levy (2005), a taxa de lucro é categoria decisiva para a dinâmica da economia capitalista e, portanto, seu incremento ocasiona uma aceleração da acumulação de capital, sempre que combinada com outras circunstâncias de mercado.

² Outro ponto a considerar: além do aumento de diversidade de mercadorias, a ampliação do leque de fornecedores permite maior regularidade no fornecimento, causando mais uma vantagem aos capitais mais concentrados.

³ Essa dimensão da concentração de capital, que permite a liberação da mais-valia em relação ao imperativo da subsistência de seu proprietário, é exposto de modo arguto por Marx (2013).

A combinação das causas supracitadas desencadeou o que se denominou *revolução do varejo* (CARDEN, 2013),¹ caracterizada pela combinação de inovações técnicas, pelo ganho em produtividade do trabalho do setor e pela concentração de propriedade.² A concentração de propriedade toma a forma da formação das empresas capitalistas de desconto, sendo composto, portanto, por todos os caracteres significativos para a expansão das mesmas. Assim, também o sistema de descontos é componente intrínseco da modernização do varejo.

Combinadamente, esses fatores farão com que as redes consigam uma expansão calcada em dois movimentos. Por um lado, se tornará possível a *rápida conquista dos mercados*, compensando eventuais diminuições da taxa de lucro com aumentos no montante de capital; por outro, a expansão se assentará sobre a geração de *superlucros*, possíveis pelos ganhos de produtividade concentrados nas redes.

Inicialmente esse modelo terá vigor nos EUA da década de cinquenta, sendo mimetizado em outros países apenas da década de sessenta em diante. Nos outros países de capitalismo desenvolvido (Japão, França, Países Baixos, Alemanha) a transição rumo ao moderno varejo se consumará já nos anos 60. As maiores empresas do centro do capitalismo rapidamente emularão a anatomia técnica e organizacional desenvolvida pelas companhias americanas, rumando em sua direção com vigor ainda maior do que no processo de sua formação original.

No começo do trabalho, enunciamos nosso propósito de investigar as relações entre modernização do varejo e trabalho. A finalidade dessa parte do trabalho é levantar o conjunto de causas determinantes da transição para o moderno varejo, levantamento necessário para a identificação da importância relativa do trabalho nesse complexo.

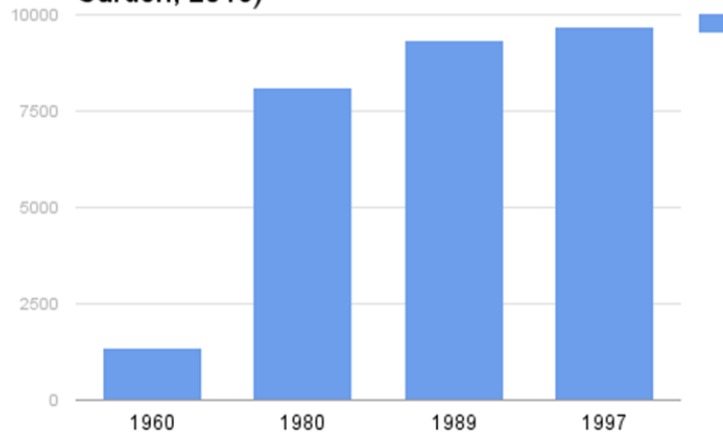
¹ De acordo com Carden (2011), essa revolução não se deu antes por uma combinação de fatores: 1) por motivos de um *lobby* político contrário às redes, o qual era impulsionado por atacadistas, pequenos proprietários e trabalhadores, todos ameaçados pela expansão das grandes empresas do varejo; 2) por condições de mercado excessivamente favoráveis às redes, uma vez que não havia ainda um mercado plenamente nacionalizado; essa condição excessivamente favorável tornava desnecessárias as inovações, bloqueando o desenvolvimento técnico-organizacional.

² Conforme a literatura, a noção de produtividade é definida com base no montante de renda gerada pelo setor dividido pelo total de trabalhadores empregados (a respeito, ver especialmente BASKER, 2012). Podemos notar que a noção de produtividade utilizada é reificada, uma vez que confunde produtividade do trabalho com a renda realizada pelos supermercados. Nessa renda influem também fatores extraeconômicos, sendo difícil atribuir seu montante ao trabalho sem realizar diversas mediações. Porém, apesar de enunciarmos a insuficiência dessa definição de produtividade do trabalho para o setor varejista, não temos condições de sustentar uma proposição alternativa, já que vemos diversos problemas difíceis de resolver no que respeita à definição em questão. Por essa razão, identificamos produtividade do trabalho com de rendimento gerado por trabalhador, a qual, de todo modo, serve como expressão do grau de racionalização do trabalho no setor.

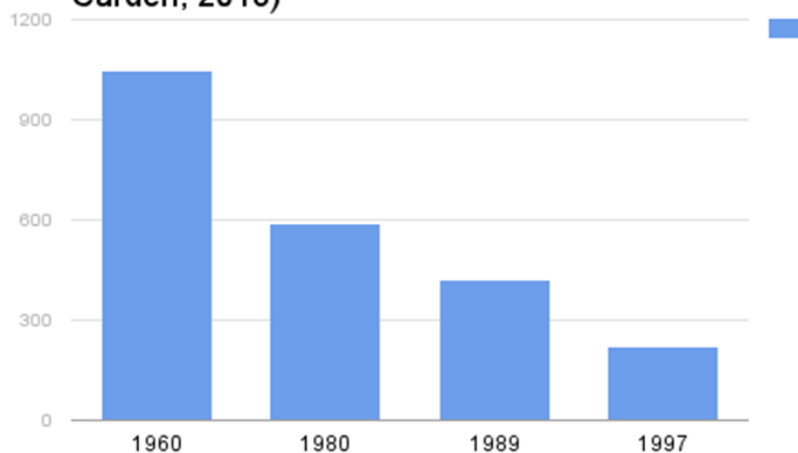
Como pode-se notar pela argumentação que apresentamos, a modernização do varejo se caracteriza por um conjunto de transformações, as quais são inseparáveis da história do capitalismo do século XX. Também vimos que a revolução do varejo é composta por alguns eixos: ao mesmo tempo, ela representa mudanças técnicas e organizacionais, crescimento das redes capitalistas de descontos e pela supermercadificação, as quais compõem uma trinca inseparável, a tríade da modernização do varejo. (A respeito da correlação desses eventos, ver fig. 4 e 5).

Adiante enunciaremos um referencial teórico alternativo para a interpretação da modernização do varejo.

(Fig. 4) Número de lojas de descontos na economia norte-americana, 1960-1997 (fonte: Carden, 2013)



(Fig. 5) Número de empresas de descontos na economia norte-americana, 1960-1997 (Fonte: Carden, 2013)



Modernização do varejo e acumulação de capital

Acreditamos que a interpretação da supermercadificação seja mais profunda a partir do referencial marxista da acumulação de capital (MARX, 2013). De acordo com a bibliografia consultada, há diversos componentes analíticos que iluminam essa transição, os quais dividimos em dois blocos: (1) o de mudanças sociais amplas no capitalismo do século XX, que fizeram com que os hábitos de compras se realizassem nos supermercados e (2) os motivos econômicos associados à pura e simples busca por produtos mais baratos. Aqui estamos acompanhando o conjunto de causas enunciadas pela literatura a fim de fugir a uma explicação economicista da transição, a qual localizaria apenas nas reduções de custos a causa última para a modernização do varejo.

No entanto, mesmo sob essa complexificação a chave acumulação de capital é caminho profícuo para o entendimento da transição em direção ao moderno varejo, uma vez que quase todos os fatores não econômicos expostos se tornaram benefícios para as grandes empresas em detrimento das pequenas, reproduzindo o movimento tipicamente capitalista de expansão em espiral ascendente. Embora a chave marxiana acumulação de capital tenha como finalidade a interpretação da dinâmica estrutural da economia de sociedades capitalistas, vemos aplicabilidade da categoria para entender a concentração de capital no setor varejista mesmo no que tange aos determinantes não econômicos. Essa validade é mais categórica no que diz respeito à questão da economia de custos. Ademais, a chave marxiana lança luz à natureza de classe do processo, ligando-o a outras tendências gerais de transformação do capitalismo e explicando as mudanças no âmbito do trabalho.

A concorrência é o ponto de partida da concentração e da centralização de capital,¹ posto que os capitalistas competem e conseqüentemente conquistam parcelas diferenciadas da demanda. Como a concorrência de mercado é intrínseca à

¹ É pertinente diferenciarmos os conceitos de concentração e de centralização de capital, pois, embora sejam intimamente associados, eles não coincidem analiticamente. Conforme Marx (1996b), a concentração de capital diz respeito ao processo de integração de força de trabalho e de meios de produção à forma social capital e, portanto, coincide com o próprio processo de formação e desenvolvimento do modo de produção capitalista. Já a centralização de capital pode ser entendida como a passagem da riqueza já sob forma capitalista para as mãos de poucos proprietários, sem alterar o *quantum* da riqueza já nessa forma. Seu entrelaçamento é profundo, tendo em vista que a formação do capitalismo coincide com algum grau de centralização de capital, não podendo haver concentração de capital sem algum grau de centralização; além disso, a última é alavanca para a acumulação, já que capitais mais centralizados possuem mais capacidade de investimento e, por isso, de inovação tecnológica.

forma mercadoria, o capitalismo convive com a permanente propensão à concentração de capital. A formação das redes e sua passagem para empresas de anatomia nacional corresponde a essa tendência no âmbito do varejo. Pintaudi (1981) desenvolve com precisão essa linha interpretativa, apontando sua conexão com o desenvolvimento do modo de produção capitalista. Segundo a autora:

(...) o supermercado, sem sombra de dúvida, foi uma das respostas encontradas na esfera da troca de mercadorias para atender às necessidades da produção e do próprio comércio, ao reduzir significativamente os custos no sistema de vendas ao consumidor, permitindo o superlucro para os capitalistas do comércio que optaram por este tipo de empreendimento (pelo menos inicialmente). Assim, no modo capitalista de produção o supermercado surge no processo de concentração e centralização do capital, como resposta às necessidades de lucro, e, no seu desenvolvimento histórico, tende também aos processos de concentração e centralização. (PINTAUDI, 1981, p. 52, *apud* CLEPS, 2005).

Acompanhando a sugestão da autora, exploraremos o elo entre dois processos: por um lado, o conjunto de transformações tecnológicas e organizacionais que caracterizam a modernização do varejo, as quais sumarizamos anteriormente e cuja expressão é o florescimento dos supermercados; por outro, o *desenvolvimento da relação social capitalista no setor varejista*. Entendemos os dois processos como dimensões de um composto único e contraditório de metamorfoses. Enquanto relação social que estrutura o capital como sujeito histórico, o capitalismo precisa promover contínuas mudanças para criar a base técnica que é adequada à sua natureza expansiva; cada nova condição atingida é apenas novo limite a ser transcendido, de modo que a base técnica revolucionada torna-se ponto de apoio para novas transformações. Assim, há uma relação dialética entre forma social e forma concreta do trabalho, na qual uma alimenta as mutações da outra.¹

A acumulação de capital foi determinante estrutural das mudanças observadas no setor varejista. Acreditamos que a trajetória que expusemos tanto seria impossível quanto desnecessária caso não vigorasse o impulso de transcendência imanente ao capital. Sob esse prisma, a transformação do setor em nicho de valorização do valor não apenas provocou as mudanças que assinalamos, como também deu vida a uma *tendência permanente* de reestruturações tecnológicas e organizacionais, as quais seguem seu curso com as recentes inovações dos gigantes mundiais do varejo. Nosso

¹ Essa dimensão da lei do valor de Marx é profundamente analisada por Postone (2007), o que afirmamos apesar da discordância em pontos nucleares da sua teorização, em particular no que tange ao problema das classes. Outra fonte de exploração do problema é Braverman (1981).

referencial teórico aponta para a natureza histórica específica das transformações, que não decorrem de nenhum processo natural inevitável e tampouco da ação racional dos agentes.¹

A racionalização capitalista do setor se materializou na formação das redes e no sistema de descontos. A supermercadificação é inseparável desses outros dois componentes da modernização do varejo. Todos os fatores que designamos como determinantes para a passagem da demanda varejista para as modalidades modernas vão se tornar plenamente efetivos apenas com a formação do modelo de descontos, cuja formação coincidiu com um patamar determinado de centralização e concentração de capital no setor. Na sequência faremos considerações a respeito das consequências dessas mudanças para o trabalho.

A natureza imanente-transcendente do capital possui ligação com os temas do trabalho e das classes sociais. Parte significativa dessas mudanças diz respeito ao impulso de racionalização do trabalho, cuja finalidade é a intensificação do domínio do capital sobre o trabalho. Em Marx (2004; 2013), esse problema é enfrentado a partir das categorias de subsunção formal do trabalho ao capital e de subsunção real do trabalho ao capital, a última coincidindo com um processo de trabalho cuja base técnica tornou-se adequada à natureza auto-expansiva do valor. Não pretendemos resgatar a totalidade do quadro teórico marxista a respeito do problema, mas apenas apontar para a relação de causalidade entre concentração e centralização do capital, por um lado, e tendência à reestruturação produtiva, por outro. Exploraremos essa linha a partir da identificação do binômio fordista-taylorista como norma organizadora do trabalho.

Num primeiro momento, levantaremos indagação sobre a seguinte pergunta: o modelo supermercadista implica uma reorganização do trabalho com vistas à proletarianização? A fim de respondê-la, resgataremos a noção de autosserviço.

A modernização do varejo e o trabalho

¹ Com essa consideração não estamos apagando a importância das teorias erigidas sobre ao paradigma sociológico (e/ou econômico) da ação social, uma vez que as mesmas trazem luz à outras dimensões dos fenômenos. Queremos apenas frisar a natureza historicamente determinada das transformações trazidas pela relação social capitalista sempre que essa se insere num ramo da economia. Para uma síntese a respeito das formas mercadoria e forma capital como determinantes de formas de consciência e de ação social, ver Postone (2007).

Conforme assinala a bibliografia consultada (BELIK, 1999 E CARDEN, 2013), um dos primeiros expoentes da modernização do varejo foi o autosserviço, causa de inúmeras vantagens para o setor. Acreditamos ser possível identificar uma associação entre essa modalidade organizacional e a proletarização do trabalho nas lojas. Consoante afirma Cleps (2005):

A introdução do auto-serviço adotada pelo varejo constitui-se uma das maiores inovações ocorridas no comércio. Desde o seu surgimento, ainda na década de 1920, nos Estados Unidos, até os dias atuais, ocorreram importantes e significativas modificações nos métodos e técnicas de comercialização. Para compreender tal processo e suas transformações, faz-se necessário conceituar a atividade de auto-serviço. Como auto-serviço entende-se uma modalidade comercial que surgiu na periferia das grandes cidades norte-americanas¹ e que tem como características principais: a utilização de carrinhos ou cestas para carregar as mercadorias, num sistema de *self-service*, onde o próprio consumidor escolhe o produto que quer ou necessita; que possui um balcão na saída da loja onde se encontram as máquinas registradoras – check-outs; e prateleiras (gôndolas) onde os produtos ficam dispostos, de forma acessível, para que os consumidores possam servir-se (CLEPS, p. 86).

A principal vantagem conseguida com o autosserviço foi a redução de custos na operação das lojas, oportunizando diminuição de preços e sucesso competitivo (CARDEN, 2013; REARDON *et al*, 2004, BELIK, 1999; CLEPS, 2004). Além disso, também é apontada a benesse vinculada ao aumento de vendas propiciado por essa modalidade organizacional, já que a “livre” circulação pelas lojas expõe o comprador à sedução da mercadoria (esse ponto é acentuado por BARATA-SALGUEIRO, 1989). Acreditamos que falta nessas interpretações referencial teórico para dissecar as causas dessas economias de custos, uma vez que predomina um vazio analítico no que tange às relações de trabalho. As vantagens apontadas residem na economia com a contratação de trabalhadores e no aumento de vendas. Embora não neguemos esses componentes, achamos que eles dizem respeito a uma dimensão fenomênica das

¹ O posicionamento dos supermercados na periferia das cidades é produto da articulação de diversos traços do capitalismo do século XX e da natureza dos supermercados. O cenário urbano passou por intensas transformações: diante da concentração urbana típica do capitalismo tardio, passou a se formar o fenômeno da suburbanização, caracterizado pela emergência de novas centralidades urbanas nas regiões urbanas periféricas e nas regiões semi-urbanas (BARATA-SALGUEIRO, 1989). A formação do supermercado é parte das mudanças, uma vez que eles foram parte da emergência de novas centralidades, formando núcleos comerciais fora das regiões centrais. A razão para essa localização dos supermercados deve-se a diversos motivos: 1) seu tamanho, que tornaria vultosos os investimentos imobiliários nas regiões centrais, que se tornaram ponto de especulação imobiliária; 2) sua localização próxima a rodovias, facilitando (e barateando) os custos com transportes; 3) o consumo nos supermercados se dá sobretudo por meio dos carros individuais, de modo que a localização mais distante não é fator impeditivo para as compras.

transformações, posto que não endereçam o problema dos dispositivos de elevação da intensidade do trabalho.

O modelo de autosserviço possui disposição de funcionamento objetivo. A organização das lojas se configura como uma estrutura objetificada, de modo que o proprietário dispõe sobre o modo de produzir a partir do controle sobre o capital constante. A propriedade do espaço/edifício, das prateleiras e das máquinas de *check-out* viabiliza ao capital concentrar em si a capacidade de organizar as várias partes componentes do processo de trabalho, tornando o último independente do trabalhador individual. Essa condição permite que a compra da força de trabalho se configure como mera aquisição de um fator de produção, a qual se incorpora como coisa a um processo de trabalho já estruturado.

As lojas funcionam por meio de uma organização cravada em três partes: o departamento de estoques, a parte das prateleiras e a dos postos de *checkout*. Através da função intelectual do trabalho concentrada nos gerentes e por meio da disposição do capitalista sobre o capital constante, todas essas partes são prefixadas de modo independente do saber do trabalho. Assim se configura uma divisão do trabalho tipicamente capitalista (CAVALCANTE, 2012), na qual o próprio processo de trabalho cristaliza a divisão manual e intelectual do trabalho. Cada uma das três partes da loja reproduz essa condição: os meios de trabalho são organizados previamente por capitalistas e gestores, restando ao trabalho vivo ser consumido pelo trabalho morto.

Essa condição é agravada pelo incremento tecnológico da maquinaria, cujo melhor exemplo é a automatização das operações de *checkout*. Duas mudanças são representadas pela inserção de esteiras automatizadas nos caixas e pela inserção de leitores de códigos de barras. Com essas inovações, o processo de trabalho nas caixas se autonomiza diante das habilidades do trabalhador, o qual apenas as integra com atividades braçais e repetitivas.

Acreditamos que esse quadro de características do processo de trabalho nas lojas será o determinante das mudanças no que diz respeito às reduções de custo e no ganho de produtividade. As metamorfoses associadas à divisão manual e intelectual do trabalho estarão por trás do processo de parcelização das funções e de desqualificação do trabalhador. Com efeito, com exceção dos trabalhos de gerência, todas as atividades necessárias à reprodução das lojas serão compostas por

procedimentos simples: os atos dos operadores de *checkout* não consistirão em mais do que pegar as mercadorias, passá-las pelo leitor de códigos de barras e cobrar o valor de contas realizadas automaticamente pelos computadores. Os trabalhos de organização da loja não significarão mais do que a colocação de mercadorias nos locais designados e organizá-las regularmente, tudo sendo feito de acordo com planos previamente elaborados; as tarefas de armazenamento não passarão de movimentações de mercadorias para locais pré determinados. Essa desqualificação das atividades que põe as lojas em funcionamento será a causa última do seu barateamento; sua decomposição em atribuições parcelizadas e simples o determinante da intensificação do trabalho, a qual viabiliza enxugamento do quadro de funcionários. Na aparência promotores da benesse comum, os dispositivos de barateamento de custos terão em seu âmago a intensificação e a proletarização do trabalho. A modernização do varejo reproduz em sua raiz o trabalho precário.

A partir de considerações anteriores, depreendemos que existe uma correlação entre os processos de supermercadificação, de formação das redes varejistas e a implementação do modelo de descontos. Conforme argumentamos, a formação dessa tríade deu-se *pari passu* à concentração e centralização de capital. Agora estamos levantando a hipótese de que esse complexo possui também nexos indissociáveis com a reestruturação do trabalho através do binômio taylorista-fordista.

Caso nossa interpretação da relação causal entre forma supermercado e proletarização do trabalho esteja correta, temos que reconhecer também que o processo de supermercadificação significa ao mesmo tempo um amplo processo de *proletarização do trabalho no varejo* (ou, em termos mais genéricos, de criação de trabalho desqualificado). Ou seja, as transformações no panorama empresarial do setor vêm associadas a mudanças nos processos de trabalho. Acreditamos que a relação causal seja correta, sendo ela é intensificada pelo processo social mais geral de concentração e centralização de capital, uma vez que a concentração de capital implica em incremento do domínio do capital sobre o trabalho, bem como a formação da contradição entre forma social e caráter concreto dos processos de trabalho.

Acreditamos que a consideração que fizemos sobre trabalho nas lojas seja válida também para outras duas instâncias do moderno sistema de varejo: a do trabalho no âmbito logístico e do trabalho nos escritórios. A literatura aponta as vagas noções de economias de escala, escopo e densidade para explicar esses decréscimos de custo,

sem dizer nada a respeito das relações de trabalho nessas instâncias. Do mesmo modo que o trabalho nas lojas, entendemos que parte significativa das economias de custos decorram da imposição do *binômio taylorista-fordista de organização do trabalho* ou da *objetificação desses processos de trabalho como capital*. Assim, podemos encontrar três eixos onde ocorrem mutações nas relações de trabalho dentro do moderno varejo:

Em primeiro lugar, no que tange ao trabalho nas lojas, as tendências se alimentaram da própria forma supermercado, pois acreditamos se possível identificar uma correlação entre essa modalidade organizacional e a proletarização do trabalho. Nesse sentido, se em si mesmo o grande varejo de autosserviço já representa uma dominação do capital sobre o trabalho, essa condição vem a se agravar com a concentração de capital expressa na formação das corporações de desconto. Essas redes vão conseguir impor de forma mais vigorosa o protocolo taylorista-fordista de organização do trabalho, seja porque vão inaugurar lojas de tamanho inédito (como os hipermercados, inventados na década de 60), seja porque vão trazer a gerência científica para o setor, viabilizando acentuada padronização do modo de produzir. Como argumentou Braverman (1981), a formação dessa camada foi decisiva para expropriar o saber dos trabalhadores, viabilizando a concentração desse conhecimento na administração. Essa mudança permitiu a essa administração estudar de modo sistemático o processo de trabalho, de modo a organizá-lo segundo atos simples, permitindo sua desqualificação e a intensificação do trabalho. Se os supermercados trazem alguma forma de expropriação do modo de trabalho, essa propensão veio a se agravar com a concentração de capital no setor, a qual acentuou o desequilíbrio de forças entre capital e trabalho e permitiu a formação das camadas gerenciais. Desse ponto de vista, a supermercadificação pode ser encarada como um amplo processo de criação de trabalho proletarizado no âmbito das lojas.

Em segundo lugar: além da economia com o trabalho nas lojas, pudemos notar que um dos pontos nodais da economia de custos permitida pela formação das redes deu-se através das chamadas economias de escala no âmbito logístico, possíveis a partir da sua centralização em Centros de Distribuição unificados. Aqui, como mencionamos no caso do trabalho sob a modalidade do autosserviço, acreditamos que a literatura não proponha referencial analítico que destrinche as causas da economia de custos, escorando-se numa noção genérica que silencia sobre a natureza

das relações de trabalho. Na nossa acepção, grande parte das economias de custos ocasionadas pela aglutinação dos dispositivos logísticos são consequência da proletarização dos trabalhos envolvidos nas funções de armazenamento e conservação dos produtos. A concentração da função logística de muitas lojas leva à formação de CDs de grandes dimensões. Como todo processo de trabalho que envolve uma multidão de trabalhadores e que está inscrito em relação social capitalista, as funções logísticas sofrem intensa racionalização capitalista pela via taylorista-fordiana, como mostra a análise de Braverman (1981), que vê nos trabalhadores de escritório “um vasto proletariado sob nova forma”

Em terceiro lugar: a concentração dos trabalhos administrativos (voltados para as funções financeiras e circulativas em geral), cuja centralização é ainda maior do que no caso dos dispositivos logísticos, enseja uma economia de custos também a partir da inserção das normas taylorista-fordianas como horizontes de organização do trabalho. Aqui é difícil não se escorar na brilhante análise de Braverman (1981), a qual tem como um de seus pontos altos justamente a exposição da reestruturação do trabalho no âmbito do escritório, cuja proletarização é exposta em detalhe.

Portanto, a modernização do varejo envolve a proletarização do trabalho nos âmbitos das lojas, da logística e dos trabalhadores de escritório. Comumente apresentada como mera evolução técnica, como fonte de barateamento dos produtos e como promotora dos interesses gerais, a modernização do varejo abriga em seu âmago relações de classe, a intensificação e a desqualificação do trabalho.

Conclusão

Algumas perguntas de fundo orientaram nosso estudo a respeito das metamorfoses do varejo: qual o lugar da proletarização do trabalho no interior do moderno varejo? Se a proletarização detém potencial heurístico para o entendimento do processo de trabalho do setor, qual a sua importância relativa para a dinâmica do setor? E qual a relevância da reestruturação produtiva nos trabalhos situados no momento circulativo da reprodução capitalista? Nos consideramos distantes de dar uma resposta a essas questões, porém um olhar sumário sobre o quadro esquemático que apresentamos nos permite formular considerações que dialogam com alguns dos problemas levantados.

Em primeiro lugar, analisando o conjunto formado pela supermercadificação percebemos que é inconsistente fazer uma associação direta (sem mediações) e reducionista entre a dinâmica expansiva do setor e a proletarização do trabalho, afirmação que pode ser feita de modo ainda mais categórico se considerarmos apenas o trabalho no interior das lojas. A problemática geral é mais ampla, envolvendo a formação das grandes redes de descontos e do conjunto de dispositivos que as tornam aptas a vencer a concorrência com os pequenos proprietários. Sob esse prisma, temos que justapor a proletarização do trabalho a outros preceitos organizacionais e tecnológicos intrínsecos ao funcionamento das empresas.

Em segundo lugar, apesar do supracitado, vemos na proletarização do trabalho uma chave teórica detida de potencial heurístico no que diz respeito à dinâmica do setor, uma vez que permite compreensão de parte fundamental das transformações e da capacidade de sucesso concorrencial das corporações capitalistas do setor, o que é especialmente válido se procurarmos a imposição do binômio taylorista-fordista para todos os trabalhos integrados ao moderno varejo. A chave proletarização do trabalho é explicativa sobre a dinâmica expansiva do setor, uma vez que permite conferir referencial analítico para destrinchar causas de diversas instâncias das economias de custos. A proletarização do trabalho no interior do moderno varejo pode ser fundamentada e explicativa a respeito da dinâmica do setor, se inserindo como parte intrínseca do sistema de descontos. Entretanto, queremos salientar que é errado reduzir a dinâmica das companhias varejistas à proletarização, uma vez que, em última instância, o que define o sucesso econômico das mesmas é a quantidade de vendas. Intrínseca ao comércio, essa condição leva a que todos os fatores incidentes sobre a quantidade de vendas sejam decisivamente influentes para determinar a dinâmica das empresas do setor. Por isso fatores como a marca, a preferência dos mercados por maior diversidade e condições sociais e culturais das sociedades capitalistas avançadas são influentes para definir a transferência da demanda varejista para as suas modalidades modernas.

Bibliografia

BASKER, Emek. *Raising the barcode scanner: technology and productivity in the retail sector*. NBER working paper series, National Bureau of Economic Research, Cambridge: Massachusetts, 2012.

- BELIK, Walter. *Muito além da porteira: mudanças nas formas de coordenação da cadeia agroalimentar no Brasil*. Tese de Livre Docência em Economia. Campinas, SP. IE/UNICAMP, 1999.
- BORGES NETO, João Machado. *As várias dimensões da lei do valor*. In: Revista Nova Economia, Vol. 14, nº3. p. 143158. Belo Horizonte, MG. 2004.
- BRAVERMAN, Harry. *Trabalho e capital monopolista. A degradação do trabalho no século XX*. Editores, Rio de Janeiro, RJ: Zahar Editores. 3ª edição, 1981.
- CARCHEDI, Guglielmo. *On the economics identification of the new middle class*. In: SCOTT, J. (Org.), *Class: critical concepts*. Vol. 4. London /New York, Routledge, 1996.
- CARDEN, Art. *Retail innovations in American economic history*. In: PARKER, Randall; WHAPLES, Robert. *Routledge Handbook of Major Events in Economic History* Abingdon: Routledge, 2013.
- CAVALCANTE, Sávio M. *Classes médias e modo de produção capitalista: um estudo a partir do debate marxista*. Dissertação de doutorado em Sociologia. Campinas, SP: IFCH/UNICAMP, 2012.
- CLEPS, Geisa Daise Gumiero. *Estratégias de reprodução do capital e as novas espacialidades urbanas: o comércio de autosserviço em Uberlândia (MG)*. Dissertação de Doutorado em Geografia. Rio Claro, SP: UNESP, 2005.
- DAHRENDORF, Ralf. *As classes e seus conflitos na sociedade industrial*. Brasília: UNB, 1982 [publicação do original: 1957].
- DUMÉNIL, Gerárd, LEVY, Dominique. *Production and management: marx's dual theory of labor*. Disponível em www.jourdan.ens.fr/levy/. Versão de maio. 2005.
- . *The emergence and functions of managerial and clerical personnel in Marx's Capital*. In: GARSTON, Neil (Org.) *Bureaucracy: Three Paradigms*, Boston: Kluwer Academic Publishing, 1994.
- ESPING-ANDERSEN, Gosta. *Post-Industrial Class Structures: An analytical framework*. IN: ESPING-ANDERSEN, Gosta. *Changing Classes. Stratification and mobility in post-industrial societies*. London: SAGE/ISA, 1993.
- FRANÇA JR., Luzimar B. *Trabalho e reestruturação na rede Carrefour. Uma análise crítica*. Dissertação de mestrado. Marília, SP: UNESP, 2010.
- HARVEY, David. *A condição pós moderna. Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo, SP: Loyola. 7ª Edição, 1998.
- HARVEY, David. *Os limites do capital*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.
- JIA, Panle. *What happens when Wal-Mart comes to town: an empirical analysis of the discount retailing industry*. *Econometrica. Journal of econometric society*, volume 76, edição 6, p. 1263-1316, 2008.
- KIM, Sukoo. *The Growth of modern business enterprises in the twentieth century*. *Research in economic history*, 1999.
- LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro Editora, 2011.
- MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. Livro I. Tomo I. São Paulo: Nova Cultural, 1996a [versão digital].

- ___ . *O capital: crítica da economia política*. Livro I. Tomo II. São Paulo: Nova Cultural, 1996b [versão digital].
- ___ . *Capítulo sexto inédito de O Capital* . São Paulo: Centauro, 2004.
- PINTAUDI, S. M. *Os supermercados na Grande São Paulo: contribuição ao estudo da transformação do comércio varejista de gêneros alimentícios nas grandes metrópoles*. Dissertação de mestrado em Geografia. São Paulo, FFLCH/USP, 1981.
- POSTONE, Moïshe. *Marx Reloaded, repensar la teoria critica del capitalismo*. Traficantes de sueños, Madrid, 2007.
- REARDON, Thomas, TIMMER, Peter, BERDEGUE, Julio. *The Rapid Rise of Supermarkets in Developing Countries: Induced Organizational, Institutional, and Technological Change in Agrifood System*. In: Journal of Agricultural and Development Economics. Vol. 1, No. 2, pp. 168-183. 2004.
- SAFFIOTI, Helleieth I. B. *A mulher na sociedade de classes*. Mito e realidade. Editora Vozes: Petrópolis, RJ, 1976.
- TILLY, Chris. *Global restructuring in retail: What impact on labor?* International Labor Brief (Korea Labor Institute, Seoul), 2007a. Pode ser acessado em: < https://www.uml.edu/Images/Tillyglobal%20retailKLI10.07_tcm1875360.pdf >
- ___ . *WalMart and Its Workers: NOT the Same All Over the World*. In: Connecticut Law Review, Vol. 39, N°4. 2007b.

Amazônia e pensamento marxista brasileiro: capital, trabalho e globalismo

LUIZ FERNANDO DE SOUZA SANTOS¹

fernluiz@gmail.com

Resumo

O presente trabalho é parte da pesquisa de Tese intitulada “Entre o Mágico e o Cruel: a Amazônia no pensamento marxista brasileiro”. Nele, pretende-se analisar os estudos daqueles autores que, vinculados à vida acadêmica em Belém (PA) e Manaus (AM), têm sua formação marcada pela Escola Sociológica Paulista e por uma angulação marxista no método de investigação e de exposição de seus trabalhos. Tais autores são: Violeta Refkalesky Loureiro e Alex Fiúza de Mello, da Universidade Federal do Pará, e Marilene Correa da Silva e Renan Freitas Pinto, da Universidade Federal do Amazonas. Por meio dos estudos desses autores, podemos apreender o esforço da investigação sociológica de matriz teórico-metodológica marxista produzida a partir de dentro da região em foco, na análise da integração da mesma às estratégias de acumulação capitalista nacional e internacional, que passa pela exploração de seus recursos naturais, da mão de obra trabalhadora, pela urbanização e industrialização regional até o modo como, mais contemporaneamente, a mesma se integra à era do globalismo.

Palavras-chave: Pensamento Marxista Brasileiro, Amazônia, Trabalho, Natureza, Globalismo.

¹ Doutorando em Sociologia, orientado pela Profa. Dra. Elide Rugai Bastos e financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM).

Crédito e neuroeconomia: estudo crítico das estratégias econômicas para aceleração da circulação

VANESSA BATISTA DE ANDRADE¹

vandradeprofundoeste@gmail.com

Resumo

Este projeto de pesquisa visa tentar compreender com maior profundidade a circulação econômica da mercadoria, por meio de estratégias econômicas contemporâneas utilizadas pelo capital para sua dinamização. Em específico, duas delas que ao nosso entender, são empregadas para acelerar a realização do valor, uma vez que cumprem a tarefa de estimular o mercado de consumo ao serem inseridas, e no processo acabam aguçando a procura das mercadorias e modificando o comportamento do consumidor no mercado. Intencionamos pesquisar como e em qual época específica, o sistema de crédito pode ter se expandido de tal forma que facilitou as relações no mercado econômico, e quais os possíveis caminhos econômicos que este sistema desenvolveu pós sua aplicação intensificada na sociedade, como também entender como sua execução macroeconômica, auxiliou para acumulação do capital por meio das instituições financeiras internacionais. Nosso objetivo será entender a relação entre o crédito, que foi amplamente analisado por Marx, em seu terceiro livro de O Capital, e os artifícios econômicos que além de superexplorar a sensualidade da mercadoria, agora se utilizam de mecanismos neurocientíficos para se certificar da eficácia das tomadas de decisões dos consumidores. Pretendemos identificar o grau de eficácia destes mecanismos para que ocorra a concretização das relações de troca, e como isso poderia afetar o livre arbítrio das escolhas dos consumidores frente as diferentes mercadorias e marcas.

Palavras-chave: Circulação econômica, Crédito, Neuroeconomia, Mercadoria, Comportamento.

¹ Doutoranda em Sociologia, orientada pelo Prof. Dr. Ricardo Coltro Antunes.

GT2

Formas e usos do espaço

A perspectiva tecnológica da permacultura sobre a crise socioambiental

EVANDRO SMARIERI SOARES¹

esmasoares@gmail.com

Resumo

Este trabalho tem por objetivo comunicar os resultados parciais da pesquisa “Tecnologia e Ambiente na Permacultura: perspectivando a crise socioambiental”. Serão apresentadas as análises dos primeiros contatos com o campo de pesquisa, as quais são embasadas por uma bibliografia específica que enseja as reflexões sobre a relação entre as técnicas e o conceito de crise socioambiental. Pretende-se discutir a Permacultura enquanto fenômeno social e técnico, com o desenvolvimento do diálogo entre esses domínios e as questões ambientais, através de conceitos da obra filosófica de Gilbert Simondon. O objetivo da pesquisa e deste trabalho é trazer contribuições às discussões sociológicas sobre tais questões, através do estudo das atividades de mobilização de conhecimentos e instauração de sistemas tecnológicos, observando, modos de conduta, técnicas, práticas e demais ações através das quais é possível compreender proposições específicas para uma relação positiva entre tecnologia e ambiente.

Palavras-chave: Tecnologia, Ambiente, Permacultura.

¹ Mestrando em Sociologia, orientado pelo Prof. Dr. Pedro Peixoto Ferreira e financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Imigração e insegurança: representações aprisionam? Uma etnografia no bairro Veronetta

FABIANE CRISTINA ALBUQUERQUE¹

fabcrisbr@hotmail.com

Resumo

O sentimento de insegurança em diversas partes do mundo é tema de muitos estudos sociológicos. Na Itália o sentimento de insegurança percebido pela população ao longo dos anos é direcionado aos imigrantes e vem sendo utilizado por vários partidos políticos e direciona suas propostas e programas. Para muitos estudiosos a insegurança é consequência de grandes transformações sociais: crise da modernidade, modernidade líquida, globalização, fluxo migratório etc. (BAUMAN, GIDDENS, BECK etc.). Alguns estudiosos na Itália (COLOMBO, AMBROSINI) apontam para o fato de que o sentimento de insegurança é direcionado a um grupo concreto que canaliza todos os problemas sociais, ou seja, a um “bode expiatório” (GIRAD, 2004). Porém ainda são poucos os estudos sobre o que está representado que liga os imigrantes à insegurança, à ameaça de uma ordem social provoca na auto-imagem dos próprios imigrantes. A hipótese desse projeto é que essa imagem incide diretamente na autopercepção dos imigrantes. O objetivo é entender se incorporam ou não esse discurso, quais as respostas e os fatores que influenciam ou não na incorporação. A pesquisa pretende ainda recolher o discurso dos imigrantes sobre essas representações, sejam aqueles que quotidianamente são tratados como tais, sejam os que são pouco expostos, além de analisar as estruturas produtoras deste tipo de construção da alteridade. A cidade escolhida é Verona, berço de partidos e movimentos contra imigração e que possui um histórico de administração que carrega esta bandeira e ao mesmo tempo cidade da região com o maior número de imigrantes.

Palavras-chave: Imigração, Representação, Insegurança, Incorporação.

¹ Mestranda em Sociologia, orientada pelo Prof. Dr. Michel Nicolau Neto e financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Conceito analítico de autonomia relacionado a duas comunidades com sobreposição territorial ao parque Estadual da Serra do Mar - núcleo Picinguaba, Ubatuba, SP.

GABRIELLA ALMEIDA RANCAN¹

gabirancan@gmail.com

Resumo

O Parque Estadual da Serra do Mar foi criado na década de 1970. Um de seus núcleos administrativos, foi delimitado em meados dos anos 1980 no município de Ubatuba: o Núcleo Picinguaba. Este se sobrepôs a quatro bairros, sendo dois deles escolhidos como estudos de caso para esta pesquisa: A Vila de Picinguaba e o Cambury. Devido às jurisdições dessa Unidade de Conservação de proteção integral, os moradores das duas comunidades deveriam ser realocados em função da legislação que restringia o uso da terra e dos recursos naturais de maneira direta, assim como a moradia nessas regiões. Na mesma época, em decorrência da construção da BR-101 houve um intenso estímulo ao turismo e crescimento da especulação imobiliária na localidade. A partir dos delineamentos históricos, apreende-se que a localidade está imersa em um mosaico de sobreposições: ruralidade, periferia urbana e conservação. Por meio de entrevistas abertas e semiestruturadas, observação direta e participação em algumas reuniões durante três períodos de trabalho de campo, mediando-se pelo conceito analítico de autonomia inspirado em Van der Ploeg, James Scott e Axel Honneth, buscou-se compreender as estratégias de reprodução social atuais dos moradores desses bairros, tendo como premissa a inerência da sociedade em conflitos sociais.

Palavras-chave: Autonomia, Sobreposição, Conflitos, Unidade de conservação, Comunidades, Periferia urbana.

¹ Mestranda em Sociologia, orientada pela Profa. Dra. Lúcia da Costa Ferreira e financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Conflitos armados e mudança social no município de *Cité Soleil* do Haiti a partir dos anos 1990 até hoje: uma análise crítica da gestão do poder político e do papel das religiões.

JEAN FABIEN¹

jeandefabien1982@yahoo.fr

Resumo

Em *Cité Soleil*, município de 265. 072 habitantes e de 22 km², situado ao norte da capital Porto Príncipe do Haiti, os conflitos armados são um fenômeno social frequente e repetitivo. Essa frequência e repetição tendem a mostrar que ali tem, de um lado, um problema de objetividade e de racionalidade na metodologia de gestão política desses conflitos pelo Estado, um campo empírico cheio de atores (sociais, políticos e religiosos) a explorar relacionando-o com as teorias do conflito social, do papel da religião nos conflitos e da mudança social, do outro. Do ponto de vista histórico, pretendemos partir dos anos 1990 – data à qual corresponde o início desse fenômeno – para analisar tanto a gestão política como o papel e o lugar da religião nesses conflitos. Estudaremos, portanto, o conflito armado como elemento de mudança social enquanto a religião será abordada como arena socioreligiosa de reconstrução dos elos sociais entre os indivíduos nos momentos de conflitos armados. Assim, optando pela metodologia qualitativa e quantitativa, o objetivo principal da pesquisa consiste em entender as razões da frequência e da repetitividade desses conflitos armados em *Cité Soleil*.

Palavras-chave: Haiti-Cité Soleil, Conflito Armado, Religião, Gestão Política, Mudança social.

¹ Doutorando em Sociologia, orientado pelo Prof. Dr. Renato Ortiz.

Imigração haitiana e política de acolhimento institucional na cidade de São Paulo: 2010-2015

KASSOUM DIÉMÉ¹

kdieme@hotmail.com

Resumo

Este trabalho analisa a política de acolhimento institucional a imigrantes haitianos na cidade de São Paulo entre 2010 e 2015. Desde 2010 esta imigração ocorre no Brasil e nesta cidade, envolvendo homens e mulheres, diversas gerações e perfis, alterando significativamente a política de acolhimento a migrantes. O acolhimento a estes imigrantes envolveu o CNIg, a Missão Paz e a CPMig cujo trabalho é aqui analisado. Ele começa antes da chegada dos haitianos e se estende até sua presença na cidade. Era inicialmente fragmentado e proporcionado conforme o entendimento de cada instituição sobre imigração e imigrante. Para o CNIg a política de acolhimento a haitianos se materializou com a criação do Visto Humanitário, embora a inserção destes no mercado justifica sua permanência no Brasil. Para a Missão Paz, o acolhimento é de difícil delimitação, prioriza os mais vulneráveis e é motivada pelo Evangelho. No seu acolhimento a CPMig se diferencia por promover a participação política de imigrantes. Estes entendimentos se ampliaram ao longo dos anos. Houve diálogos e colaborações fundamentais entre estas instituições. Este acolhimento acabou tendo uma coordenação nacional, sendo orientada pela ótica dos Direitos Humanos. Dar as mesmas oportunidades de inserção social a homens e mulheres, minimizar práticas xenófobas e racistas já existentes na sociedade anfitriã são alguns dos desafios deste acolhimento.

Palavras-chave: Imigração haitiana, Política de acolhimento institucional, Cidade de São Paulo: 2010-2015.

¹ Mestrando em Sociologia, orientado pelo Prof. Dr. Mário Augusto Medeiros da Silva e financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Implicações de governança e impacto ambiental no período de Mao Zedong (China 1949-1976)

LISANDRA ZAGO¹
zagolisandra@gmail.com

Resumo

No período dos 27 anos de governo de Mao Zedong, os eventos naturais extremos, principalmente as inundações e terremotos, mataram mais de 2,5 milhões de chineses, ultrapassando 92 mil pessoas por ano. Ainda que os eventos naturais façam parte dos ciclos naturais da Terra, esses fatos têm repercussão de desastres, e esta vulnerabilidade dos ecossistemas é devido à degradação ambiental. Logo, eventos que outrora poderia se considerar natural, neste estudo será analisado se são de origem antrópica e o que motivou tantas mortes. Os problemas ambientais na China sempre existiram e foram intensificados pela explosão populacional, acelerado crescimento econômico e degradação ambiental. O objetivo deste estudo é pesquisar quais foram as implicações ambientais neste período, e das estratégias de governabilidade, quais os impactos ambientais.

Palavras-Chave: Impacto Ambiental, Governança, Mao Zedong, China.

¹ Doutoranda em Sociologia, orientada pela Profa. Dra. Leila da Costa Ferreira e financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

GT3

Produções culturais pelas margens

Da grife de luxo ao *fast fashion*: uma análise das estratégias de produção de coleções colaborativas

BÁRBARA VENTURINI ABILE¹

bvabile@gmail.com

Resumo

Desde o ano de 2004, fast fashions e grifes de luxo se unem na criação de coleções colaborativas de roupas. As grifes de luxo criam, sob um nome de prestígio, peças exclusivas que possuem qualidade e perfeição como elementos essenciais. Já fast fashion é um modo de produção rápido e massificado, que reproduz modelos criados pelas grifes, de baixa qualidade e preço, voltado às camadas populares. Nas coleções colaborativas, as peças possuem a assinatura da grife, mas são produzidas e vendidas por fast fashions. Supõe-se que no campo da moda prevalece uma hierarquia das marcas de acordo com seus modos de produção, difusão e venda, na qual as grifes ocupam uma posição superior e as fast fashions uma posição inferior. Considerando essa suposição e o discurso de que as parcerias possibilitam um maior acesso à grifes de luxo por parte das camadas populares, investigaremos como uma marca de alto capital simbólico no campo, a grife, adequa seu conceito para a venda de produtos com sua assinatura em fast fashions e o que motiva essa parceria. Temos a hipótese de que as colaborações provocam um reposicionamento da grife e da fast fashion no campo da moda, fazendo emergir novos discursos, gostos e crenças. Para trabalharmos com essa hipótese estudaremos as parcerias realizadas com H&M e Riachuelo, fast fashions que vem se estabelecendo em endereços de comércio de luxo e semanas de moda. A metodologia consistirá em (i) análise documental das fast fashions, grifes e suas parcerias; (ii) revisão bibliográfica, principalmente das obras de Pierre Bourdieu, a respeito da produção do gosto, das relações de dominação e poder simbólico; e (iii) realização de entrevistas com os envolvidos na produção das coleções.

Palavras-chave: Sociologia da Cultura, Moda, Mundialização.

¹ Mestranda em Sociologia, orientada pelo Prof. Dr. Renato Ortiz.

O popular latino-americano: diálogos entre a canção de Milton Nascimento e a América Latina

LETÍCIA ALVES DA CUNHA¹

lealvescunha@gmail.com

Resumo

O presente projeto de pesquisa propõe um estudo sobre a representação do popular na obra de Milton Nascimento das décadas de 1970 e 1980. Nesse período, este compositor brasileiro consagrado no campo da MPB se volta para o tema da América Latina e passa a realizar uma série de colaborações com outros artistas latinoamericanos, concretizando sua inserção em um campo artístico formado nos anos 1960 por cancionistas que catavam a América Latina. Dado que até a década de 1960 a MPB se ocupava centralmente da temática nacional, naquilo que se convencionou chamar nacional-popular, cabe investigar os efeitos dessa abertura à temática da América Latina na reconfiguração do popular. O objetivo central da pesquisa é compreender as representações do popular produzidas em um contexto de diálogos entre artistas latinoamericanos. Nossa hipótese inicial é a de que, neste contexto, tais representações sofreriam um deslocamento do nacional-popular em direção a um popular latinoamericano. No desdobramento dessa hipótese teríamos como problema de pesquisa a compreensão dos significados do popular dentro do popular latino-americano. Por conseguinte, propomos, como segunda hipótese, que essa noção de popular contida no popular latino-americano carregariam elementos centrais do nacional-popular. O projeto prevê ainda como objetivos derivados da pesquisa: o estudo da categoria popular; e revisão bibliográfica a respeito da América Latina e seus significados centralmente nos anos 1960 e 1970.

Palavras-chave: América Latina, Representação do popular, Nacional-popular, Canção, Milton Nascimento.

Milton Nascimento é um cantor e compositor brasileiro consagrado nacional e internacionalmente. Nascido no ano de 1942, no Rio de Janeiro, mas criado na cidade de Três Pontas, em Minas Gerais, iniciou sua formação musical ainda muito jovem através do piano que havia na casa de sua avó, assim como de outros instrumentos, como a gaita e a sanfona de quatro baixos, que ganhara de presente antes de completar seus 7 anos e, é claro, de seu primeiro violão, conquistado aos 13 anos de idade. Já nos anos 1950 criou, junto com Wagner Tiso (1945-), seu primeiro conjunto

¹ Mestranda em Sociologia, orientada pelo Prof. Dr. Michel Nicolau Netto e financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

musical, o “Luas de Prata”, que depois vai se transformar em “Milton Nascimento e seu conjunto” e passar a se apresentar em diversas cidades da região. Nos início dos anos 1960 Milton Nascimento e Wagner Tiso se juntam a outros amigos e formam o “W’s Boys”, grupo com o qual atingem grande sucesso e chegam ser convidados para participarem do “Conjunto Holliday” em Belo Horizonte - cidade que exerceu importante influência na carreira do artista não apenas por sua participação na cena musical local, mas também por ter sido onde conheceu os irmãos Borges, com os quais viria a estabelecer umas de suas mais importantes parcerias. Em 1966, já morando em São Paulo participa do Festival Berimbau de Ouro interpretando “Cidade Vazia”, de Baden Powell e Lula Freire e tem uma de suas composições, “Canção do Sal”, gravada por Elis Regina. Contudo, é em 1967, quando é eleito melhor intérprete e sua canção “Travessia” consegue o segundo lugar no Festival Internacional da Canção (FIC), que Milton Nascimento torna-se conhecido para o grande público e consagra-se no campo da MPB.¹ Dentre dezenas de trabalhos importantes, destacam-se aqueles realizados em parceria com os demais rapazes do Clube da Esquina², como os discos “Clube da esquina” e “Clube da esquina 2”³.

É importante notar que a obra de Milton Nascimento apresenta, a partir dos anos 1970, um notável traço de aproximação com a América Latina. Muitas de suas canções trazem significativas referências à história e cultura do povo latino-americano – seja por meio das letras ou da sonoridade – como é o caso, por exemplo, de “Canto Latino”⁴ (1970), “San Vicente”⁵ (1972), e “Canção da América”⁶ (1980). Além disso ele dialogou com nomes de grande destaque dentro da música de nosso continente a partir de regravações de canções como “Volver a los 17” (1976) ou “Casamiento de Negros” (1978) da chilena Violeta Parra (1917-1967), “Sueño con serpientes”(1980) e “Canción por la unidad latinoamericana” (1978) respectivamente dos cubanos Silvio Rodriguez (1946-) e Pablo Milanés (1943-); ou ainda de

¹ Estas e outras informações sobre a vida e a carreira de Milton Nascimento podem ser consultadas em seu site oficial: Disponível em: <<http://www.miltonnascimento.com.br/site/>> Acessado em: 25 de set de 2016.

² Turma de músicos e amigos formada na década de 1960 em Belo Horizonte, composta por Milton Nascimento, Fernando Brant, Márcio Borges, Lô Borges, Wagner Tiso, Toninho Horta, Ronaldo Bastos, Beto Guedes e outros. Sobre a trajetória do Clube da Esquina Cf. BORGES, 1996; GARCIA, 2000; DINIZ, 2012.

³ Respectivamente: Milton Nascimento e Lô Borges. LP Clube da Esquina. EMI-Odeon, 1972; Milton Nascimento. LP Clube da Esquina 2. EMI-Odeon, 1978.

⁴ Composta em parceria com Ruy Guerra.

⁵ Composta em parceria com Fernando Brant.

⁶ Composta em parceria com Fernando Brant.

apresentações ao lado dos argentinos León Gieco (1951-) e Mercedes Sosa (1935-2009) – cantora que representava “a voz” da América Latina para Milton Nascimento e com quem ele manteve uma duradoura parceria.

Tendo em vista que até os anos 1960 esse não era um traço recorrente na música popular brasileira, que se via voltada a um projeto de construção da nação, cabe investigar os motivos que levaram a uma abertura do cenário musical brasileiro ao tema da América Latina, assim como os possíveis efeitos desse encontro original entre música popular brasileira e América Latina na ressignificação do popular. Para realizar tais investigações, este projeto de pesquisa propõe um estudo da produção musical de Milton Nascimento nas décadas de 1970 e 1980 – momento em que aqueles traços referentes ao diálogo com a América Latina se destacam em sua obra.

Problematização do problema de pesquisa

Não podemos tomar a denominação América Latina como algo dado, desconsiderando sua historicidade. É preciso lembrar que seu surgimento e consolidação são resultados de diversas disputas e controvérsias políticas e ideológicas. Existem, centralmente neste debate, duas perspectivas conflitantes: uma que atribui ao surgimento da expressão fatores exógenos e outra que defende a preponderância de fatores endógenos. A primeira perspectiva, como mostra Leslie Bethel (2009), aponta que a expressão teria origem francesa, tendo sido cunhada sob a afirmação da necessidade de defender os povos “latinos” – aqueles que possuiriam uma afinidade cultural e linguística que os unia – da influência anglo-saxã, especialmente norte-americana; o que também teria servido para justificar o imperialismo francês sobre o México durante o império de Napoleão III. Segundo essa perspectiva, o responsável por empregar o termo “latino” pela primeira vez para se referir à totalidade correspondente a América Latina teria sido Michel Chevalier, um político, economista e intelectual francês, no ano de 1836.

Os defensores da segunda perspectiva apontam que a “gênese da ideia e do nome América Latina” – para usar o título do livro de Arturo Adão (1980) –, seria resultado de interesses internos, dos próprios países latino-americanos. O interesse de integração e a necessidade de fazer frente às interferências norte-americanas teriam sido os principais motores da criação dessa ideia, que fora utilizada pela

primeira vez sob a expressão América Latina em 1857 por José María Torres Caicedo em seu poema intitulado “As duas Américas”¹. Dito de outro modo, a ideia de América Latina não seria uma imposição de agentes externos aceita de forma passiva pelos atores dos países latino-americanos, mas sim um atitude consciente e política desses atores que possuíam reivindicações próprias, e que foram os principais responsáveis pela legitimação e perduração da expressão, através de seu uso em projetos politico-culturais a partir da segunda metade do século XIX².

No entanto, independentemente das disputas que envolvem a historicidade da expressão América Latina, a ideia de identificação entre os povos do continente sob essa égide – de diferentes maneiras em diferentes momentos históricos – faz sentido no imaginário das pessoas e produz efeitos no mundo social.

Essa ideia de identificação entre os povos latino-americanos integrou o imaginário de alguns atores sociais no campo da literatura e do pensamento social ainda no século XIX. Em um primeiro momento sem contemplar o Brasil, intelectuais e escritores hispano-americanos³ dedicaram-se a pensar e produzir um universo simbólico a respeito de tais ideias. Posteriormente, a partir de fins do século XIX, mas mais significativamente no século XX, essas ideias começam a integrar também o imaginário de brasileiros⁴. O esforço de intelectuais hispano-americanos⁵, que passam a incluir o Brasil neste imaginário identitário, e a maior participação dos próprios escritores e intelectuais brasileiros⁶ em tal investida cria “o que o historiador

¹ Cf. ARDAO, 1980: 83.

² Cf. QUIJADA, 1998; PRADO; PELLEGRINO, 2014; SANTOS, 2015.

³ Utilizarei o termo hispano-americano para me referir aos povos da América Espanhola, ou seja, pertencentes à antiga colônia espanhola, e, portanto, não incluir os brasileiros e o termo latino-americano para abarcar também estes últimos. Alguns desse escritores hispano-americanos: “José María Torres Caicedo, jornalista, poeta e crítico colombiano nascido em 1830 em Bogotá e falecido em 1889 em Paris; Francisco Bilbao, intelectual socialista chileno (1823-1865), e Justo Arosemena, jurista, político, sociólogo e diplomata colombo-panamenho (1817-1896)”. Cf. ARDAO, 1980; BETHELL, 2009: 290.

⁴ É sabido que no caso do Brasil essa identificação oscilou bastante em diferentes momentos da história. Sobre a relação de pertencimento do Brasil à América Latina cf. BAGGIO, 1998; CAPELATO, 2000; PRADO, 2001.

⁵ Dentre os quais o de maior destaque é Leopoldo Zea (1912-2004), intelectual mexicano com um forte discurso identitário-integracionista, que procurava incorporar o Brasil à ideia de latino-americanidade. Cf. SANTOS, 2012.

⁶ Com destaque para Darcy Ribeiro (*La cultura latinoamericana*), Gilberto Freyre (*Raíces europeas de la historia brasileña*), João Cruz Costa (*El pensamiento brasileño*), estes três primeiros com textos – título entre parênteses – publicados no livro *Fuentes de la cultura latino-americana* (1993) editado por Leopoldo Zea; Além disso podemos citar Manuel Bandeira (*Literatura hispano-americana* - 1949), Fernando Henrique Cardoso (que escreveu com o chileno Enzo Faletto *Dependência e desenvolvimento na América Latina* - 1969) ou Celso Furtado (*Formação econômica da América Latina* -1969). Cf. BETHEL, 2009: 311-312.

francês Jean-François Sirinelli¹ chama *redes intelectuais*” (SANTOS, 2012, p. 257). No entanto, por meio da literatura e do pensamento social, tais ideias ficaram, em larga medida, restritas ao círculo dos intelectuais. Isso porque, na América Latina, a cultura escrita – “meio de produção, difusão e fixação de um universo simbólico comum” predominante no século XIX – era, mesmo já no século XX, de domínio bastante restrito (GARCIA, 2009, p. 99).

Se a cultura escrita não possuía grande abrangência, os meios de comunicação de massa – o rádio, a televisão, o cinema, o fonograma –, por sua vez, rompiam as fronteiras dos círculos intelectuais, atingindo um número muito mais amplo de pessoas². Dessa forma, no século XX, esses meios se tornaram a forma por excelência de promover e fazer circular o conjunto de imagens que compunha aquele universo simbólico comum³. Neste contexto, a música, valendo-se principalmente do rádio e do fonograma, aparece como uma importante fonte de produção e difusão das ideias em torno da identidade⁴ latino-americana.

O contexto latino-americano dos anos 1960 e 1970

O universo simbólico que compunha o imaginário dos atores sociais da América Latina nos anos 1960 e 1970 estava diretamente informado por um contexto histórico de transformações sociais ocorridas em um cenário de valorização da política e de grande expectativa revolucionária, por um lado, e do imperialismo norte-americano e de forte repressão, por outro.

Para Claudia Gilman, essa “época” dos anos 1960 e 1970 “se caracterizó por la percepción compartida de la transformación inevitable y deseada del universo de las instituciones, la subjetividad, el arte y la cultura [...] no solo para América Latina sino

¹ Referenciado por SANTOS, 2012: 257, na nota 10: “SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René. Por uma história política. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/Ed. FGV, 1996, p. 248-249.”

² Foge aos objetivos aqui problematizar o papel dos meios de comunicação de massa, mas é importante lembrar que, se por um lado esses meios permitem que a informação chegue a muitas pessoas, por outro eles não dão voz a essas pessoas. Dito de outro modo, se antes, na cultura escrita, poucos falavam para poucos, com o advento dos meios de comunicação de massa poucos falam para muitos.

³ Sobre a importância do rádio para, por exemplo, se “imaginar a nação” (cf. NICOLAU, 2009).

⁴ Quando falamos em identidade nos referimos às construções discursivas geradoras das referências simbólicas que compõem o imaginário dos indivíduos. Tais referências expressam laços de identificação a uma determinada coletividade e são responsáveis pelo acionamento do sentimento de pertencimento do indivíduo ao grupo. É importante ressaltar que, enquanto construções, as identidades não são estáticas, estando sujeitas a constantes ressignificações e transformações. Sobre o caráter mutável das identidades culturais (cf. HALL, 2006).

para el mundo entero” (2003, p. 40). Essa percepção era fruto de diversos acontecimentos iniciados já na década de 1950 como os processos de descolonização na África, a Guerra do Vietnã, a luta dos negros por direitos civis nos Estados Unidos e a Revolução Cubana. Tudo indicava que o mundo estava prestes a sofrer uma transformação radical e o sentimento geral era o de que intelectuais e artistas teriam um papel fundamental nessa transformação: de conscientização do povo e influência nos rumos da revolução.

A Revolução Cubana em 1959 traz o tema da revolução socialista para a pauta do dia na América Latina, o que cria, em virtude das disputas entre EUA e URSS no cenário da Guerra Fria, um novo marco de relevância geopolítica para a região. Essa mudança no grau de relevância da região, dentro de um cenário de disputas globais, contribui para o fortalecimento de uma identidade latino-americana. Como afirma Claudia Gilman:

La fundación deliberada de un nuevo marco de relevância geopolítica se tradujo en la referencia continental como espacio de pertenencia de los intelectuales latino-americanos. Este latinoamericanismo se insertaba, además, dentro de una solidaridad tercermundista. Ese recorte del mundo de pertenencia buscó unir la cultura y la política en un concepto superador de las fronteras nacionales, al conjunto de los “condenados de la tierra”, según la fórmula [de] Frantz Fanon (2003, p.27).

Como veremos adiante, esse sentimento de solidariedade que busca a superação das fronteiras nacionais em favor da referência continental como espaço de pertencimento se dará muito fortemente entre artistas do período.

Se por um lado a Revolução Cubana confere importância geopolítica à região, ao colocar o tema da revolução socialista em primeiro plano na pauta política, ela resgata, ao mesmo tempo, a problemática do imperialismo norte-americano. A aproximação entre Cuba e URSS cria um alerta nos Estados Unidos, que começa a ver a possibilidade de expansão da ameaça comunista dentro de um espaço considerado como sua zona de influência. Com a intenção de evitar um “efeito dominó” – tanto por parte dos norte americanos, como de setores anticomunistas dos países latino-americanos¹ – estabelecem-se novas relações entre os Estados Unidos e a América Latina. Estas relações vão se concretizar notavelmente no âmbito militar. Os Estados

¹ Para Tulio Donghi essa era uma nova situação de solidariedade entre Estados Unidos e América Latina, que não contava com uma unanimidade de oposição a essa intervenção dentro da sociedade latino-americana. Cf. DONGHI, 1998:529.

Unidos darão apoio às intervenções militares nas esferas políticas dos países latino-americanos e passarão a oferecer treinamento militar aos países vizinhos, a fim de desenvolver a chamada Doutrina de Segurança Nacional. Essa medida era destinada a capacitar as forças armadas para combater um inimigo diferente daquele comumente enfrentado por elas no campo bélico, um inimigo que se esconderia no interior da própria sociedade e que, por tanto, exigiria uma conduta específica: a intervenção em diferentes níveis da sociedade, comumente fora da alçada dos militares, como na política, na economia, nos aparatos ideológicos e na produção cultural¹.

O clima de expectativa da revolução vai ser duramente golpeado pelas intervenções militares que ocorrerão nos diversos países do continente no período. Pese as particularidades de cada país, havia certa consonância entre os problemas sociais enfrentados, as soluções autoritárias propostas e as formas de resistência. Ao passo que estabeleciam-se formas semelhantes de atuação dos governos autoritários, por exemplo através da famosa Operação Condor – que criava uma rede de cooperação entre os governos militares dos diversos países latino-americanos para combater focos de “subversão”² – as formas de resistência também se assemelhavam: houve ampla organização da esquerda em torno de movimentos de guerrilha ao redor do continente³.

Em contrapartida, o intenso período de repressão proporcionado pelos regimes autoritários, somados aos intercâmbios culturais impulsionados pelos exílios forçados nos diferentes países do continente, contribuiu para o surgimento de um sentimento de solidariedade e maior afinidade ideológica entre diversos atores sociais desses países: alargava-se a crença na necessidade de afirmação de uma identidade transnacional capaz de enfrentar esses problemas que não se restringiam às fronteiras de uma única nação. Este foi um período de grande efervescência no meio artístico latino-americano da época, tanto na literatura, com o realismo mágico, quanto na música.

¹ Cf. IANNI, 1979; 1988.

² Cf. IANNI, 1979; 1988.

³ Cf. HOBBSAWM, 1995; DONGHI, 1998; PRADO; PELLEGRINO, 2014. Salientamos que a discussão sobre o contexto da América Latina dos anos 1960 e 1970 será aprofundada ao longo da pesquisa com base nos referenciais teóricos previamente localizados (IANNI, 1979; 1988; DONGHI, 1998; HOBBSAWM, 1995; GUAZZELLI; WASSERMAN, 2004; GUAZZELLI, 2004; TERÁN, 2004; VILLAÇA, 2004; GARCIA, T. C., 2005) assim como a partir de novo levantamento bibliográfico.

Assim, é justamente em torno dessas décadas que vislumbramos a configuração de projetos identitário-integracionistas em torno da música popular, mais especificamente da canção engajada do continente americano. Em 1963 o *Manifiesto del Nuevo Cancionero*, documento assinado por vários artistas e intelectuais, publicado em Mendoza, na Argentina, lança as bases do movimento *Nueva Canción*. Tal movimento, que se estenderia por todo o Cone Sul – compreendendo Argentina, Chile e Uruguai – aparece com uma tentativa de renovação musical, que buscava centralmente uma música representativa da “nação” e de caráter “popular”. Sem incorrer na dicotomia campo-cidade, tradicional-moderno, folclore-tango (no caso da Argentina), esse novo cancionero deveria ser capaz de expressar o país em sua “totalidad humana y regional”¹. O forte apelo à integração nacional não excluía, no entanto, o horizonte mais amplo da América Latina. A ideia de integração latino-americana aparece já nas primeiras canções do movimento, como é o caso de “*Canción para mi América*”, de Daniel Viglietti² –, e ganha relevância através da atuação de importantes artistas, como Mercedes Sosa. Outro evento fundamental na constituição desse projeto integracionista foi o *I Encuentro de la Canción Protesta* ocorrido em Cuba no ano de 1967. Esse encontro congregou diversos artistas latino-americanos e de outras partes do mundo a fim de discutir os rumos da canção engajada. A partir desse encontro os temas da integração latino-americana, da revolução e do anti-imperialismo foram alçados ao primeiro plano.

Esses foram alguns dos acontecimentos através dos quais artistas latino-americanos puderam estabelecer “uma série de ‘conexões transnacionais’ que resultaram na constituição de uma complexa rede de diálogos e intercâmbios” por meio da música (GOMES, 2013, p.20). Os primeiros sinais da entrada de artistas brasileiros nesta rede aparecem em fins dos anos 1960, com o disco “Canto Geral”³ de Geraldo Vandré, o qual apresentava uma aproximação estética com a *Nueva Canción* latino-americana⁴. No entanto, será apenas no decorrer dos anos 1970, com a participação de importantes nomes da MPB, como Milton Nascimento, que se consolidará tal inserção (GOMES, 2013).

¹ TEJADA GÓMEZ, 1963. Para uma discussão mais aprofundada sobre o manifesto cf. GARCIA, T. C., 2005.

² Canciones folklóricas y seis impresiones para canto y guitarra. Uruguay – Antar PLP5024, 1963.

³ Geraldo Vandré. Canto geral. Brasil – Odeon, 1968.

⁴ Sobre a sonoridade do disco “Canto geral”, cf. NAPOLITANO, 2010a: 231.

A participação um pouco mais tardia dos artistas brasileiros nos faz atentar para o fato de que apesar dessa sintonia entre os acontecimentos no Brasil e nos demais países do Terceiro Mundo, e, mais especificamente, da América Latina, no caso brasileiro a questão nacional ainda se sobrepunha, deixando uma nebulosidade em torno da possível aproximação do Brasil à América Latina. De modo que, para atingirmos o recorte desejado para esta pesquisa, faz-se necessária uma breve contextualização do cenário musical brasileiro desse período a fim de salientar os aspectos que permitiram a inserção de artistas brasileiros neste contexto de diálogos latino-americanos.

O contexto brasileiro

O contexto cultural do Brasil nos anos 1960 também trazia uma forte vinculação entre cultura e política. A articulação entre as vozes dos intelectuais e do povo davam o tom de um período marcado pelas ideias de esquerda, pela busca de uma identidade nacional e pela noção de que os artistas tinham um importante papel de conscientização das massas em direção à revolução que estaria em curso. Para caracterizar esse “imaginário crítico” surgido no meio artístico na década de 1960, Marcelo Ridenti (2010) fala em uma “estrutura de sentimento da brasilidade (romântico) revolucionária”, que combina a centralidade da nação na busca de uma identidade do povo brasileiro à proposta de uma arte engajada, capaz de contribuir para desalienar as consciências. Mesmo após o golpe de 1964 essas ideias não desapareceram do horizonte artístico da época. Como afirma Roberto Schwarz, naquele momento, “apesar da ditadura de direita, há uma relativa hegemonia cultural da esquerda no país” (1978, p. 62).

É nesse contexto de estreitamento das relações entre cultura e política que a MPB aparece enquanto instituição¹ cultural. O surgimento e consagração da Música Popular Brasileira (assim, grafada em maiúsculo) se deram a partir do que se idealizou como um “ciclo de renovação musical radical” localizado entre os anos 1959 e 1968, respectivamente os marcos da Bossa Nova e do Tropicalismo. Esse

¹ Napolitano utiliza a noção de “instituição” no sentido conferido por Bourdieu: “Acumulação nas coisas [no caso, as obras] e nos corpos [no caso, os artistas e intelectuais] de um conjunto de conquistas históricas que trazem as marcas de suas condições de produção e tendem a gerar as condições de sua reprodução” (BOURDIEU *apud* NAPOLITANO, 2010a).

movimento de renovação musical buscava uma nova canção, capaz de expressar um projeto de nação brasileiro¹ que se pautava no recente ciclo de desenvolvimento industrial e na “ideologia nacional-popular”² (NAPOLITANO, 2002, p. 1). Entrecruzando ideias e signos musicais a MPB articulava política e cultura se colocando, deste modo, no centro dos debates estético-ideológicos³ do período. Como não pretendia estabelecer entre as canções que englobava uma “identidade e coerência estética unívoca” (*idem.*, p. 2), a MPB passou a ser vista antes como um “complexo cultural” – capaz de dar a “medida do que deveria ser considerado ‘popular’ e ‘brasileiro’” – do que como um gênero musical específico (NAPOLITANO, 2005, p. 72).

A consolidação desse “complexo cultural” esteve diretamente relacionada às tendências de gosto que combinavam uma “ideologia nacionalista integradora” com uma “nova cultura de consumo cosmopolita”, assim como a uma estreita relação com a indústria cultural (NAPOLITANO, 2002; 2010a). Deste modo, a MPB traz, paradoxalmente, as marcas de um engajamento político combinado a sua inserção no mercado de bens culturais⁴.

Posto que grande parte da música popular produzida no Brasil nos anos 1960 encontrava-se atravessada por um acentuado debate político-ideológico, a intensificação da repressão política vivida no pós-68 causa grande impacto nesse cenário. Entre 1969 e 1973, os mecanismos de censura e o exílio de importantes nomes da cena musical interferem de maneira direta na produção e circulação da mercadoria canção. Esta interferência cria algo como uma “demanda reprimida” que, ao encontrar escape logo em seguida, no cenário de expectativa da abertura política, vai melhorar significativamente as condições de “criação e circulação do produto”,

¹ Vale lembrar que a centralidade da questão nacional encontrava-se bastante em voga desde os famosos “ensaios” de interpretação do Brasil escritos entre os anos 1920 e 1940, tais como: *Populações Meridionais do Brasil* (1920) de Oliveira Vianna; *Casa-grande&Senzala* (1933) de Gilberto Freyre; *Raízes do Brasil* (1936) de Sérgio Buarque de Holanda.

² O nacional-popular, como explica Napolitano, é empregado aqui como uma cultura política, no sentido do “conjunto de categorias e representações simbólicas que formam um campo contíguo, articulando normas, valores e comportamentos, que formam um substrato da vida política institucional e organizam a arena dos conflitos”, podendo mudar de orientação conforme as circunstâncias. Cf. NAPOLITANO, 2010a

³ Sobre a relação entre música e ideologia, Marcos Napolitano afirma que “justamente devido ao sentido ‘enigmático e polissêmico’ dos signos musicais é que eles se abrem para um leque de usos culturais e interpretações políticas, marcados pela vontade de utilização da linguagem musical na transmissão de ideias, ou melhor, de ideologias” (NAPOLITANO, 2002:5).

⁴ Cf. ORTIZ, 1994.

causando o *boom* da canção brasileira. *Boom* que vai consolidar a MPB como uma espécie de “trilha sonora” da abertura política. (NAPOLITANO, 2002; 2010b)

Aproximadamente entre os anos de 1972 e 1975 – período de retorno do exílio de alguns importantes nomes da música popular, do surgimento de novos artistas “revelações” e do lançamento de LPs com parceiras de músicos provenientes de tendências tidas como antagônicas nos anos 1960 – a MPB enquanto complexo cultural começa a se rearticular unindo-se em uma só corrente com a Bossa Nova e o Tropicalismo¹. Nesse recém-formado cenário musical, Milton Nascimento e os demais integrantes do Clube de Esquina ficam conhecidos como os “mineiros”, uma das chamadas “tendências” da MPB, termo usado para “rotular os ‘regionalismos’ que recusavam o *mainstream* da MPB e não aderiam completamente ao pop internacional, sem, contudo, rejeitá-lo” (NAPOLITANO, 2002, p. 7-8).

Como aponta Luiz Tatit, a partir dos anos 70 a música popular coloca-se como uma “música sem fronteiras rítmicas, históricas, geográficas ou ideológicas” (2004, p. 227). Para Marcos Napolitano “podemos vislumbrar no início dos anos 70 o fechamento de um processo cultural iniciado ainda nos anos 20, marcado pela necessidade de buscar a identidade nacional brasileira e para o qual concorreu de forma significativa a esfera musical popular” (NAPOLITANO, 2005, p. 75). Seria o declínio daquela estrutura de sentimento da brasilidade revolucionária (RIDENTI, 2010, p. 102-103) e do nacional-popular como elemento cultural central na mobilização de identidades. O encerramento desse processo cultural esteve diretamente relacionado ao início de outro: o processo de mundialização da cultura². Com a mundialização da cultura a nação perde terreno para outros espaços componentes da modernidade-mundo, onde são construídos diversos símbolos e referências identitárias que não estão circunscritos a determinadas fronteiras, ou seja, que são transnacionais. Em função disso, a mundialização da cultura interfere diretamente na capacidade de organização das identidades por parte do nacional-popular, que ao perder seu monopólio permite que o popular encontre outras paragens, como, por exemplo, os já estudados internacional-popular e popular restrito³.

¹ A respeito do Tropicalismo e sua relação com a música latino-americana, especialmente com a nova trova cubana, esta pesquisa tomará como referência central o livro *Polifonia Tropical* de Mariana Villaça (2004).

² Cf. ORTIZ, 2000

³ Cf. ORTIZ, 2000; NICOLAU NETTO, 2007

Deste modo, se em um primeiro momento a MPB se via centrada em um projeto de construção de identidade em torno da nação, a partir de fins da década de 1960 e início de 1970 ela começa a se abrir para novas possibilidades de construções identitárias. É nesse momento que notamos uma abertura do cenário musical brasileiro para a participação de artistas naquela já mencionada “rede de diálogos e intercâmbios” latino-americana. A partir de então é possível identificar referências à América Latina na produção musical de diversos artistas brasileiros¹ – seja por meio das letras que fazem alusão a elementos histórico-culturais comuns aos povos latinos, da incorporação de uma sonoridade latino-americana² ou da utilização do idioma espanhol, muitas vezes mesclado ao português.

Se tais referências se tornam um elemento comum à produção musical de vários artistas brasileiros, na obra de Milton Nascimento elas são particularmente intensas e constantes, abarcando grande parte de sua produção no período dos anos 1970 e 1980. Verificamos essas referências tanto em canções de sua própria autoria, que trazem nas letras e na musicalidade elementos associáveis à latinidade³; como nas canções regravadas por ele de compositores como Violeta Parra, Silvio Rodriguez ou Pablo Milanés; além das importantes parcerias com artistas como Mercedes Sosa.

Problema e hipóteses de pesquisa

Aquilo que viemos tratando até aqui como “universo simbólico” será investigado a partir de suas representações. Compreendemos representações, a partir de Stuart Hall (2008), como um processo que liga coisas, conceitos e signos na produção de significado. Os significados, portanto, nunca são fixos, estão o tempo todo sendo produzidos no discurso. Contudo, o fazem em um sistema de representação que os delimita. Dessa forma, certos significados de representações só podem ser compreendidos em um sistema específico, sendo os mesmos diferentes em outros

¹ Como, por exemplo, Geraldo Vandré, Sérgio Ricardo, Belchior, Chico Buarque de Holanda, Elis Regina, além de Milton Nascimento e os demais integrantes do Clube da Esquina.

² Por sonoridade latino-americana compreendemos o cruzamento de referências sonoras dos diversos países do continente perceptíveis pela presença de determinados instrumentos – como charango, cuatro venezuelano, ocarina, quena, zampoña, flauta andina, conga, bongo, tambora –, e/ou certos gêneros – como tango, samba, salsa, rumba, merengue, bachata, chá-chá-chá, mambo, bolero, marimba, bossa nova, jazz latino – e ritmos – especialmente de influências africanas e indígenas – característicos dos países do continente.

³ Entendida aqui como uma expressão cultural própria à América Latina.

sistemas.¹ Essa noção é importante justamente porque vamos investigar um deslocamento simbólico, a saber, do popular. Nossa hipótese é que as representações do popular, articuladas em torno da nação nas décadas de 1950 e 1960², nas décadas seguintes, as que nos interessam estudar, se deslocam para a América Latina. Sendo assim, se a constituição da MPB se deu num contexto onde as representações giravam em torno da nação, naquilo que se chamou de nacional-popular, o que vemos se configurar neste momento posterior é um deslocamento dessas representações não apenas para o internacional-popular ou para o popular restrito³, mas também para o que poderíamos chamar de popular latino-americano. Se confirmada a hipótese inicial, esse novo sistema de representação formado em torno da América Latina teria suas referências simbólicas ancoradas significativamente no reconhecimento de uma história comum aos povos do continente. Teríamos, então, um imaginário coletivo onde povos latinos se identificam enquanto os “condenados da terra”⁴, aqueles que trazem as marcas de um passado colonial e, portanto, da exploração, do conflito, da pobreza e do sofrimento, mas, por outro lado, também da riqueza cultural, da força, da resistência, e mesmo da possibilidade da revolução. Neste imaginário a América Latina passaria a assumir o papel revolucionário conferido anteriormente à nação ou, dito de outro modo, haveria uma passagem da brasilidade revolucionária⁵ para a latinidade revolucionária. No desdobramento da hipótese inicial teríamos, então, que o deslocamento dessas representações carregaria a significação geral do nacional-popular para o popular latino-americano. Deste modo, não haveria um declínio daquela estrutura de sentimento da brasilidade revolucionária, mas sim seu deslocamento para a América Latina. Assim, nos apresenta como problema de

¹ A noção de representação de Hall, encontra-se intrinsecamente associada a sua concepção de ideologia. Para o autor, “[a]s ideologias constituem estruturas de pensamento e avaliação do mundo — as ‘ideias’ que as pessoas utilizam para compreender como o mundo social funciona, qual o seu lugar nele e o que devem fazer,” (p.173), podendo ser compreendidas também como “sistema de representações”. Essas “ideias” ou ideologias se materializam através da linguagem – entendida como “práticas significativas que envolvem o uso de signos” e que pertencem ao “domínio semiótico, o domínio do significado e da representação” – e do comportamento social – que compreende os “rituais e práticas de ação”. Nos termos do autor, “[é] dentro dos sistemas de representação da cultura e através deles que nós ‘experimentamos o mundo’: a experiência é o produto de nossos códigos de inteligibilidade, de nossos esquemas de interpretação” (p.182). As representações são, ainda, fruto de disputas no campo ideológico: essas disputas consistem “na tentativa de obter um novo conjunto de significados para um termo ou categoria já existente, de desarticulá-lo de seu lugar na estrutura significativa” (p.193). Cf. HALL, 2008: 160-198

² Cf. NAPOLITANO, 2005, 2010^a, 2010b; ORTIZ, 2000, 2006; NICOLAU NETTO, 2007; MARCELO, 2010.

³ Cf. respectivamente ORTIZ, 2000 e NICOLAU NETTO, 2007.

⁴ Cf. FANON, 1979.

⁵ Cf. RIDENTI, 2010.

pesquisa, em primeiro lugar, a compreensão da significação do popular dentro desse popular latino-americano, a partir da investigação de suas representações. Por conseguinte, propomos então, investigar se essas representações do popular contida no popular latino-americano carregariam os sentidos centrais do nacional-popular.

Contudo, o acionamento, pelas representações contidas nas canções, dos laços de identificação presentes no referencial simbólico latino-americano não implicaria, a nosso ver, na busca por uma unidade – ao menos não no sentido da unificação de Estados nacionais ou da criação de um bloco cultural homogêneo. Antes, implica na tentativa de estabelecer uma troca entre povos que possuiriam elementos simbólicos em comum. Essa troca se dá no âmbito do popular – no caso, da música popular –, categoria que na América Latina possui a peculiaridade de se constituir em torno de um hibridismo cultural¹, capaz de equacionar elementos aparentemente díspares ou mesmo antagônicos como o rural e o urbano, o arcaico e o moderno, o tradicional e o erudito. Nas sociedades latino-americanas, “culturas tradicionais dos indígenas e dos camponeses unem-se sincreticamente a diversas modalidades de cultura urbana e massiva, estabelecendo formas híbridas de existência do popular” (CANCLINI, 2011, p.248).

Beatriz Sarlo (2008) ao propor uma leitura de Jorge Luís Borges como um escritor ao mesmo tempo nacional e cosmopolita, contextualizando sua produção num encontro de caminhos entre a tradição *criolla* e a erudição, ressalta a capacidade de hibridismo das culturas periféricas e, mais especificamente, latino-americanas. Além disso, a autora nos proporciona uma importante reflexão a respeito da linha tênue existente entre a ideia de uma cultura tradicional que deve ser preservada e esse popular latino-americano que se encontra no cruzamento entre o campo e a cidade, o arcaico e o moderno, o tradicional e o erudito, o nacional e o cosmopolita. Tais amalgamentos entre elementos aparentemente antagônicos não só estiveram presentes nas figurações literárias de escritores dos séculos XIX e XX, como no caso de Borges, mas também se encontram presentes, especialmente na segunda metade do século XX e sob novas significações, nas obras de alguns artistas latino-americanos, como Milton Nascimento, aparentemente interessados em beber da riqueza cultural de um passado que lhes é próprio – que diz respeito a suas raízes culturais –, sem, no entanto, se deixar prender por esse passado – o que os fecharia

¹ Sobre o conceito de hibridismo cultural cf. CANCLINI, op. cit.

em um “regionalismo particularista”. Não se trata, portanto, de um retorno ao passado, da busca por preservar uma cultura tradicional purista, mas sim de aproveitar a densidade cultural legada pelo passado para produzir algo novo, ou seja, para reinventar a própria tradição. Esses impulsos de reinvenção da tradição¹, a partir da incorporação de elementos de uma riqueza cultural do passado àqueles trazidos pela modernidade, colocam o popular latino-americano em constante movimento.

Assim, ao cantar a América Latina e, deste modo, ampliar o diálogo entre os povos – na medida em que esse movimento ocorre no âmbito da música popular, e não da erudita, por exemplo –, o efeito produzido por esses artistas é o de ressignificação do popular. Por esse motivo, tal categoria aparece como um elemento central desta pesquisa.

Bibliografia

- ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- ANHANGUERA, James. *Corações futuristas*. Lisboa: A Regra do Jogo, 1978.
- ARDAO, Arturo. *Genesis de la idea y el nombre de America Latina*. Caracas: Centro de Estudios Latinoamericanos Romulo Gallegos, 1980.
- BAGGIO, Kátia Gerab. *A outra América: a América Latina na visão dos intelectuais brasileiros das primeiras décadas republicanas*. Tese (Doutorado em História Social) - Departamento de História, FFLCH, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.
- BETHELL, Leslie. *O Brasil e a ideia de “América Latina” em perspectiva histórica*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 22, n. 44, p. 289-321, julho-dezembro de 2009.
- BORGES, Marcio. *Os sonhos não envelhecem: História do Clube da Esquina*. São Paulo, Geração Editorial, 1996.
- BRACELI, Rodolfo. *Mercedes Sosa: la negra*. Buenos Aires: Sudamericana, 2003.
- CANCLINI, Nestor G. *Culturas híbridas*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2011.
- CANDIDO, Antonio. *Literatura e Sociedade*. São Paulo: Publifolha, 2000.
- CAPELATO, Maria Helena Rolim. O gigante brasileiro na América Latina: ser ou não ser latino-americano. In: MOTA, Carlos Guilherme (Org.). *Viagem incompleta: a*

¹ Esta pesquisa pretende dialogar com as ideias de Eric Hobsbawm e Terence Ranger em *A invenção das tradições*. Além disso, outro título com o qual se buscará uma aproximação ao longo da pesquisa é o *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem do nacionalismo* de Benedict Anderson.

- experiência brasileira (1500-2000) - A grande transação*. São Paulo: Ed. do Senac, 2000, p. 285-316.
- DIAZ, Clara. *Pablo Milanés: biografia y cancionero*. Cuba: Letras Cubanas, 1999.
- DINIZ, Sheyla C. “*Nuvem cigana*”: a trajetória do Clube da Esquina no campo da MPB. 2012. 231p. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012.
- DONGHI, Tulio Halperin. *História Contemporânea da América Latina*. Madri: Alianza Editorial, 1998.
- FANON, Frantz. *Os condenados da Terra*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1979.
- GARCIA, Luiz H. A. *Coisas que ficaram muito tempo por dizer: O Clube da Esquina como formação cultural*. 2000. 154p. Dissertação (Mestrado em História) Faculdade Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2000.
- GARCIA, Tânia C. Reconfigurações identitárias, meios de comunicação de massa e cultura jovem na América Latina na segunda metade do século XX. In: BARBOSA, Carlos A. S.; GARCIA, Tânia C. (orgs.). *Cadernos de Seminário Cultura e Política nas Américas*, Assis, v.1, p. 99-111, 2009a.
- _____. “*Nova Canção: manifesto e manifestações latino-americanas no cenário político mundial dos anos 60*”. In: Actas del VI Congreso de Música Popular IASPM/AL. Buenos Aires, 2005
- _____. *Tarancón: invenção sonora de um Brasil latino-americano*. In: *ArtCultura*, [s.l.], v.8, p.175-188, 2006.
- GILMAN, Claudia. *Entre la pluma y el fusil: debates y dilemas del escritos revolucionario en América Latina*. Buenos Aires: Siglo XXI Editores Argentina, 2003
- GOMES, Caio de S. “*Quando um muro separa, uma ponte une*”: conexões transnacionais na canção engajada na América Latina (anos 1960/70). 2013. 227p. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.
- HALL, Stuart. *Notas sobre la desconstrucción de “lo popular”*. In: Samuel, Ralph (ed.). *Historia popular y teoría socialista*, Crítica: Barcelona, 1984.
- _____. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- _____. Significação, representação, ideologia: Althusser e os debates pós-estruturalistas. In. *Da diáspora: Identidade e mediações culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003, p. 160-198.
- HOBBSAWM, Eric. *A era dos extremos: o breve século XX 1941-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- HOBBSAWM, E. ; RANGER, T. O. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.
- IANNI, Octavio. *Imperialismo e cultura*. Rio de Janeiro: Vozes, 1979.
- _____. *Imperialismo da América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988.

- MORAES, José G. V. de. *História e música: canção popular e conhecimento histórico*. Revista Brasileira de História, São Paulo, v.20, n. 39, p. 203-221, 2000.
- NAPOLITANO, Marcos. *História & Música: história cultural da música popular*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005
- _____. *Seguindo a canção: engajamento político e indústria cultural na MPB (1959-1968)*. Versão digital revista pelo autor, 2010a (Publicada originalmente pela Editora Annablume, com apoio da FAPESP, em 2001)
- _____. MPB: a trilha sonora da abertura política. In: *Estudos Avançados*. São Paulo, v. 24, n. 69, p. 389-402, 2010b
- _____. A música popular brasileira (MPB) dos anos 70: resistência política e consumo cultural. In: *Actas del IV Congreso Latinoamericano de la Asociación Internacional para el estudio de la Música Popular*, Cidade do México, abril de 2002.
- NICOLAU NETTO, Michel. *Discursos identitários em torno da música popular brasileira*. 2007. 248p. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.
- _____. *Música brasileira e identidade nacional na mundialização*. São Paulo: FAPESP; Annablume, 2009.
- ORTIZ, Renato. *A moderna tradição brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- _____. *Mundialização e cultura*. São Paulo: Brasiliense, 2000.
- _____. *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo: Brasiliense, 2006.
- PRADO, Maria Lígia Coelho. O Brasil e a distante América do Sul. *Revista de História Humanitas*, São Paulo, n. 145, 2001, p. 127-149.
- PRADO, Maria Lígia; PELLEGRINO, Gabriela. *História da América Latina*. São Paulo: Contexto, 2014.
- QUIJADA, Monica. *Sobre el origen y difusión del nombre América Latina (o una variación heterodoxa en torno al tema de la construcción social de la verdad)*. Revista de Indias, vol. LVIII, n. 214, 1998. p. 595-616.
- RIDENTI, Marcelo. *Artistas e intelectuais no Brasil pós-1960*. Tempo Social, Revista de Sociologia da USP, v. 17, n. 1, p.81-110, jun 2005.
- _____. *Brasilidade revolucionária: um século de cultura e política*. São Paulo: Editora da UNESP, 2010.
- SANTOS, Daniela Vieira dos. *As representações de nação nas canções de Chico Buarque e Caetano Veloso: do nacional-popular à mundialização*. 2014. 385p. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2014.
- SANTOS, Fábio Luiz Barbosa dos. *Gênese e atualidade da noção de América Latina: uma reflexão sobre o sentido histórico da integração continental*. Faces da História, Assis-SP, v.2, nº1, p. 06-16, jan.-jun., 2015.
- SANTOS, Luciano. *O Brasil como parte da América Latina: o projeto identitário-integracionista de Leopoldo Zea*. Temporalidades, Revista de História, [s.l.], v.4, n.2, p.254-277, ago/dez 2012.

- SARLO, Beatriz. *Jorge Luis Borges, um escritor na periferia*. São Paulo: Iluminuras, 2008.
- SCHWARZ, Roberto. Cultura e política 1964-1969. In: *O pai de família e outros estudos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- TATIT, Luiz. *O cancionista: composição de canções no Brasil*. 2.^a ed. São Paulo: Ed. USP, 2002.
- _____. *Elementos para a análise da canção popular*. In: CASA, Araraquara, Unesp, vol. 1, nº 2, dezembro de 2003.
- _____. *O século da canção*. Cotia: Ateliê, 2004.
- TERÁN, Oscar. Ideas en el siglo. Intelectuales y cultura en el siglo XX latinoamericano (comp.). Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2004
- VILELA, Ivan. Nada Ficou Como Antes. *Revista USP*, São Paulo, v. 87, p. 14-27, 2010.
- VILLAÇA, Mariana Martins. *Polifonia Tropical: experimentalismo e engajamento na música popular (Brasil e Cuba, 1967-1972)*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2004
- WILLIAMS, Raymond. *Keywords: a vocabulary of culture and society*. Oxford University Press: New York, 1983.

1. Discografia

- Milton Nascimento e Lô Borges. LP Clube da Esquina. EMI-Odeon, 1972.
- Milton Nascimento. LP Geraes. EMI-Odeon, 1976.
- Milton Nascimento, Mercedes Sosa e León Gieco. LP Corazón americano/El gran concierto. Polygram, 1985.

2. Site consultado

- Milton Nascimento (oficial). Disponível em: <<http://www.miltonnascimento.com.br/site/>>

As *youtubers* e a estética negra: ressignificação, representatividade e identificação

LETICIA CHRISTINA PAVARINA¹

leticiachp3@gmail.com

Resumo

Este projeto busca analisar os modos de auto-representação de mulheres negras em quatro canais nacionais do site *Youtube*, os quatro canais são produzidos por jovens mulheres e abordam temas que fazem parte de suas vivências sendo o principalmente deles a estética. A intenção é compreender como as produções desses canais colaboram para a criação de novas etnicidades em relação à estética negra e como eles ressignificam as posições e as formas como as mulheres negras se veem e são vistas. Além disso, deseja-se ver como essas jovens se colocam não apenas em termos de resistência, como propõe grande parte da literatura que trata das relações raciais, mas de re-existência, como propõem autoras como Audre Lorde e Ana Lucia Silva Souza (2011). Ou seja, como mulheres negras jovens reinventam novas formas de auto-inscrição que visam mais, nos termos de Fanon (2008), a proposição de uma ontologia do negro marcada fora dos termos meramente relacionais.

¹ Mestranda em Sociologia, orientada pela Profa. Dra. Bárbara Geraldo de Castro e financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Pés, cadeiras e leituras de mulata – a cadência do corpo no samba e na memória de mulheres negras de Araraquara/SP

NEILA DÓRIA DE ANDRADE SILVA¹

neilinhads@gmail.com

Resumo

O presente estudo almeja estabelecer discussões sobre a memória das gerações de mulheres negras brasileiras, com o objetivo de questionar estereótipos hipersexualizados e negativos, social e historicamente atribuídos à elas. Assim, se propõe a observação do cotidiano contemporâneo dessas mulheres e suas estratégias de resistência cultural através da dança do Samba em uma das nascentes de tal ritmo no Brasil, a cidade de Araraquara - São Paulo (SP). A investigação parte do aprendizado em meio à tradição e à memória, analisando os distintos registros da transmissão familiar entre diferentes gerações. Pincelando desde o samba rural no contexto escravista, perpassando pelos anos 1990 e a efervescência do samba de grupo, chegando aos dias atuais. Tendo assim um olhar na pesquisa de campo para os diálogos entre a vivência cotidiana do movimento corporal e a experiência coletiva compartilhada, juntamente ao arsenal teórico das obras de pesquisadoras negras, dentre elas Ângela Davis e Beatriz Nascimento. Os trabalhos de pesquisa sobre tal tema têm sido feitos, mas ainda são poucos os registros sendo delineados através da voz das mulheres negras. Então, retomá-los por meio da valorização à memória é fundamental para romper com a lógica de invisibilidade social. Nesse sentido o presente trabalho almeja discutir novos olhares sobre a concepção corpórea das mulheres negras, expondo os processos de apreensão e expressão cênica, por meio das esferas de encontros simbólicos na região do oeste paulista.

Palavras – chave: Mulher Negra, Corpo, Identidade, Samba, Memória.

¹ Mestranda em Sociologia, orientada pelo Prof. Dr. Mario Augusto Medeiros da Silva e financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

As implicações políticas, culturais e econômicas na formação da primeira geração de cantoras de sucesso do Brasil nas figuras de Linda Batista, Dalva de Oliveira, Emilinha Borba e Marlene

PAOLA GIULIANA BORGES¹

paolagbb03@gmail.com

Resumo

A presente pesquisa tem como objeto a análise das determinações políticas, econômicas e culturais que contribuíram para a formação da primeira geração de cantoras de sucesso no Brasil nas figuras de Linda Batista, Dalva de Oliveira, Emilinha Borba e Marlene. Para tal reflexão, torna-se necessária a compreensão da conjuntura que levou à formação dos meios de trabalho e de divulgação de trabalho dessas artistas, tais como indústria fonográfica, cinema, emissoras de rádio e revistas especializadas, bem como a análise em relação às condições que possibilitaram a tais artistas se inserirem nesses meios e alcançarem o patamar de ídolos musicais do país nas décadas de 1940 e 1950.

Os focos de estudo desta pesquisa são o modo e as condições em que se dava a inserção das cantoras citadas nos meios de diversão desenvolvidos no Brasil na primeira metade do século XX. Os estilos musicais cantados e de maior sucesso, as emissoras de rádio em que trabalhavam, os programas de rádio em que faziam suas apresentações, os locais em que faziam seus shows e suas participações em filmes e revistas são os pontos de onde parte tal análise que tem levado em consideração em sua realização aspectos financeiros, culturais e possíveis influências políticas para tal inserção e para o sucesso que elas alcançaram.

Palavras chaves: Rádio, Cantoras, Música, Rainhas.

¹ Mestranda em Sociologia, orientada pelo Prof. Dr. Michel Nicolau Netto e financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Cinema negro contemporâneo: mídia, representação social e a luta antirracista no Brasil

SILVIA ELAINE SANTOS DE CASTRO¹

silviascastro@gmail.com

Resumo

A pesquisa pretende investigar a cena contemporânea do chamado cinema negro, a partir da perspectiva de cineastas e/ou coletivos que se auto declaram negros, nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia e Recife, a partir do ano 2000. A análise sociológica pretende uma percepção sóciohistórica desta realização. Analisar suas nuances e matizes, mediações e influências; investigar as diferentes formas como, historicamente, intelectuais negros(as), no Brasil utilizam/ utilizaram o audiovisual como ferramenta para a luta antirracista; como buscaram e buscam propor novas representações e identidades, apresentando novas maneiras de se perceber, ser e estar no mundo por meio da linguagem cinematográfica. O referencial teórico são os Estudos Culturais, mais especificamente, os conceitos de identidade e representação do teórico Stuart Hall, Homi Bhabha e Paul Gilroy. A pesquisa será realizada em dois níveis de análise. O primeiro diz respeito à produção contemporânea do cinema negro, problematizando forma e conteúdo. O segundo versará sobre a circulação e recepção desta produção no Brasil e no exterior. Pensar sobre a produção e circulação de outras formas de representação social, sobre a tensão entre visibilidade e invisibilidade de sujeitos, possibilita pensar políticas públicas que contemplem uma nova forma de comunicação, mais inclusiva, igualitária e, de fato, representativa dos elementos e sujeitos da cultura nacional.

Palavras-chave: Cinema negro, Representação social, Racismo no Brasil, Luta antirracista.

¹ Doutoranda em Sociologia, orientada pelo Prof. Dr. Mário Augusto Medeiros da Silva e financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

GT4

Experiência, tecnologia, liberdade e política

As novas tecnologias de informação e comunicação e os movimentos sociais

GUILHERME FLYNN PACIORNIK¹

guile29@gmail.com

Resumo

A pesquisa encontra-se em andamento e é um estudo comparativo entre quatro movimentos sociais. A pesquisa começou um tanto diferente ao enviar o projeto aos próprios movimentos *antes* do envio ao processo seletivo na academia, para modificações e sugestões de bibliografia e de outros movimentos a serem estudados. A ideia por trás disso é a de que a academia não é a única produtora válida de objetos de pesquisa. A pesquisa contará com revisão da bibliografia recente sobre uso de novas tecnologias de informação e comunicação (TICs) por movimentos sociais, com uma discussão acerca conceitos de *técnica* e *tecnologia* utilizando não somente pensadores europeus e estadunidenses, como também autores brasileiros e latino americanos, (p.ex: brasileiro Álvaro Vieira Pinto). O ideia central é compreender tanto os discursos como os usos cotidianos de TICs pelos movimentos estudados. Os movimentos a serem estudados são: *A Transparência Hacker*, conjunto de mais de 1100 ativistas cuja pauta é transparência governamental e que tiveram papel de destaque na escrita colaborativa com uso de PADs da Lei de Acesso à Informação. Esta parte da pesquisa discutirá os diversos conceitos e práticas de *hackers* e se valerá de netnografia; a *Rede Mocambos*, uma rede com mais de duzentas comunidades ribeirinhas, indígenas e quilombolas, e que traz uma releitura original de concepções de técnica e tecnologia, bem como a construção física da rede *Baobáxia*, uma rede federada eventualmente conectada que interliga as comunidades e foi construída em software livre; o *Coletivo Puraqué*, em Santarém no Pará, que discute apropriação de TICs para transformação local, utiliza-se de software livre, emite uma moeda solidária local - o *Muiraquitã*- faz metarreciclagem de computadores e traz metáforas e conceitos novos de técnica, tecnologia social e arranjos locais. O quarto movimento está em aberto para sugestões tanto dos movimentos estudados como dos colegas pesquisadores

Palavras-chave: Movimentos Sociais, Tecnologia, Tecnologias de Informação e Comunicação – TICs.

¹ Doutorando em Sociologia, orientando pela Profa. Dra. Marta Mourão Kanashiro e financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Máquinas, servidão maquínica, inteligência artificial: capitalismo e as transformações da experiência humana

GUSTAVO BISSOTO GUMIERO¹

gustavo.gumiero@gmail.com

Resumo

Nossa análise entende que a história do sistema capitalista, no tocante ao desenvolvimento das máquinas, apresenta três marcos: 1) o advento das máquinas nas fábricas; 2) o forjamento de uma servidão maquínica generalizada; 3) o desenvolvimento da inteligência artificial. Sobre este último item, acreditamos que sua evolução ancora-se, fundamentalmente, no desenvolvimento da linguagem de programação, na proliferação de estudos em neurociência - e sua consequente compreensão do funcionamento do cérebro humano -, na crescente evolução tecnológica, na proliferação de dados e na captura desses mesmos dados pelas máquinas (os dados, as informações, podem ser consideradas a matéria-prima do aprendizado e desenvolvimento maquínico - inteligência artificial). Cada um desses momentos provocou e provoca transformações na experiência humana e o pensador alemão Walter Benjamin foi o primeiro que procurou formular a síntese da experiência perceptiva moderna. Para Benjamin, o meio pelo qual a percepção se realiza é determinado não só pela natureza humana, mas pelas circunstâncias históricas. Dessa forma, pretendemos analisar essas relações entre os dispositivos maquínicos, acreditando ser possível, partindo de uma análise crítica, situar a inteligência artificial como uma nova etapa do desenvolvimento capitalista, e como tal, acarretadora de transformações na experiência humana.

Palavras-chave: Servidão Maquínica, Inteligência Artificial, Capitalismo, Experiência Humana.

¹ Doutorando em Sociologia, orientando pelo Prof. Dr. Sílvio César Camargo.

Sites de relacionamentos: motivação e uso de mediadores para o estabelecimento de relações afetivas, amorosas e conjugais

MARIA MARTA SOUZA DOS SANTOS¹

mariamartasds@gmail.com

Resumo

Esta pesquisa tem como objetivo efetuar uma análise sociológica de *sites* de relacionamentos como mediadores para o estabelecimento de relações afetivas, amorosas e conjugais. Isso porque se percebe que, diante da globalização, com a expansão de novas tecnologias da informação, há a constituição de novas formas de se relacionar por meio dos chamados *sites* de relacionamentos. Por conta disso, selecionamos como objetivo empírico de estudo dois *sites*: o *e-Harmony* e o *Second love*. O primeiro propõe relacionamentos duradouros como o casamento e o segundo, encontros rápidos, fortuitos sem criação de vínculos. Assim, vimos a necessidade de verificar quais são as motivações que levam as pessoas a se cadastrarem nos *sites* mencionados e o uso efetivo que os participantes fazem dele, além de procurarem relacionamentos. Para tanto, tomamos como base o conceito de ambivalência utilizada por Zygmunt Bauman. A realidade não está clara para os indivíduos, pois ela é ambígua, na modernidade líquida, o que produz insegurança, incertezas e medo. Destarte, é imprescindível verificar quais são os fatores que limitam e determinam os indivíduos na contemporaneidade e os levam ao uso de *sites* para efetivarem seus relacionamentos.

Palavras-chave: Relacionamentos, Internet, Modernidade, Sociabilidade, Individualidade.

¹ Mestranda em Sociologia, orientando pela Profa. Dra. Marta Mourão Kanashiro e financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Entre marxismo e psicanálise: a produção de identificação pela indústria cultural a partir da imagem

MARIANA TOLEDO BORGES¹

marianatoledo.b@gmail.com

Resumo

Esse projeto pretende dar continuidade às investigações sobre a relação entre marxismo e psicanálise num terreno ainda pouco explorado por aqueles que realizaram essa tarefa: a produção de identificação pela indústria cultural a partir da imagem, objeto que nos parece suficientemente profícuo para repensar categorias e conceitos marxianos e psicanalíticos, de forma a contribuir para a teoria social crítica a partir da contradição já exaustivamente trabalhada pela Teoria Crítica entre indivíduo e sociedade. A hipótese que pretendemos desenvolver é de que a imagem, enquanto espaço simbólico estratégico, assume, sob o capital, um funcionamento inerentemente ideológico e alienado (pois que, hoje, é uma faceta essencial do valor de troca) e, ao mesmo tempo, é parte fulcral do fetiche da mercadoria (segundo a obra de Debord (1997)) e espelho em que o sujeito projeta seus desejos, seus ideais e os valores dominantes; em suma, como objeto central de investimento de libido no capitalismo. *A sociedade do espetáculo* se nos apresenta como um conceito chave, a partir do qual é possível explorar não só as formulações sobre *valor de troca*, *reificação* e *ideologia*, como também sobre *libido*, *narcisismo* e *recalque*.

Palavras-chave: Marxismo, Psicanálise, Identificação, Imagem, Indústria Cultural.

A totalidade da reificação das relações sociais atingiu uma proporção talvez nunca imaginada por Lukács (1989). Com um modesto esforço de pensamento, podemos recuperar na memória umas quantas situações em que a racionalização de nossas atitudes e trocas intersubjetivas se impôs como a forma mais eficiente e “rendosa” de lidar com as obrigações do cotidiano, as angústias e as metas típicas da modernidade: desde as inúmeras mediações burocráticas de nossos afazeres diários até as estratégias e técnicas empiristas da terapia cognitiva comportamental, em que o paciente é obrigado a responder um questionário quantitativo sobre com que intensidade sentiu emoções como ansiedade, raiva ou medo. No entanto, não só as relações sociais, objetivas ou intersubjetivas estão impregnadas desse racionalismo imposto pela lógica da mercadoria: também nossa dinâmica intrassubjetiva foi fatalmente afetada e, com ela, nossa organização psíquica, nossas formas de

¹ Mestranda em Sociologia, orientada pelo Prof. Dr. Josué Pereira da Silva e financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

consciência e nossos modos de interação com o mundo. Nossas pulsões têm suas metas redirecionadas e adequadas às normas da vantagem-desvantagem, lucro-prejuízo, imediatidade-adiamento de acordo com a disposição de nosso tempo livre ou nosso rendimento no trabalho, bem como a própria satisfação de nossos desejos só se dá a partir da mediação dos produtos nas estantes das lojas, cuja disponibilidade aparentemente infinita engana nossos sentidos com uma felicidade efêmera e objetificada. Tal felicidade é forjada sobre uma suposta identificação do indivíduo com a mercadoria, através da promessa de que seu produto o transformará no ideal-de-Eu tão almejado e pré-fabricado pela indústria cultural. Contudo, o que se nota é um crescente mal-estar no mundo civilizado, já prenunciado por Freud (2012), decorrente do trabalho estafante e da frustração nessa procura incessante e coercitiva pelo êxito – ostensivamente pregada pelas propagandas, pelo cinema e pela TV –, evidente nas neuroses e outras psicopatologias da vida moderna, tão recentes na história da humanidade, alimentadas pela indústria farmacêutica e pela medicina industrial. O labor alienado impõe uma dicotomia entre princípio de prazer e princípio de realidade, separando brutalmente a vida material da vida espiritual e colocando um obstáculo à satisfação direta de nossos desejos, os quais só poderiam ser plenamente realizados após a garantia individual da autopreservação do sujeito. Ao mesmo tempo, o salário no fim do mês, que aparece como a garantia do poder individual da realização desses desejos através do valor de troca, é incapaz de promover a elevação do espírito ao oferecer, para isso, o fetichismo das grandes marcas nas vitrines dos shoppings.

Nesse contexto de capitalismo tardio, acreditamos que a imagem tem sido a aposta central na produção da identificação entre o sujeito e a mercadoria. A visão ascende como o principal sentido – posição que, em outros tempos, era ocupada pelo olfato (DEBORD, 1997; CRARY, 2012) – e os estímulos visuais saturam a paisagem das grandes cidades. O *parecer/aparecer* torna-se mais importante do que *ser* ou mesmo do que *ter* (DEBORD, 1997): ver-se usufruindo uma determinada mercadoria, ou ver-se sendo visto, converte-se no secreto objetivo do consumidor, e sua própria imagem, seu objeto de investimento de libido prevalecente, reforçando o comportamento narcísico do indivíduo na contemporaneidade. O regime do parecer torna o mundo um desfile de espetáculos, em que o sujeito é levado a ocupar a posição de espectador da própria vida, e esta transfigura-se em vida das mercadorias,

isto é, viver só é possível se mediado pela projeção de uma autoimagem que favorece e, ao mesmo tempo, é consequência da aquisição de mercadorias. Essa seria, segundo Debord, mais que a mera dominância ou supremacia do valor de troca sobre o valor de uso, sua autonomia total, visto que a utilidade do produto sequer teria importância no jogo das aparências das imagens-espetáculos; seria o valor valorizando-se a si mesmo a nível subjetivo.

Nesse sentido, parece-nos oportuno retomar o debate sobre a indústria cultural, especialmente no que tange ao subtema da produção de imagens, campo no interior do qual acreditamos que não só os conceitos marxianos ganham um novo fôlego, como também algumas categorias psicanalíticas parecem retornar de modo a enriquecer as reflexões sobre a produção de identificação no capitalismo tardio. A relação entre marxismo e psicanálise foi estudada de maneira formidável, dentro da Teoria Crítica, especialmente por Marcuse (1968), com quem manteremos um diálogo constante; no entanto, esse autor optou por priorizar, neste terreno, o conceito de trabalho estranhado e seus desenvolvimentos dentro da obra de Marx, tomando-o como fonte dos sofrimentos e recalques do homem moderno. Nesse movimento, o conceito de fetichismo da mercadoria foi negligenciado e, com ele, também o de indústria cultural, conceitos os quais tomamos como base do empreendimento que nos propomos a realizar nessa investigação e que consideramos de extrema importância para a constituição do sujeito contemporâneo. Encaixa-se aí a obra de Debord (1997), autor que levou às últimas consequências a alienação do valor de troca sobre o valor de uso, tratando-a como representação espetacular num mundo dominado por imagens, e cujos insumos nos aparecem como bastante frutíferos para a efetuação do amálgama entre as duas áreas.

Apresentação do problema e justificativa: o amálgama entre marxismo e psicanálise

Talvez o primeiro gesto que precise ser feito ao conjugar paradigmas teóricos com objetos tão distintos quanto o marxismo e a psicanálise seja situá-las historicamente. Ambas constituem métodos investigativos de extrema relevância no pensamento ocidental e surgiram com propósitos complementares: Marx, em meados do século XIX, pretendia registrar a dinâmica do lucro, do trabalho assalariado e da

produção de mercadorias sob o regime capitalista; e Freud, no início do século XX, descreveu e analisou, tanto em sua obra metapsicológica quanto na de psicologia de massas, a estrutura psíquica do homem e – ainda que não voluntariamente e, quiçá, a contragosto – seu funcionamento penoso e patologizante sob a dominação da ideologia burguesa. O desmonte do indivíduo cartesiano e sua substituição pela ideia do indivíduo fragmentado, embora com elaborações inéditas pelo viés psicanalítico, irrompe ainda no século anterior, embora de modo mais sutil, na obra marxiana. Quando Marx (2009) presume que houve no capitalismo a cisão entre o indivíduo pessoal e o indivíduo de classe imposta pela divisão do trabalho, supõe justamente que esse indivíduo é impedido de realizar livremente suas potencialidades porque está atado aos grilhões do labor alienado, que lhe expropria parte de seu espírito e o submete à miséria e ao sofrimento. Não coincidentemente, o mal-estar na civilização detectado por Freud (2011) deriva da série de recalques que violentam o ser humano desde o seu nascimento, e uma de suas principais fontes é o trabalho. A civilização teria gerado a incompatibilidade entre os interesses individuais (a esfera privada) e os sociais (a esfera pública), de modos que a vida seria o desenrolar permanente do confronto entre ambos, com prejuízos à felicidade do indivíduo, que nunca obteria satisfação total na cultura, em prol da união na comunidade humana. Marx, porém, é menos pessimista com relação à problemática da cultura quando fala que a integridade do ser humano trabalhador, bem como a realização plena de sua personalidade, só lhe serão restituídas com o fim do trabalho estranhado, da propriedade privada e, conseqüentemente, do Estado burguês. É aí que se revela a natureza ambígua da psicanálise, pois se sua terapêutica muitas vezes opera no sentido de enquadrar o sujeito na ordem do capital contornando suas neuroses e abstraindo suas angústias sociais, ela pode também, inversamente, abrir a ele a possibilidade de entender sua fragmentação e em que nível seu entorno social, político e econômico é responsável por lhe forçar repressões e desenvolver patologias e, a partir daí, intervir em sua realidade com práticas emancipadoras.

As obras sobre psicologia das massas de Freud nos dão inúmeras aberturas para que levemos em conta o contexto social que orbita ao redor das três estruturas do aparelho psíquico (Isso, Eu e Supereu). É certo que o pai da psicanálise conferiu a elas *status* ontológico, mas isso não nos impede de pretender observar seu comportamento exclusivo no modo de produção capitalista. É curioso notar, por

exemplo, que Freud (2013, p. 97) define a identificação como “a forma mais original de ligação emocional com um objeto”, podendo se dar de duas maneiras: num primeiro caso, quando é guiada pela pulsão sexual e constitui uma faceta importante do complexo de Édipo, o filho estabelece com o pai uma relação ambivalente de ternura e ódio pois deseja imitá-lo para conquistar a mãe e, dessa forma, tomar seu lugar; no segundo caso, que se fundamenta em aspirações sexuais de meta inibida, ela é “baseada no fato de poder ou querer se colocar na mesma situação” (FREUD, 2013, p. 17) de um outro eu. Esse último caso seria talvez o responsável por manter uma massa coesa e unida através da identificação de seus membros entre si; Freud nos explica que somente o “amor terno” é capaz de instituir vínculos duradouros, diferente do “amor sensual” que, ao atingir sua meta sexual, diminui de intensidade. Acreditamos, porém, que é possível que Freud tenha agido com ingenuidade ao formular a hipótese segundo a qual uma massa mantém sua unidade devido ao poder de Eros – e, para desenvolvê-la, apoia-se na psicologia de massas de Le Bon, que as descreve como o lugar onde “apagam-se as aquisições dos indivíduos, e com isso desaparecem suas singularidades”; “diríamos que a superestrutura psíquica, que se desenvolveu de maneira tão diversa nos indivíduos, é removida, enfraquecida, e o fundamento inconsciente, semelhante em todos eles, se torna visível” (FREUD, 2013, pp. 40-1). Nossa hipótese questiona um tal amor que, ao se estruturar sobre a premissa da identificação, procura unir os indivíduos não a partir de sua heterogeneidade complementar e somativa, concreta e particular, mas a partir de sua homogeneização abstrata e massificadora – e isso agrava-se se supusermos que essa anulação individual não é feita de forma espontânea como no enamoramento, pois o capitalismo de forma alguma incentiva sentimentos altruístas; pelo contrário, o amor capitalizado baseia-se num egocentrismo possessivo e interesseiro. A indústria cultural há tempos sabe que a identificação é um sentimento elementar e que, como escreve Freud parafraseando McDougall, “os sentimentos mais grosseiros e mais simples têm maiores probabilidades de se difundir dessa maneira numa massa” (FREUD, 2013, p. 60). cremos, portanto, que vários dos atributos delegados por Freud aos conglomerados humanos, como a *sugestão* ou *imitação*, a *indução primária de afeto* (p. 66), seu caráter violento, irracional, bárbaro e imediatista (pp. 45-6), bem como sua sede pela ilusão e pelo irreal (p. 51) (e, portanto, uma pré-disposição à alienação) e a ausência da liberdade (p. 77), são todos fenômenos que

não são naturais a qualquer tipo de massa, mas apenas àquelas nas quais se infiltrou a ideologia burguesa, e que o amor, em sua teoria, carrega um temperamento essencialmente conservador e, por isso, antidialético.

Quando analisa a Igreja e o Exército, duas massas tidas como “artificiais”, Freud subestima o papel da ideologia enquanto fator externo que coíbe os sujeitos a se agregarem. Conforme a sua psicologia das massas, o indispensável à união dos membros é o amor ao líder e a suposição de que ele os ama da mesma forma; eles manteriam com seu líder uma relação próxima da que mantêm com o pai, de uma admiração que o faz ocupar a posição de ideal do Eu e, por conseguinte, de identificação, ao mesmo tempo identificando-se entre si. Além disso, Freud sublinha que o homem não é um animal gregário, senão um *animal de horda*, pois é necessário que haja um governante que o centralize e o comande. Isso nada mais é que retirar por completo a autonomia do homem e assumir a índole acéfala de toda massa, sem contar que naturaliza, como algo universal e imutável, a identificação dos oprimidos com os opressores. Contudo, acreditamos que, num mundo altamente globalizado que se utiliza de inúmeros mecanismos de controle sobre os sujeitos e forja diversos vínculos comunitários (o mundo ocidental, as redes sociais, as nacionalidades, o Estado, etc.), praticamente todas as massas são artificiais, posto que já existem antes de sua chegada e continuarão existindo independentemente de sua vontade, intervenção e participação, sendo-lhes, por isso, externas e estranhas. Aquelas massas que seriam naturais ou espontâneas, organizadas de acordo com as demandas de seus membros e fortalecidas por vínculos identificativos conscientes, como a classe trabalhadora, as categorias oprimidas (mulheres, LGBTTTs e negros) e étnicas, a juventude escolar, são constantemente desincentivadas a se unir e coagidas a se identificar com os valores da classe dominante, e isso não por uma acefalia intrínseca, mas por pressões ideológicas impostas pelo mercado.

Marx e Freud compartilham em certa medida alguns julgamentos sobre o trabalho e a ilusão religiosa. É consenso entre eles que o trabalho estranhado e não criativo da cultura é fonte de sofrimento; é preciso acrescentar à teoria freudiana, no entanto, que isso não significa que o homem é inerentemente ocioso mas, apenas, que de fato não nasceu para executar um tal trabalho extenuante, e que tal trabalho é uma premissa tipicamente capitalista, não podendo ser generalizado a todos os modos de produção – muito menos àqueles em que o trabalho não ocupa uma posição central

como no sistema atual. Entramos aqui na polêmica do trabalho enquanto condição ontológica ou historicamente determinada. Para Freud, o homem não possui inclinação natural ao trabalho e à cultura, e a única forma de atingir a plenitude de seus prazeres é libertando-se de suas amarras. Marx analisa o trabalho de modo por vezes ambíguo: se, por um lado, o trabalho é aquilo que funda o ser social e constitui a “eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre homem e natureza” (MARX, 2013, p. 120), por outro lado é um fator que apenas existe em oposição ao capital; a vitória da classe trabalhadora significará a superação da propriedade privada e do próprio trabalho erigido sobre o modo de produção capitalista: “quanto mais se desenvolve a divisão do trabalho, e quanto mais cresce a acumulação, tanto mais agudamente se desenvolve também essa fragmentação [entre o capital e o trabalho]. O próprio trabalho só pode existir sob a premissa dessa fragmentação” (MARX, 2009, p. 106). Há uma diferenciação na obra de Marx entre o trabalho em seu sentido positivo (enquanto uma forma de se relacionar com o ambiente ou enquanto “autoatividade” (MARX, 2010, p. 83)) e seu sentido negativo (trabalho estranhado associado à mais-valia) e, nesse último caso, há um ponto de convergência com Freud pela negação de sua ontologia. Por essa mesma via, Freud reconhece o ímpeto revolucionário das classes oprimidas que, invejosas dos privilégios de seus opressores e insatisfeitas com a cultura cujas bases elas mesmas construíram com o suor de seu trabalho, tenderiam a se rebelar contra seus pressupostos e proibições:

é compreensível que esses oprimidos desenvolvam uma hostilidade intensa contra a cultura que por meio de seu trabalho eles mesmos possibilitam, mas de cujos bens lhes cabe uma cota muito pequena. Não se deve, pois, esperar uma interiorização das proibições culturais entre os oprimidos; pelo contrário, eles não estão dispostos a reconhecer essas proibições, antes estão empenhados em destruir a própria cultura e, eventualmente, até em abolir os seus pressupostos. (FREUD, 2013, pp. 48-9)

Apesar de a palavra ideologia não figurar em nenhum momento no texto em que discorre sobre a religião, essa aproximação nos parece feliz e conveniente. Freud descreve o desempenho perfeitamente ideológico da principal e mais ilógica ilusão humana – a religião teria a função de garantir o cumprimento dos preceitos culturais e, ao mesmo tempo, compensar o ser humano de seu desamparo e de suas privações terrenas com a promessa de um mundo celeste que “serve a um fim mais elevado (...)

que certamente significa um aperfeiçoamento do ser humano” (FREUD, 2013, p. 61). Assim, a religião veste-se de ideologia pelos mesmos mecanismos já apontados por Marx e Zizek: ela é “o ópio do povo” por seu aspecto apaziguador e alienante; é irracional, visto que seu funcionamento é incompreensível (ou, em termos religiosos, é um mistério) e, por isso, é coercitiva, uma vez que é externa ao indivíduo e reivindica em si uma crença incondicional e unilateral. Interessante notar que, para Freud, a religião também se faz perpetuar a despeito de seus fiéis terem um sóbrio conhecimento acerca do absurdo de sua ficção; a doutrina é aceita “como se” se acreditasse verdadeiramente nela (Freud, 2013, p. 80), algo que soa muito parecido com a interpretação de Zizek sobre a fórmula marxiana “eles não sabem disso, mas o fazem”. Além disso, Freud nos deixa como questão – à qual não arrisca responder – se os pressupostos escondidos por trás de outras instituições, como a estatal, por exemplo, não seriam igualmente ilusões (Freud, 2013, p. 91), permitindo-nos explorar um campo de possibilidades de estudos que poderiam complementar a teoria psicanalítica das massas, estudo que pretendemos realizar nesta investigação. É verdade que seus argumentos sempre denotaram uma profunda descrença para com a vida civilizada; sua obra nunca pretendeu apresentar um porvir menos infeliz e ele depositou uma ingênua confiança na ciência como a tábua de salvação que tiraria a humanidade das trevas da ilusão. Talvez o passo que precise ser dado agora seja exatamente na direção de enxergar a psicanálise como uma importante chave de leitura para a civilização capitalista e, a partir daí, avançar num sentido menos fatalista e generalizante.

No entanto, não é somente sua obra de psicologia de massas que nos oferece recursos para uma aproximação com o marxismo e a crítica da ideologia. Sua metapsicologia também nos é atraente e digna de ser estudada para o cumprimento dessa missão. Parece-nos frutífero pensar o modo como a sociedade do espetáculo manipula a libido narcísica do sujeito e molda seu Supereu ao bel-prazer das exigências do mercado a partir da homogeneização do ideal-de-Eu. Este seria composto por duas partes adjuntas. Na primeira, o Supereu, como introjeção do instinto de morte que se rebela contra o mundo externo e assoma na forma de agressão e destruição, atuaria, através dos sentimentos de culpa, arrependimento e autopunição, como uma severa instância moral interna (FREUD, 2011) e, portanto, propícia a ser atravessada pelas vicissitudes da ideologia dominante; nesse caso, o

Eu-ideal seria aquele que age em perfeita conformidade com as normas sociais vigentes e respeita a autoridade do líder cujas ordens ele internalizou. Na segunda, esse ideal-de-Eu, no qual se investe libido narcísica (FREUD, 2004), já não é uma simples projeção da personalidade imaterial que se almeja, mas está coberto por mercadorias que se transformam, então, no “sonho de consumo” de todo sujeito. Numa cultura capitalista em que se *é* aquilo que se *tem*, o sujeito só se valoriza e só é valorizado na medida em que se torna um cabide de valores de troca; são esses valores de troca que lhe encham de sentido e fazem crescer seu autoconceito. O que ele não sabe é que, ironicamente, quando pensa estar investindo em si mesmo está, na verdade, investindo em objetos; sua libido narcísica não é utilizada para explorar suas próprias potencialidades, mas se torna libido objetal. O Eu desejado é um Eu industrializado e pré-definido pela indústria cultural; sua construção é mediada pela mercadoria com que se identifica induzido pelas propagandas dos veículos de informação e é adquirível por meio da compra. Debord soube sintetizar bem essa fabricação de uma imagem com quem o indivíduo é coagido a identificar-se em detrimento de si mesmo: “em relação ao homem que age, a exterioridade do espetáculo aparece no fato de seus próprios gestos já não serem seus, mas de um outro que os representa por ele” (DEBORD, 1997, p. 24).

O estágio do espelho lacaniano nos dá uma dimensão mais profunda e embrionária do processo de identificação imagética que se replica posteriormente na vida do ser humano; seu argumento de que o indivíduo se enxerga como sujeito *apenas* depois de contemplar sua imagem especular nos oferece indícios fundamentais para pensar a imagem, em sentido lato, como elemento alienado e alienante central para a constituição subjetiva do homem no capitalismo tardio. Conforme nos diz Lacan (1996), a identificação da criança com seu reflexo especular é sua matriz simbólica primordial; ela se reconhece na imagem refletida “antes de se objetivar na dialética da identificação com o outro e antes que a linguagem lhe restitua, no universal, sua função de sujeito” (LACAN, 1996, p. 98). O bebê que ainda não controla o próprio corpo e não domina sua locomoção não alcança ainda a dimensão da totalidade que constitui; seu corpo lhe aparece como um complexo de membros fragmentados que ele ainda não compreende fazerem parte de seu ser. É apenas quando se vê como *Gestalt*, isto é, quando mira pela primeira vez sua imagem no espelho, que a criança percebe-se como um indivíduo *uno* cujas porções singulares

formam um todo que contém um significado que transcende o que significam suas partes isoladas. A percepção de sua unidade lhe vem, pois, de uma figura externa e não de si própria; ela só se identifica consigo mesma ao tomar contato com a virtualidade de sua imagem. A realidade nua e crua é insuficiente para defini-la enquanto sujeito, bem como para estabelecer a relação de seu mundo interior [*Innenwelt*] com o mundo circundante [*Umwelt*]. É a *Gestalt* que, segundo Lacan, “prefigura sua [do Eu] destinação alienante” (p. 99) e “[marca] com sua estrutura rígida todo o seu desenvolvimento mental” (p. 100); é a necessidade do homem de uma projeção para identificar-se enquanto Eu, em sua origem, que permite que o estágio do espelho possua réplicas ao longo de toda sua vida – sua imagem morta torna-se um autômato de funcionamento alheio. Se, antes, foi devido à *Gestalt* que o sujeito pôde reconhecer-se e dominar-se, agora é como se a relação se invertesse: é ela quem domina o sujeito, e sua configuração, forjada a partir da identidade, nunca lhe foi tão estranha.

Dentre os autores que efetuaram esse amálgama entre marxismo e psicanálise, Marcuse (1968) parece ser aquele que nos oferece um anteparo teórico-metodológico mais consistente e servirá, no percurso de nossa pesquisa, tanto como modelo inspirador quanto como um importante interlocutor. Em sua “interpretação filosófica do pensamento de Freud”, o autor realiza a junção entre marxismo e psicanálise de forma bastante bela ao conceber a metapsicologia freudiana à luz da obra de Marx. Segundo o frankfurtiano, Freud procurava desvendar a dialética da civilização que convivia com polos tão extremamente opostos quanto progresso e barbárie, liberdade e sofrimento, felicidade e repressão – que, poderíamos dizer, são a contradição que embasa a cultura capitalista tanto quanto trabalho e capital, sendo a felicidade, assim como o trabalho, subsumida à dinâmica repressiva do sistema e aparecendo em sua positividade de modo fenomênico e contingente frente ao nosso angustiante princípio de realidade. Este seria incompatível com o princípio de prazer que deveria conduzir a existência humana e, em sua forma histórica capitalista, é denominado por Marcuse *princípio de desempenho*, baseando-se na dominação de uma maioria por uma minoria, na distribuição da escassez e no trabalho alienado como sacrifício, na propriedade privada e no lucro acima da vida. Essa forma historicamente determinada do princípio de realidade geraria repressões adicionais além daquelas naturalmente necessárias para a vida em sociedade e são chamadas pelo autor de

mais-repressão, sendo as responsáveis pela supressão da libido sexual e sua centralização no órgão genital e no tempo livre, para que os outros membros corporais e o restante do tempo sejam monopolizados pelo trabalho degradante. O “Supereu automatizado” teria como função a proteção do princípio de desempenho contra a ameaça potencialmente revolucionária dos instintos sexuais e seu domínio sobre a consciência teria caráter totalitário e anti-intelectual. A fragmentação tão discrepante entre princípio de prazer e princípio de realidade, em nossa leitura, é consequência da cisão do sujeito entre indivíduo que trabalha e sofre e indivíduo que contém a possibilidade da satisfação de seus desejos, sendo este solapado por aquele; isso acarretaria numa superestimação do instinto de morte e um consequente arrefecimento do instinto de vida. Enquanto Ananke (necessidade e autopreservação) for superior a Eros (libido sexual), o homem estará condenado a viver na infelicidade da civilização. Marcuse acredita na sexualidade como a quintessência da emancipação e o principal elemento de controle pelo sistema, pois enfatizar os aspectos libidinais é colocar o inconsciente acima da consciência e, por conseguinte, valorizar as necessidades materiais em detrimento das necessidades espirituais, consideradas de segunda ordem. A emancipação humana seria o mesmo que a liberdade erótica; o corpo dessexualizado pela cultura em prol de um sujeito produtivo é substituído pela sua erotização plena; a supremacia genital é substituída pela “reativação de todas as zonas erotogênicas” incitadas pela autoatividade prazerosa e, enquanto no âmbito social o fetichismo das relações reificadas entre pessoas seria abolido, na esfera íntima “o tabu sobre a coisificação do corpo seria atenuado” (MARCUSE, 1968, p. 177), liberto do amor possessivo. O corpo seria fonte e receptor de prazeres, explorado em suas infinitas possibilidades de satisfação.

Dada a riqueza de vestígios até aqui mapeados que, acreditamos, evidenciam a pertinência da intenção de se entender o homem inserido no capital a partir da teoria psicanalítica, e partindo da hipótese de que é possível pensar a conjunção entre marxismo e psicanálise a partir do recorte da produção de identificação pela imagem inserida na indústria cultural, as questões que se colocam para ser desvendadas nesta investigação são: 1) De que modo categorias e conceitos marxianos e psicanalíticos – entre eles *fetichismo*, *reificação*, *valor de troca*, *massa*, *identificação*, *recalque*, *ideal-de-Eu* e *Supereu* – entram em funcionamento quando nosso objetivo é compreender a dinâmica da imagem na constituição do sujeito moderno? 2) É

possível pensar a obra de Debord (1997) como profícua para a realização dessa conjunção, a partir de sua concepção de *sociedade do espetáculo*?

Apostamos na relevância dessa missão por três motivos. Primeiro, porque se propõe basicamente a manejar dois modelos teóricos clássicos e aparentemente discrepantes (o marxismo e a psicanálise) e, se essa aproximação não constitui um movimento completamente original, parece ainda hoje ser passível de suscitar interessantes debates no meio acadêmico, haja vista sua retomada por autores como Žizek (1989; 2010) e, numa perspectiva mais próxima da Teoria Crítica, Safatle (2006; 2015). Segundo porque, se esse cruzamento não é inédito (já tendo sido realizado pelos freudo-marxistas no início do século XX e, mais tarde, pela própria Teoria Crítica), carece de investigações no meio sociológico brasileiro, pois seus resultados têm se restringido a áreas como Psicologia e Filosofia. Junto a isso soma-se a posição marginal que tem sido atribuída à obra de Marcuse na academia brasileira, autor que pretendemos resgatar e tomar como modelo nessa empreitada de conjunção entre marxismo, Teoria Crítica e psicanálise. Acreditamos poder lançar um olhar sociológico sóbrio e crítico sobre esse objeto, que contribua para o avanço das investigações no campo da teoria social crítica.

Pressupostos teóricos: sob a apoteose do valor de troca

Vivemos a idade de ouro da contradição que alicerça o modo de produção capitalista. Muito embora, mais do que nunca, os homens estejam subordinados à materialidade que guia nossa cultura ocidental – desde a dependência do trabalho assalariado até a forma como quantificamos o tempo, passando por nossa “ciência baseada em evidências” e pela compulsão ao consumo –, estamos, ao mesmo tempo, mergulhados em densas nuvens de uma fantasmagórica abstração: o valor de troca. Essa abstração que funda a Era Moderna se desdobrou em diversas outras, fazendo com que alguns teóricos contemporâneos afirmassem que nos encontramos nos “tempos líquidos” da “sociedade da informação”. De fato, nunca se havia produzido símbolos por atacado e em escala mundial como agora: Crary (2012), ao desenvolver sua teoria da ruptura dos modos de ver e da condição da imagem a partir do século XIX, cita o apontamento de Baudrillard de que a reprodução e difusão de signos é uma invenção da burguesia, pois os símbolos aristocráticos não permitiam

mobilidade e exigiam exclusividade de suas castas. “Imitações, cópias, falsificações e as técnicas para produzi-las (que incluiriam o teatro italiano, a perspectiva linear e a câmara escura)” (CRARY, 2012, p. 21) são fenômenos genuinamente modernos que, segundo Benjamin (2012), serviriam potencialmente como veículo democrático, não fosse a impávida fome com que a lógica do capital fagocita toda criatura que brota em seu solo. No entanto, o que se vê é a reprodutibilidade técnica sob o emblema da produção de identificação: a moda, a propaganda, a TV, o cinema hollywoodiano, a literatura de best-sellers, a astrologia e os testes de revistas – em suma, a cultura de massas – são, quando muito, instrumentos da democracia da classe dominante, aquela baseada na igualdade via supressão das diferenças – e aqui já desmistificamos aqueles que, repetindo o idealismo dos neo-hegelianos, preferem ater-se ao estudo das puras virtualidades de nosso tempo. A equivalência do valor de troca, que apaga as peculiaridades do trabalho concreto e do valor de uso, fundamenta-se, é verdade, na enorme virtualidade do tempo de trabalho e do trabalho humano abstrato necessários para a produção de uma determinada mercadoria, sendo estes a única coisa que nos faz tratar produtos tão distintos quanto um casaco e 20 braças de linho como iguais e comensuráveis; mas querer embrenhar-se por esses caminhos metafísicos das formas não deve significar deixar de lado a realidade física e palpável presente na relação entre exploradores e explorados, entre capitalista e trabalhador.

Uma outra contradição emerge como consequência irredutível da lógica do valor e tão mística quanto ela; inclusive, ilustrada por Marx com uma de suas assustadoras metáforas que versa sobre a cabeça recheada de minhocas de uma mesa dançante que se põe de cabeça para baixo “tão logo aparece como mercadoria” (MARX, 2013, p. 146). O segredo do caráter fetichista da mercadoria, aponta Marx, não está na sua substância de madeira, tampouco no minucioso trabalho do carpinteiro contido nela (que se revelaria no produto como uma parte de sua valiosa subjetividade) ou no tempo de trabalho gasto em sua feitura. Não está naquilo que é sensível à percepção e aos olhos humanos, naquilo que o objeto aparenta; é, por isso, o que a transforma “numa coisa sensível-suprassensível” (MARX, 2013, p. 146). O enigma da forma-mercadoria estaria na sua própria forma, que mascara uma variedade de trabalhos privados corporificados numa matéria que se apresenta a nós, no momento da troca, como um objeto mágico, do qual não temos nenhuma ideia do modo e sob que circunstâncias foi produzido (pois só sabemos dele seu valor) e cuja

forma lhe parece natural e espontânea. Ao se relacionar com outra mercadoria, que contém em si os mesmos mistérios, ambas se igualam e compõem juntas o trabalho social total; os trabalhos privados tornam-se, então, elos sociais. Tal relação, que expressa uma rede de movimentações humanas muito além de seu voluntarismo, manifesta-se na troca como uma relação social entre coisas; a subjetividade dos trabalhadores diluída em sua unidade objetiva forjada, bem como a relação que ela expressa daqueles que participam da troca, lhe confere propriedades do homem que a “viram do avesso” e a “tornam dançante”, “assombrando-nos” com suas “minhocas na cabeça”. Ao mesmo tempo, os produtores de mercadorias mantêm entre si relações baseadas na troca, ou seja, mediadas por objetos de valor, sejam eles bens de consumo, meios de produção, ou – no caso da quase totalidade da população mundial – sua força de trabalho; essa relação reificada entre pessoas é a outra faceta do fetichismo, o qual revela-nos no seu funcionamento eminentemente dialético uma inversão tipicamente capitalista. Debord denomina o fetichismo “o movimento autônomo do não vivo” (DEBORD, 1997, p. 13) numa seção intitulada “A separação consumada”, em que ele discorre sobre a autonomização do valor de troca na sociedade contemporânea – a sociedade do espetáculo – em relação ao valor de uso, aquele agindo como se fosse independente deste, ainda que seja dele apenas uma representação espetacular. Vivemos hoje a soberania das coisas e de suas relações; ou melhor (ou um tanto pior), a soberania dos signos capitalizados dessas coisas, pois o que interessa não é a realidade concreta que elas fazem saltar diante de nossos olhos e, na sua escabrosa evidência, nos causa hipermetropia, mas seu valor, algo menos sólido e mais imaterial que, não obstante, concentra desde sua gênese todo o materialismo de nosso modo de produção. É “o âmago do irrealismo da sociedade real” (DEBORD, 1997, p. 14), que chega até nós por meio de incandescentes anúncios de “consume-me ou devoro-te”. A sociedade do espetáculo é a sociedade das representações, das relações “mediadas por imagens” (*idem, ibid.*) – nota-se aí o paralelo entre imagem e mercadoria, enfatizando o aspecto negativo daquela imagem em cuja potência revolucionária Benjamin (2012) tanto apostara. A imagem no capitalismo, segundo Debord, é como que a síntese do capital em seu grau máximo de acumulação, tornando-se, portanto, espetáculo. Os símbolos que produzimos, apresentando-se com toda sua fluidez abstrata, sustentam-se, afinal, sobre bases materiais, reais, concretas; e vê-los como desprendidos dessas bases é “o resultado e

o projeto do modo de produção existente” (DEBORD, 1997, p. 14), isto é, a vitória do valor de troca sobre o valor de uso e, portanto, a vitória do capital.

Parece-nos mais agradável – e menos pessimista –, contudo, pensar a imagem tal como teorizou Benjamin (2006) em seu conceito de imagem dialética. Estas seriam, segundo ele, as imagens “autenticamente históricas” (p. 505) em que “o ocorrido encontra o agora num lampejo, formando uma constelação” (*idem, ibidem*), fugindo do sistema positivista da história como uma reta unidimensional e unilateral baseada nas concepções de progresso e decadência, de causa e consequência, que tem levado toda a teoria do conhecimento a ressaltar a história dos vencedores e soterrar a história dos oprimidos e todas as particularidades contraditórias que existem numa determinada época. Contra a ideia que postula um passado morto *versus* um presente absolutamente renovado e destituído de memória, Benjamin apresenta-nos em seu lugar as ideias de ocorrido e de agora sobre a subjacência da atualização, isto é, que o agora é expressão do conflito entre toda a história anterior (e, como tal, carrega em seu bojo aquilo que é arcaico) e um porvir potencialmente revolucionário, de modos que ambos estão entrelaçados e constituem a matéria a partir da qual se erguerá o novo, mostrando-nos a inadequação do ato de procurar filtrar essencialismos de uma época e ontologias atemporais e universais. Na belíssima figura do mata-borrão embebido na tinta que pretende apagar, Benjamin ilustra a presença da negação naquilo que vem para confirmar e vice-versa, desvendando o movimento dialético da história. A metáfora da constelação, nesse sentido, é emblemática e nos permite duas interpretações. Tanto a imagem dialética compõe como unidade uma constelação com outras imagens que refletem umas nas outras seus lampejos, ao fazerem parte de uma mesma totalidade histórica (no capitalismo, sob a regência da economia), quanto a imagem dialética em si é uma constelação na qual está imiscuída a totalidade que compõe; nas palavras do autor, é um “cristal do acontecimento total” (BENJAMIN, 2006, p. 503). Com isso não quer dizer que se procure em cada imagem o elemento que a torna parte desse “globo” totalizante e, com esse gesto, suprimir nela o que há de singular, mas sim que tal elemento é um fator comum que, apenas por isso, merece ser analisado, sem que se haja prejuízo das minúcias que tornam cada evento único e irrepetível no curso da história. A ideia de uma síntese catastrófica do capital na imagem como apoteose da sociedade do espetáculo que Debord viria a desdobrar posteriormente tenha, talvez, perdido um

pouco daquela “proposta metodológica para a dialética da história cultural” (BENJAMIN, 2006, p. 501) de Benjamin, cuja prática consistia em dividir em positivo e negativo cada um dos lados de uma dicotomia e, dessas novas divisões, riscar outras *ad infinitum*, descobrindo em cada negatividade “contornos do vivo”, ressaltando a eternidade da dinâmica dialética “até que todo o passado seja recolhido no presente em uma apocatástase histórica” (*idem, ibidem*). Quando Debord (1997, p. 17) acentua “o caráter fundamentalmente tautológico do espetáculo”, que decorre de que ele é causa das próprias consequências, meios para os próprios fins, apresentando-se “como uma enorme positividade” (p. 16), é possível que esteja fazendo exatamente aquilo que manda o próprio monopólio espetacular e do qual estava perfeitamente consciente: “a atitude que por princípio ele exige é a da aceitação passiva que, de fato, ele já obteve por seu modo de aparecer sem réplica, por seu monopólio da aparência” (p. 17). Assim procede também Zizek (1996), quando analisa a fórmula de Marx segundo a qual “o limite do capital é o próprio capital, isto é, o modo de produção capitalista” (*apud ZIZEK, 1996, p. 328*). Negando sua leitura habitual, chamada por ele de “historicista-evolucionista”, de que as próprias forças produtivas do capitalismo (seu conteúdo) fornecerão as ferramentas que o destruirão para novas relações de produção (sua forma), como que rompendo uma roupagem que já não lhes serve mais, ele propõe uma interpretação que, fora dos polos reducionistas de certo ou errado, soa um tanto apocalíptica: o que Marx quis dizer era que o capital “é capaz de transformar seu limite, sua própria impotência, na fonte de seu poder” (ZIZEK, 1996, p. 329), ou seja, faz de seu limite a mola propulsora de seu desenvolvimento, pois a contradição entre forças produtivas e relações de produção “está contida no seu próprio conceito”; “quanto mais se agrava sua contradição imanente, mais ele tem que se revolucionar para sobreviver” (*idem, ibidem*). Diante de tal veredicto, é fácil deduzir que a única coisa que se pode fazer é levar as mãos à cabeça e, seguindo o mote capitalista cunhada pelos árcades *carpe diem*, aproveitar enquanto ainda há tempo e recursos. Todavia, não é esse o caminho que pretendemos apontar; essa leitura, guardados os devidos méritos, pode cair numa armadilha antidialética se levada muito a sério, pois assume certa impotência do sujeito diante do movimento implacável do capital, retirando, desse modo, toda a esperança de emancipação do indivíduo consciente.

De fato, há o que se temer frente ao duplo gesto do capital, responsável por sua hegemonia absoluta, que produz, ao mesmo tempo, identificação e não-identificação. Adorno (2009) já observara na tradição filosófica o reflexo da lógica da equivalência do valor de troca na gestação do conceito que, de mãos dadas com a premissa da identidade total, pretende abarcar o não-idêntico, a partir do apagamento de suas diferenças, sob o rótulo da contradição. Esse pensamento quantificado, que tenta mensurar seus objetos para, então, tecer comparações a partir de uma falsa unidade, abstrai sua singularidade e marginaliza seu aspecto irreduzível; e mesmo as intenções de absorver o particular naquilo que é contraditório ao universal são criticáveis por não escaparem ainda do sistema da totalidade:

a contradição é o não-idêntico sob o aspecto da identidade; o primado do princípio de não-contradição na dialética mensura o heterogêneo a partir do pensamento da unidade. (...) A totalidade da contradição não é outra coisa senão a não-verdade da identificação total, tal como ela se manifesta nessa identificação. Contradição é não-identidade sob o encanto da lei que também afeta o não-idêntico. (ADORNO, 2009, p. 13).

Debruçar-se sobre o objeto a partir de um sistema conceitual pré-determinado é reproduzir a lógica imperialista do capital, empiricamente observável, que esmaga a diversidade com o rolo compressor do valor. Na filosofia, isso implica em adequar o objeto ao método, e não o contrário. O que interessa ao pensamento dialético, não obstante, é “o âmbito do não-conceitual, do individual e particular” (*idem*, p. 15), isto é, aquilo que é inalcançável ao conceito e que a classificação científica positivista tende a etiquetar como exceção à sua norma dominadora. Adorno admite, no entanto, que “pensar significa identificar” (*idem*, pp. 12-13) – a própria linguagem, baseada na representação, procura estabelecer identidade a partir da abstração do real – e que é uma exigência utópica ao conhecimento pretender “abrir o não-conceitual com conceitos, sem equipará-lo a esses conceitos” (*idem*, p. 17), com risco de cair em contradição; a dialética negativa deve se mostrar, não sem culpa, consciente de sua falibilidade, pois que é um mecanismo pensado de dentro do modo de produção capitalista e, como tal, é prenhe de suas vicissitudes. Além disso, o olhar que o sujeito lança ao objeto é já viciado pela unidimensionalidade do capital, de modos que é impossível esgotá-lo em sua multiplicidade de ângulos possíveis – isso só seria factível tornando-se a própria coisa. Sabendo da impossibilidade de se relacionar com o mundo real a não ser a partir do conceito, a saída é libertar-se de

seu fetichismo e de sua autossuficiência; o conceito não deixa de ser um momento do real, um reflexo sem o qual nada poderia ser concebido e todo aparato simbólico tornar-se-ia nulo. O que se faz necessário é “alterar essa direção da conceptualidade, voltá-la para o não-idêntico” (*idem*, p. 19), fugindo do impulso de procurar, no objeto, o ponto de identificação com o sujeito; essa é a vontade incitada há décadas pela indústria cultural que, ao apresentar-nos suas mercadorias que exploram uma subjetividade barata e superficial, com apelos a um sentimentalismo enlatado, promove a massificação dos indivíduos, de suas potências e de seus desejos. Debord (1997) aponta que essa massificação é promulgada por meio da imagem-espetáculo, a qual sugere ao seu espectador justamente a identidade fabricada pela cultura de massas: “quanto mais ele [o espectador] contempla, menos vive; quanto mais aceita reconhecer-se nas imagens dominantes da necessidade, menos compreende sua própria existência e seu próprio desejo” (p. 24). O mercado só sobrevive na medida em que cria identificação entre o sujeito e a mercadoria.

Ao mesmo tempo, há como desdobramento da soberania do lucro acima da vida a produção de não-identificação: o trabalhador, que despende parte da sua subjetividade quando objetiva seu trabalho num produto, não se identifica com aquilo que produz, consequência cruel do trabalho alienado. Indicou-nos Marx (2010) que o trabalho estranhado, aquele que não desenvolve as potências do homem e não o torna realizado, arruína o espírito do trabalhador, que “só se sente (...) junto a si [quando] fora do trabalho e fora de si [quando] no trabalho”; esse trabalho, que se desmembra do trabalhador e torna-se algo externo a ele, não é a satisfação direta de uma carência, mas apenas “um meio para satisfazer necessidades fora dele” (MARX, 2010, p. 83). É, portanto, um pedaço seu que lhe foi retirado e transformado em uma mercadoria à qual, em muitos casos, ele nunca terá acesso; seu trabalho não lhe pertence – tanto sua força de trabalho vendida quanto o produto de seu trabalho objetivado – e, quanto mais trabalho ele exterioriza, mais esse trabalho lhe parece estranho, e menos o trabalhador retém em si: “é a perda de si mesmo” (*idem*, *ibidem*), que toma uma existência autônoma, independente e fora dele:

o trabalhador se torna tanto mais pobre quanto mais riqueza produz (...) o trabalho não produz somente mercadorias: ele produz a si mesmo e ao trabalhador como uma *mercadoria*, e isto na medida em que produz, de fato, mercadorias em geral. (...) A efetivação (*Verwirklichung*) do trabalho é a sua objetivação. Essa efetivação do trabalho aparece ao estado nacional-econômico como *desefetivação* (*Entwirklichung*) do trabalhador, a objetivação como *perda*

do objeto e servidão ao objeto, e a apropriação com estranhamento (Entfremdung), como alienação (Entäusserung). (MARX, 2010, p. 80)

Além da não-identificação do indivíduo com seu trabalho – o que, por sua vez, desidentifica o indivíduo enquanto homem do indivíduo enquanto trabalhador, provocando uma cisão entre desejo e trabalho, entre privado e público, entre o humano e o animal-máquina, fazendo com que ele “[esteja] em casa quando não trabalha e, quando trabalha, não [esteja] em casa” (MARX, 2010, p. 83) e se sinta enquanto parte da humanidade apenas em suas funções animais –, é preciso que haja, também, a produção da não-identificação do trabalhador com sua classe que, segundo Marx, é a classe de cuja emancipação decorrerá a “emancipação humana universal” (*idem*, p. 89). O proletariado, na medida em que constitui uma não-classe da sociedade civil, excluída dos privilégios assegurados pelo direito à burguesia e sujeita à exploração de seu sobretrabalho, expressa as necessidades universais da sociedade porquanto nada de seu tem a perder e não possui, pois, interesses particulares a ser defendidos, já que não faz parte da fatia capitalista que tanto detém os meios de produção quanto controla os contratos de trabalho. A classe proletária, portanto, ao reivindicar seus direitos, não os reivindica como uma classe particular, senão como exigências do próprio gênero humano e, nesse sentido, é “uma esfera (...) que não pode se emancipar sem se emancipar de todas as outras esferas da sociedade e, com isso, sem emancipar todas essas esferas (...) que é, numa palavra, a *perda total* da humanidade e que, portanto, só pode ganhar a si mesma por um *reganho total* do homem” (MARX, 2010, p. 156). É estratégico para manter o *status quo* do capital que a classe trabalhadora se perca de si mesma e, através da crença ideológica na ascensão social via esforço individual, busque identificação não com seu igual, mas com o opressor – e a indústria cultural tem forjado essa identificação de forma exemplar.

A “ilusão” ideológica

A divisão do trabalho tal como a encontramos hoje no apogeu do modo de produção capitalista, em seu grau mais acentuado, representa um aprofundamento do contraste entre trabalho manual e trabalho intelectual que, ainda no Esclarecimento, seduziu os ideólogos da burguesia. O nível de abstração

racionalizada que desde então separou, de um modo que só aparenta ser irreversível, a ideia da matéria é, talvez, mais um desdobramento da primazia do valor de troca sobre o valor de uso. Se isso é certo, é incontestável a influência do fetichismo da mercadoria na própria gênese da palavra ideologia, que designava, nos tempos anteriores a Marx, um conjunto de ideias de uma determinada sociedade – ideias cujo monopólio sempre pertenceu às classes dominantes, como Política, Moral, Direito, Teologia e Filosofia e que postulavam sua superioridade sobre o mundo das coisas. A polêmica marxiana com os neo-hegelianos, na medida em que atualiza a palavra, não perde algo de sua essência: a ideologia nunca deixou de ser da ordem do abstrato como consequência de seu pertencimento à ordem do simbólico; mas isso não significa, em absoluto, que ela não tenha também formas de materialidade prática. É nesse sentido que base (a sociedade civil, a vida material dos homens e suas relações concretas; ou, segundo uma terminologia mais tipicamente marxiana, as forças produtivas) e superestrutura (ideologia, Estado, a produção de signos dos homens; ou o modo formal de produção) devem ser vistos da mesma forma como o são valor de uso e valor de troca – isto é, são duas faces da mesma moeda e se influenciam mutuamente, mas tanto superestrutura quanto valor de troca agem como se fossem autônomos, e acima de seus pares. Não devemos nos enganar, contudo, com o pensamento de que são simples ilusões; são ambos representações e, como tal, momentos do real que possuem existência suficiente para estruturar todo um modo de produção. Embora Marx (2009, p. 31), ainda com resquícios do positivismo, compare a ideologia à imagem invertida da câmara escura, deixando transparecer em partes de sua obra que a superestrutura é um mero reflexo distorcido da realidade concreta que a determina, essa “consciência invertida” possui seu valor de verdade, pois que é a consciência que domina a maioria dos homens. Marx, naquele momento, opunha à história das ideias a história dos homens que trabalham e possuem necessidades vitais, cujo trajeto havia sido silenciado por aqueles que detinham o poder e postulavam estar a ideia acima da matéria. É preciso admitir, no entanto, que base e superestrutura funcionam dialeticamente, e não é, como apontou Zizek (1996), apenas uma questão de ingênua ignorância ou falta de familiaridade com o trabalho intelectual o que nos faz aceitar o fetiche da mercadoria. Partindo da frase localizada no fim do capítulo I do Capital que, segundo ele, é “a definição mais elementar da ideologia” – *“eles não sabem disso, mas o fazem”* (MARX, 2010, p. 149, grifo meu) –,

Zizek propõe uma leitura que coloca a ilusão ideológica não do lado do saber, mas do lado do fazer: a própria realidade só se reproduz e só nos é perceptível através dos óculos da ideologia, que são sua estrutura; o segredo não seria, portanto, iluminar as mentes irracionais com a verdade da razão por trás da “falsa consciência” ideológica, pois a fórmula de Marx é lida como “eles sabem que, em sua atividade, estão seguindo uma ilusão, mas fazem-na assim mesmo” (ZIZEK, 1996, p. 316), e é nisso que reside o movimento inconsciente e irrefreável da ideologia – não no conceito semântico do ato, mas no próprio ato em si enquanto significativo que não possui um sentido racional. A ênfase no aspecto formal é herança do fetichismo da forma-mercadoria, cujo mistério se encontra na abstração do fator quantitativo da equivalência de valores que condena à marginalidade o fator qualitativo, como já mencionamos acima. Zizek ilustra a soberania da forma abstrata sobre o conteúdo concreto com a inversão marxista entre Particular e Universal. No sistema capitalista, em que o campo econômico e a determinação do Valor assumem caráter universal, as propriedades concretas dos objetos particulares (seu valor de uso) se comportam como meras expressões fenomênicas daquilo que realmente importa (isto é, o valor de troca, que postula a identidade total) quando, na verdade, é a universalidade abstrata que importa apenas como uma propriedade daquilo que é particular. Essa inversão é uma obra *sui generis* da ideologia do capital pois, como já vimos, se seu funcionamento tautológico se manifesta em seu objetivo primevo de “crescer e multiplicar-se” e, com isso, continuar existindo infinitamente, o que é justamente necessário é que crie identidade a partir de si – e, com isso, se torne universal.

A irracionalidade do ato de fazer algo sabendo de sua farsa – chamado por Zizek (1996) de “fantasia ideológica” – é aquilo que, segundo ele, o aproxima tanto da crença religiosa quanto do trauma da psicanálise. O trauma que, conforme a teoria psicanalítica, é aquela parte do real que não pode ser simbolizada, só é recalcado pelo sujeito uma vez que não pode ser exprimível pela lógica do signo e, desse modo, passa a habitar o inconsciente, o qual, embora de desempenho obscuro, controla os passos do Eu, refletindo nele sua bagagem traumática. Da mesma forma procede a ideologia: sua dimensão incompreensível e absurda é condição de sua interiorização e, ao mesmo tempo, indício da realidade traumática a qual estrutura e mascara; sem ela, o real nos escapa ou nos é insuportável. Nesse sentido, podemos dar um significado mais dialético à palavra *ilusão*: ela não só é um legítimo momento do real, dado que

possui influência sobre ele, como também pode denotar um aspecto positivo e emancipador; mascarar a realidade pode significar não só aliená-la do sujeito, mas também lhe dar a esperança de que outro real é possível e, por essa via, a ilusão torna-se força motriz e devir da prática revolucionária. É por isso que quando Marx fala que a religião “é o *ópio* do povo”, não devemos retirar essa sentença de seu contexto original: “a miséria *religiosa* constitui ao mesmo tempo a *expressão* da miséria real e o *protesto* contra a miséria real. A religião é o suspiro da criatura oprimida, o ânimo de um mundo sem coração, assim como o espírito de estados de coisas embrutecidos. Ela é o *ópio* do povo” (MARX, 2010, p. 145). Só mesmo uma sociedade de valores tão conservadores traduziria a metáfora marxiana em seu sentido puramente negativo. O *ópio*, assim como a religião, detém também potencial criativo e transformador; e muito embora Marx martele em vários momentos de sua obra que a religião deve ser superada, juntamente com o Estado e o trabalho assalariado, quando ruir o modo de produção capitalista, ela não pode deixar de ser considerada uma etapa necessária, pois simboliza a miséria terrena e material do homem mas, também, a crença na superação dessa miséria.

Objetivos

Nosso objetivo nessa investigação, pois, analisar a relação entre marxismo e psicanálise, localizando-a na indústria cultural, tomando como modelo norteador as contribuições da Teoria Crítica – em especial, obra de Marcuse (1968). Faz-se necessário, para tanto, retornar à obra marxiana no intuito de reconstruir o percurso dos conceitos de *ideologia* e *reificação*, bem como nos aprofundar em algumas categorias freudianas, tais como *identificação*, *recalque*, *ideal-de-Eu*, *massa*, *pulsões* e outras que com estas mantêm relação. No tocante à bagagem até aqui já concentrada sobre o tema, a ideia é tomar a imagem como um espaço simbólico estratégico: a hipótese é de que ela assume, sob o capital, um funcionamento inerentemente ideológico e alienado (pois que, hoje, é uma faceta essencial do valor de troca) e, ao mesmo tempo, é parte fulcral do fetiche da mercadoria (segundo a obra de Debord) e espelho em que o sujeito projeta seus desejos, seus ideais e os valores dominantes; em suma, como objeto central de investimento de libido no capitalismo. Para tanto, nos parece interessante descrever a economia libidinal –

tanto da libido narcísica quanto da libido objetal – na sociedade capitalista, dialogando com os conceitos marcuseanos *mais-repressão* e *princípio de desempenho*.

Método

Somos simpáticos ao antimétodo da dialética negativa adorniana que propõe, contra os princípios da identidade, da não-contradição e do terceiro excluído da lógica formal, o primado da não-identidade e da contradição – ainda que reconheçamos, como dito acima, que o simples fato de rotular como contradição todo não-idêntico já seja, em si, uma pretensão totalizante que pretendemos romper. Citamos novamente Adorno quando nos diz que “a contradição é o não-idêntico sob o aspecto da identidade; o primado do princípio de não-contradição na dialética mensura o heterogêneo a partir do pensamento da unidade. Chocando-se com os seus próprios limites, esse pensamento ultrapassa a si mesmo. A dialética é a consciência consequente da não-identidade. Ela não assume antecipadamente um ponto de vista” (ADORNO, 2009, p. 13). É a particularidade de nosso objeto que se nos imporá o ângulo de abordagem, mais do que qualquer sistema pré-estruturado.

Em termos mais pragmáticos, efetuaremos uma leitura exegética das obras, prezando por uma análise imanente, sem perder de vista que será necessário recorrer ao método comparativo para dar prosseguimento à conjunção das epistemologias. Nesse sentido, tentaremos manter a autonomia das categorias freudianas, conservando os pressupostos psicanalíticos e, ao mesmo tempo, embebendo-lhes num diagnóstico de época, de modos que se realize sua suprassunção nas teorias marxistas e marxiana.

Bibliografia

ADORNO, Theodor. *Dialética negativa*. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

_____. *Ensaio sobre psicologia social e psicanálise*. São Paulo: Editora Unesp, 2015, 240p.

_____. *Minima Moralia: reflexões a partir da vida lesada*. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2008.

- ADORNO, Theodor.; HORKHEIMER, Max. *Dialética do Esclarecimento*. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.
- BENJAMIN, Jessica. *The bonds of love: psychoanalysis, feminism, and the problem of domination*. New York, NY: Pantheon, c1988.
- BENJAMIN, Walter. A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica. In: _____ et al. *Benjamin e a obra de arte: técnica, imagem, percepção*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012, pp. 9-40. (Arte físil)
- _____. O narrador. Considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: *Magia e técnica, arte e política*. Obras escolhidas. 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1987, v. 1.
- _____. Teoria do Conhecimento, Teoria do Progresso. In: *Passagens*. Belo Horizonte: Editora UFMG; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006, pp. 499-530.
- HONNETH, Axel. *Reification: a new look at an old idea*. Oxford; New York, NY: Oxford University Press, 2008.
- CRARY, Jonathan. *Técnicas do observador: Visão e modernidade no século XIX*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012. (Coleção Arte Físil)
- DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.
- ENGELS, Friedrich.; MARX, Karl. *A ideologia alemã*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- FREUD, Sigmund. (1914) À Guisa de Introdução ao Narcisismo. In: *Escritos sobre a Psicologia do Inconsciente*. Rio de Janeiro: Imago Ed., 2004, v. 1, pp. 95-119 (Obras psicológicas de Sigmund Freud)
- _____. *O futuro de uma ilusão*. Porto Alegre, RS: L&PM, 2013.
- _____. *O mal-estar na civilização*. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2012.
- _____. *Psicologia das massas e análise do eu*. Porto Alegre, RS: L&PM, 2013.
- FROMM, Erick. *The Sane Society*. London and New York: Routledge, 1991.
- _____. *The crisis of psychoanalysis*. New York, Holt: 1970.
- GEUSS, Raymond. *The idea of a critical theory: Habermas and the Frankfurt school*. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.
- HABERMAS, Jurgen. *Conhecimento e interesse: com um novo posfácio*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.
- HEGEL, Georg. *Fenomenologia do Espírito*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.
- HORKHEIMER, Max. Teoria Tradicional e Teoria Crítica. In: HORKHEIMER, Max.; ADORNO, Theodor. *Textos Escolhidos*. São Paulo: Abril Cultural, 1983, pp. 31-68.
- HULLOT-KENTOR, Robert. The Exact Sense in which the Culture Industry No Longer Exists. In: DURÃO, Fábio. (org.) *Culture Industry Today*. Cambridge: Cambridge Scholars Publishing, 2010, pp.5-22.
- JAMESON, Frederic. *Postmodernism or, the cultural logic of late capitalism*. London & New York: Verso, 1991.
- JAPPE, Anselm. *Guy Debord*. Lisboa: Antígona, 2008.

- JAY, Martin. *A Imaginação Dialética: História da Escola de Frankfurt e do Instituto de Pesquisas Sociais*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008.
- KELLNER, Douglas. *Herbert Marcuse and the crisis of Marxism*. Berkeley, University of Califórnia Press: 1984.
- LACAN, Jacques. O estádio do espelho como formador da função do eu. In: ZIZEK, Slavoj. (org.) *Um mapa da ideologia*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2013, pp. 97-103.
- LUKÁCS, Georg. *História e consciência de classe: estudos de dialéctica marxista*. 2. ed. Rio de Janeiro: Elfos, 1989.
- MARCUSE, Hebert. *Eros e civilização: uma interpretação filosófica do pensamento de Freud*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968.
- _____. *A ideologia da sociedade industrial*. Rio de Janeiro, Zahar Editores: 1982.
- _____. *Razão e revolução: Hegel e o advento da teoria social*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.
- _____. *Five Lectures*. Boston, Beacon Press: 1970.
- MARX, Karl. (1843) *Crítica da filosofia do direito de Hegel*. São Paulo: Boitempo, 2010.
- _____. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2010. (Marx-Engels)
- _____. *O capital: crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital*. São Paulo: Boitempo, 2013, v. 1. (Marx-Engels)
- REICH, Wilhelm. *Psicologia de Massas do Fascismo*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- ROUANET, Sérgio. *Teoria crítica e psicanálise*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1986.
- SILVA, Josué Pereira. *Trabalho, cidadania e reconhecimento*. São Paulo: Annablume, 2008.
- WHITEBOOK, Joel. *Perversion and utopia: a study in psychoanalysis and critical theory*. Cambridge: MIT Press, 1996.
- ZIZEK, Slavoj. Como Marx inventou o sintoma? In: *Um mapa da ideologia*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996, pp. 297-330.

A (de)marcação libertária

MARIO GUILLERMO MASSINI¹

Zandoralter@hotmail.com

Resumo

No trabalho desenvolvido propomos uma aproximação para pensar a questão libertária. Entendemos esse libertário não necessariamente encaixado nas correntes anarquistas ou libertárias econômicas, tampouco dentro de nenhuma outra corrente definida. Resulta de nosso interesse indagar o libertário como expressão de certo modo de revolta, seja dentro de alguma demanda inserida nas disputas pela hegemonia do social, ou por outras que expressem diversas formas de descontento e a partir dos mais diversos registros. Ainda, resgatamos o libertário, também, como modo em que pode ser percebido o mal-estar nas sociedades contemporâneas. É neste sentido que, junto com elementos próprios da sociologia, trazemos também enfoques da psicanálise e da teoria social geral que nos permitem desenvolver questões vinculadas com o político e a política, o social e a sociedade, a subjetividade e a subjetivação, tanto como a ideologia e o sintoma.

Palavras- chave: Libertário, Sintoma, Subjetivação.

¹ Doutorando em Sociologia, orientado pelo Prof. Dr. Sílvio César Camargo.

Atenção-mercadoria e atenção-liberdade na era da conexão online “full time”: choques e associações entre conhecimentos e práticas milenares da atenção e o capitalismo digital emergente

THIAGO PIRES GALLETTA¹

djgalletta@gmail.com

Resumo

O aumento exponencial da importância da atenção enquanto mercadoria no capitalismo contemporâneo se relaciona a um papel cada vez mais fundamental no seu processo de acumulação do crescente trabalho imaterial realizado diuturnamente por usuários de internet. Se nos deparamos com problemas que, assim como este, se estendem e disseminam em nível global, cabe reconhecer também a força potencial do devir presente no intercâmbio e contribuição entre “matrizes”, “soluções”, “conhecimentos”, “invenções” culturais as mais diversas, com origens territoriais, civilizacionais e temporais bastante distintos, no “novo plano global”. Interessa observar então, no caso de determinados conhecimentos e técnicas da atenção – gestados ao longo de milênios no extremo-oriental e agora em franca disseminação pelo território mundial –, as possibilidades da resignificação de invenções culturais tradicionais enquanto “meios hábeis” de resistência aos imperativos propostos pela aceleração capitalista digital ou, ao contrário, as tentativas diversas de recuperação dessas matrizes ao capital. “Yoga é a soberania sobre os movimentos da própria atenção em direção a objetos externos”. O capitalismo digital emergente tem na *atenção* sua principal mercadoria; é importante que esta não esteja sobre o controle dos sujeitos. Mas seria possível pensar em uma atenção consciente altamente focada, que se ponha em sinergia com a otimização da produtividade vital demandada pela aceleração capitalista, contrapesando a dispersão e exaustão da vida online “full time”? Importa então nos debruçarmos sobre a possível simultaneidade desses agenciamentos paradoxais em torno das “técnicas da atenção”.

Palavras-chave: Aceleração Digital, Capital, Atenção, Conhecimentos Milenares, Globalização.

¹ Doutorando em Sociologia, orientado pelo Prof. Dr. Pedro Peixoto Ferreira e financiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

GT5

Teorias Críticas

A negação do trabalho: sobre estrutura e prática na Teoria Crítica do capitalismo de Postone

CAROLINA APARECIA GONÇALVES¹

carolina_apg@hotmail.com

Resumo

O presente projeto de pesquisa objetiva investigar a especificidade da relação entre estrutura e prática social historicamente específicas à trajetória de desenvolvimento do capitalismo identificadas por Postone (2014) na obra *Tempo, trabalho e dominação social*. De modo a identificar qual é a base que possibilitaria a emergência de uma prática social potencialmente emancipadora e, por conseguinte, identificar o sujeito que engendraria tal prática social. Diante da reinterpretação das categorias fundamentais da crítica da economia política de Marx realizada por Postone (2014) e sua proposta de desenvolver uma teoria da transformação histórica da subjetividade, o trabalho é posto como objeto da crítica do capitalismo. O trabalho emerge como prática social historicamente determinada que é estruturada e estruturante das formas sociais específicas à mediação das relações sociais capitalistas. Neste ponto, como o trabalho é a prática social que constitui as estruturas sociais abstratas de dominação do capitalismo, as quais determinam o sentido da prática social, temos a problemática quanto a identificação da base pela qual eclodiria uma nova prática social apta a constituir novas formas sociais de mediação social, o que significaria a superação das estruturas de dominação abstrata do capitalismo. Isto implica também, a problemática quanto ao sujeito que engendrará esta prática social emancipadora. Portanto, a investigação da especificidade da relação entre trabalho como prática social estruturada e estruturante e as formas sociais fundamentais do capitalismo será realizada com base no método de leitura estrutural com a finalidade de elaborar um esquema que reconstrua a estrutura e o processo de construção dos conceitos e categorias expostas por Postone (2014) na obra investigada.

Palavras-chave: Tempo, Trabalho, Dominação, Emancipação e Teoria Crítica.

¹ Mestranda em Sociologia, orientada pelo Prof. Dr. Sávio Machado Cavalcante e financiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Justiça Social e Teoria Crítica: História e Tendências

ENRICO PATERNOSTRO BUENO DA SILVA¹

enricobueno@yahoo.com.br

Resumo

Ao longo das últimas três décadas, as discussões conceituais sobre justiça social têm se tornado uma constante nos debates entre autores que reivindicam filiação à chamada Teoria Crítica da Sociedade, herdeira da Escola de Frankfurt. As formulações sobre o tema, entretanto, já ocupam espaço na filosofia, nas ciências sociais e até mesmo na teologia desde o século XIX e historicamente foram atreladas a alguma noção de distribuição de bens, serviços, encargos e benefícios ao longo de uma sociedade. Considerando que a primeira geração de frankfurtianos foi majoritariamente crítica ao chamado “capitalismo administrado” – aos seus procedimentos reprodutivos e mesmo às suas políticas distributivas – é notável observar que, a partir dos trabalhos de Jürgen Habermas na década de 1960, a esfera política de tomada de decisões nas democracias ocidentais foi cada vez mais colocada em relevo. Ademais, conforme o capitalismo de Estado (com seu potencial distributivo) se submeteu ao desmonte neoliberal na década de 1980, as discussões sobre justiça social tomaram mais espaço nos diálogos críticos. Desse modo, o trabalho busca apresentar este movimento – mais meandroso que linear – no interior da Teoria Crítica, que transita da recusa do Estado social capitalista e sua concepção de justiça social à revisão crítica do conceito, contemplando uma ampliação de seu escopo para além da dimensão distributiva e alcançando questões dos âmbitos “cultural” e “político”. São notáveis, nesse processo recente, as contribuições de autores como Iris Young, Axel Honneth, Kevin Olson e Nancy Fraser.

Palavras-chave: Justiça Social, Teoria Crítica, Capitalismo de Estado, Redistribuição, Reconhecimento.

¹ Doutorando em Sociologia, orientado pelo Prof. Dr. Josué Pereira da Silva e financiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Experiência e psicanálise na Teoria Crítica de Axel Honneth: da negatividade ao reconhecimento

JOÃO PAULO DOS SANTOS SALVA¹

joaopaulosalva@yahoo.com

Resumo

Este trabalho se propõe a analisar em linhas gerais a teoria do reconhecimento proposta por Axel Honneth, busca compreender sob quais pressupostos desenvolve seu modelo de Teoria Crítica e como estes se ancoram no plano das conceituações sobre a intersubjetividade. Nesse sentido, a ideia central deste projeto recai sobre dois objetivos, primeiramente visa delimitar o alcance do recurso à psicanálise de Donald Winnicott realizado por Axel Honneth na tentativa de referendar as esferas primárias de reconhecimento intersubjetivo e ainda busca promover a discussão sobre a recusa de Axel Honneth a uma metapsicologia freudiana, implicando assim em um abandono sobre as formulações acerca da negatividade e do caráter irreduzível do não idêntico, propostas então por Theodor Adorno como potenciais de resistência frente à integração total.

Palavras-chave: Teoria Crítica, Experiência, Psicanálise, Teoria do Reconhecimento.

¹ Mestrando em Sociologia, orientado pelo Prof. Dr. Silvio César Camargo e financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Teoria do Reconhecimento e Democracia: um debate entre política da diferença e política universal

RUBIA DE ARAUJO RAMOS¹

ramos.arubia@gmail.com

Resumo

Esta apresentação busca problematizar o debate teórico sobre Políticas de Reconhecimento e Estado Democrático de Direito. A partir de duas linhas teóricas, o liberalismo substantivo de Charles Taylor e o liberalismo de Jürgen Habermas, iremos problematizar contribuições e limites para a “Teoria Crítica” e a “Teoria do Reconhecimento”. Tendo em vista que o problema central - garantia de direitos e reconhecimento de minorias políticas - foi inicialmente proposto por Taylor, buscaremos avaliar a solução dada pelo autor a partir de duas críticas feitas por Habermas: contra o paternalismo e o reconhecimento entendido apenas sob a forma de reivindicações jurídicas. Na seqüência, mostraremos que Habermas buscou apresentar potencialidades de emancipação e justiça no modelo tradicional do sistema de direitos, reforçando sua tese de *Direito e Democracia entre facticidade e validade*. Por fim, faremos uma análise da proposta elaborada por Habermas, com o objetivo de avaliar seus argumentos e concluindo que a radicalização da via procedimental do direito não dá conta do problema do reconhecimento de minorias.

Palavras-Chave: Reconhecimento, Democracia, Política da diferença, Política universal.

¹ Doutoranda em Sociologia, orientada pelo Prof. Dr. Sílvio César Camargo e financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

GT6

Pensamento Social e Circulação de Ideias

E. P. . Thompson e as Ciências Sociais brasileiras

BRENO AUGUSTO DE OLIVEIRA SANTOS¹

brenox4@yahoo.com.br

Resumo

A pesquisa tem o objetivo analisar a influência das teses do historiador inglês Edward Palmer Thompson sobre a produção sociológica brasileira a partir dos anos 1980. Partindo da constatação de que as principais transformações ocorridas no âmbito da produção industrial e dos processos sociopolíticos na Europa, Estados Unidos e Japão – ou seja, a reestruturação produtiva, a crise do petróleo, a constituição do neoliberalismo, o fim da Guerra Fria e a desagregação do bloco socialista do Leste Europeu – tiveram ressonâncias nos debates sociológicos de então e das décadas subsequentes, objetivamos examinar como o conceito de *classe social* foi repensado, revisado e/ou redimensionado entre cientistas sociais brasileiros com base na obra de Thompson. Nas últimas quatro décadas, a sociologia brasileira desenvolveu um significativo material teórico sobre esse tema, com variados enfoques analíticos, entre os quais, destacadamente, o de E. P. Thompson. Ao se repensar o conceito de *classe social* para além da esfera estritamente econômica, essas teses foram incorporadas, nos anos 1980 e 1990, para interpretar os movimentos e lutas sociais que ocorriam no Brasil nesse período. É, pois, a partir de uma conjuntura específica da sociedade brasileira, de fim de Ditadura Militar e com a ascensão dos movimentos populares que importa considerar a influência de Thompson, conferindo-se ênfase aos conceitos de *experiência* e de *formação de classe*, visto que foram conceitos fundamentais para a teoria social brasileira no sentido de explicar as classes sociais e sua formação a partir da experiência dos indivíduos e grupos sociais no processo de luta, consciência e identidade de classe.

Palavras-chave: Classes Sociais, Reestruturação Produtiva, E. P. Thompson.

A pesquisa parte de uma questão que ganhou evidência na Europa e nos Estados Unidos a partir, sobretudo, da década de 1970, qual seja: a relevância da categoria *classes sociais* para a compreensão da realidade social. O corte temporal aqui adotado encontra justificativa nas importantes transformações socioeconômicas e políticas do período: a reestruturação produtiva, a crise do petróleo, o neoliberalismo e a crise do bloco socialista do Leste Europeu. De fato, se é verdade que já havia certa desconfiança com relação ao papel histórico da classe operária em décadas anteriores, será no contexto da reestruturação produtiva, da ascensão do ideário e

¹ Mestrando em Sociologia, orientado pelo Prof. Dr. Sávio Machado Cavalcante e financiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

políticas neoliberais, e da queda do assim chamado *socialismo real*, que a concepção de *classe* passou por um importante processo de revisão conceitual.

Foi entre os anos de 1970 e 1980 que as noções de sociedade *pós-industrial*, *pós-materialista*, *de consumo* e/ou *informacional* receberam maior atenção.¹ Fundamentando-se na crítica ao paradigma produtivo, por exemplo, Daniel Bell (1977), André Gorz (1982), Alain Touraine (1989), Adam Shaff (1990) e Claus Offe (1995) diagnosticaram a necessidade de superação do conceito de *classe social* conforme fora formulado pela teoria clássica marxista². Segundo esses autores, a classe social – o proletariado – teria sofrido o impacto da fragmentação e da heterogeneização profissional, afetando diretamente a relação entre a *condição* de classe e a *ação* política coletiva.

No contexto de críticas à teoria marxista, a sociologia brasileira absorveu tanto as teses que fundamentaram a insuficiência do conceito de *classe social* como elemento explicativo da sociedade contemporânea, quanto as que, em sentido contrário, lançaram as bases para a ampliação de tal conceito. Assim, enquanto, de um lado, dava-se "adeus à classe trabalhadora", procurava-se, por outro, aprimorar o conceito, reelaborando-o não apenas segundo pressupostos econômicos, mas também segundo uma perspectiva de conteúdo cultural (THOMPSON, 1987), político e ideológico (POULANTZAS, 1975; WRIGHT, 1979).

No Brasil, dessemelhantermente, desde o fim da década de 1970, o movimento operário e sindical brasileiro experimentou um momento marcante em sua história com as greves no ABC paulista, tornando-se o protagonista político do Brasil, e cuja ação se desenrolava no maior ciclo grevista do mundo (SOUZA; TRÓPIA, 2012). Enquanto o processo de reestruturação produtiva nos Estados Unidos e na Europa Ocidental teve forte impacto nas organizações dos trabalhadores, provocando a redução do número de greves e dos índices de sindicalização, o cenário brasileiro apresentou-se diverso, sobretudo se considerarmos acontecimentos como o

¹ Entre as principais teses que desenvolveram concepções sobre a sociedade "pós-industrial", destacam-se: Bell com a publicação da obra *O advento da sociedade pós-industrial*, de 1977, a de Peter Drucker *Uma Era da Descontinuidade*, de 1974, a de Alvin Toffler *O choque do futuro*, de 1973, e a de Yoneji Masuda *Sociedade de informação como sociedade pós-industrial*, de 1982.

² Entende-se que a teoria clássica marxista, especificamente, o marxismo-leninismo, interpretava que a classe operária, produtora direta de mais-valia, seria protagonista na luta contra o capitalismo. Assim, com a reestruturação produtiva e as mudanças causadas pelas tecnologias de informação e comunicação, produziram-se teses indicando o *fim do proletariado* e, conseqüentemente, o fim da luta de classes, afirmando que a teoria das classes sociais em Marx tornava-se insuficiente para compreender a sociedade daquele contexto.

nascimento da Central Única dos Trabalhadores (CUT), da CONCLAT, futura CGT, e do Partido dos Trabalhadores (PT), colaborando, significativamente, para o aumento expressivo do índice de sindicalização e do movimento grevista na década de 1980 (ANTUNES, 2008). Assim, segundo Bertoncelo, a “(...) formação das centrais sindicais refletiu o maior espaço do sindicalismo e dos trabalhadores na cena pública e lhes proporcionou maior capacidade organizativa” (BERTONCELO, 2007, p. 73).

Além do aumento do índice de sindicalização, presenciou-se também na década de 1980 o surgimento de diversos movimentos sociais organizados. De acordo com Do Bem (2006), foi nesse período que ocorreu uma pluralização nos movimentos sociais, que, ademais, passaram a agregar diversas temáticas, como a questão de gênero, dos índios, negros, homossexuais, meio ambiente, entre outros. Destacaram-se, nesse contexto, o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) criado em 1984 em Cascavel, no Paraná, movimentos de bairros, associações, coletivos de luta pela moradia, além de associações de trabalhadores (GOHN, 1992; BERTONCELO, 2007) e o *novo sindicalismo*.

Assim, com os diversos movimentos sociais e formas de organizações dos trabalhadores presentes na década de 1980, o protagonismo do operariado dividiu-se com outros personagens nas pesquisas de cientistas sociais, as quais procuraram ampliar o conceito de classes e de luta de classes, propondo que o protagonismo iria além do operariado. Foi a partir da perspectiva analítica em ampliar a luta de classes para além do operariado que sociólogos, antropólogos e historiadores assimilaram os conceitos de Thompson procurando ampliar o protagonismo de classe, para além do operariado e, concomitantemente, produzir críticas ao modelo teórico estático das classes, sendo este, especificamente do marxismo-leninismo. Para compreender a forma como as obras de Thompson foram recepcionadas, ilustraremos, em seguida, os resultados preliminares da pesquisa ainda em andamento.

O revisionismo teórico: Thompson e as classes sociais

Como descrevemos acima, diversos artigos que debateram o tema das classes nos periódicos da década de 1980 procuravam, por um lado, validá-lo na produção acadêmica e procurando até mesmo ampliar o conceito para além do ambiente fabril, mas, por outro, houve aqueles que o negavam, procurando substituí-lo a partir de

conceitos como: “novos sujeitos” e “atores sociais” os quais não se enquadrariam na luta de classes, mas em busca da cidadania.

Os *novos sujeitos* ou *atores sociais* presentes nos diversos movimentos populares organizados na década de 1980 encantavam os cientistas sociais daquela década, tendo uma significativa importância em suas publicações, destacando os processos de luta durante o período de abertura política e de consolidação da constituinte de 1988. De acordo Perruso (2008), foi nesse contexto que as ciências sociais brasileiras estavam em busca do “novo”, enfatizando as relações de conflitos do cotidiano e nas experiências dos setores populares, ao mesmo tempo em que procuravam recusar o modelo teórico determinista das classes sociais presente na teoria social. Assim, entende-se que a busca do “novo” foi tanto evidenciar o protagonismo dos movimentos populares fora do ambiente fabril, quanto à crítica ao teleologismo do marxismo ortodoxo e o seu modelo rigoroso em relação ao conceito de classes.

Dessa maneira, publicações como *The Making of the English Working Class* e *Tradición, Revuelta y Consciencia de Clase* – estimulavam diversos estudos no Brasil sobre movimentos sociais, organizações dos trabalhadores e sua cultura, temas que estariam presentes em trabalhos nas áreas de História, Antropologia, Sociologia e Educação. Além disso, a obra crítica a Althusser, *A Miséria da Teoria: um planetário de erros* impulsionou cientistas sociais e historiadores a criticarem o modelo teórico do estruturalismo e do marxismo economicista. De acordo com Mattos (2012), a influência de Thompson sobre a historiografia brasileira, por exemplo, incidiu, por um lado, na crítica ao “marxismo estruturalista” de Althusser e ao marxismo economicista, e, por outro, numa tentativa de renovação do pensamento marxista na década de 1980. Tal renovação do pensamento marxista partiu dessa nova perspectiva analítica sobre as classes sociais e a luta de classes, resgatando, dessa forma, o materialismo histórico e a dinâmica da luta de classes para além da fábrica.

A partir da crítica teórica ao marxismo ortodoxo e a conjuntura política da década de 1970 e 1980, as ciências sociais brasileiras procuraram novas categorias, buscando compreender as configurações sociais atestadas naquelas décadas introduzindo, por exemplo, a categoria do “novo” dialogando com as obras de Thompson, Foucault, entre outros. Desse modo, Sader (1988) introduziu as obras de Thompson em seus estudos sobre as experiências dos trabalhadores em São Paulo,

evidenciando experiências vividas e experiências coletivas. Assim, pesquisou aspectos que evidenciasse os modos pelos quais os trabalhadores experimentavam suas condições de vida: a vida na metrópole, a ressocialização dos migrantes, a luta pela casa e os espaços públicos e, dessa forma, entenderia os padrões de comportamento presentes no cotidiano popular onde “os movimentos sociais extraíram suas energias” (1988, p.19).

Martins (1989), por sua vez, abordou as lutas dos movimentos populares no campo e a busca pela emancipação concreta, seus caminhos de ruptura e as diversas formas de “recusa” dos trabalhadores. De acordo com o autor, as formas de recusa apareceriam em movimentos do campo a partir de aspectos culturais, ou seja, as relações do costume e de tradições, a priori, passariam ser formas de identidade e resistência às imposições do capital, assim a cultura popular deveria ser pensada como cultura, como “conhecimento acumulado, sistematizado, interpretativo e explicativo, e não como cultura barbarizada, forma decaída de cultura hegemônica, mera e pobre expressão do particular” (p. 111).

Para compreender essa dimensão cultural camponesa, precisaria entender suas relações com o passado, com a comunidade e suas experiências coletivas e que se constituíram dentro das variadas formas da cultura popular e como se tornou uma forma de resistência ao avanço do capital. Para isso, subsumiu diversos autores, entre eles, E. P. Thompson e seus estudos sobre as lutas pré-capitalistas pelos direitos, além de Lefevre, Hobsbawm e Gramsci. A principal contribuição de Thompson nesta obra foi desenvolvida na ressignificação da experiência como elemento significativo na constituição da consciência coletiva e determinante para a resistência desses movimentos.

Concomitantemente, Lobo (1989), introduziu as teses de E. P. Thompson abordando as experiências de três operárias, Belisa, Luzia e Nair para compreender o cotidiano e a resistência das mulheres da classe operária. Lobo partiu das explicações conceituais de E. P. Thompson para entender a experiência como resposta mental e emocional. Para a autora, tal conceito permitiria articular trajetórias e representações e desvinculando, dessa forma, a dicotomia entre objetividade e subjetividade no interior da teoria das classes sociais e da luta de classes.

Coloca-se, assim, o ponto de vista das operárias, estabelecendo, dessa maneira, a relação que possa compreender o cotidiano do trabalho, a relação entre as

experiências vividas e como elas entendem a ideia de destino. Por isso, a partir do capítulo *A experiência do destino* que Lobo demonstra o elemento comum entre as narrativas e a ideia de destino. A experiência do destino é um aspecto destacado pela autora que se faz por rupturas e resistências e que, portanto, demonstra-se uma autonomia dos sujeitos em sua própria história, pois, elas fazem de suas experiências um “destino” (p.179).

Entre a experiência vivida e percebida, o trabalho manual que definia a identidade de classe dessas mulheres. Classe, abordada pela autora, a partir da obra de Thompson – *A Formação da Classe Operária Inglesa* – a qual, a classe, deve ser entendida a partir de resultados de experiências comuns, herdadas e compartilhadas. Além de E. P. Thompson, Lobo articulou as obras do historiador inglês com a de Pierre Bourdieu (*Las sens pratique*) e de Jürgen Habermas (*La reconstrucción del materialismo histórico*). Em Habermas, buscou-se a categoria de identidade como cristalização e reconhecimento de uma experiência comum.

Outro trabalho destacado na década de 1980 foi a de Lopes (1988) sobre a fábrica Paulista em Pernambuco e as relações de dominação peculiares de uma cidade dominada pelas chaminés. A companhia de Tecidos Paulista desenvolveu formas peculiares de dominação, estudadas por Lopes a partir de um material historiográfico documental e a observação da vida cotidiana dos trabalhadores. Assim, para compreender as formas de dominação no interior das relações fabris, Lopes introduziu os trabalhos de E. P. Thompson como *Tempo, Disciplina de trabalho e Capitalismo Industrial*, *A Formação da Classe Operária Inglesa*, *Whigs and Hunters* e *The Origins of the Black Act*, além de *Tradición, Revuelta y Consciencia de Clase*.

Dessa forma, seus estudos sobre a “Cidade das Chaminés” indicam uma determinada forma de dominação e, principalmente, o conflito de classe. De acordo com o autor, a “tecelagem”, na cidade das chaminés, domínio da Indústria têxtil Paulista, indicaria não somente a produção têxtil, mas também toda uma relação social, cultural e política. Dessa maneira, evocaria a ideia de “autoconstrução” de um grupo social, de formação de uma identidade social e de uma “consciência de classe” por parte do operariado, tal como sugere na obra de Thompson – *A Formação da classe operária inglesa*. Assim, como Thompson, Lopes preocupou-se com a

“construção” histórico-cultural de uma consciência de classe dos trabalhadores da Paulista, considerando a mediação entre a “experiência” e a “consciência” de classe.

Por fim, a abordagem realizada por Guimarães e Castro (1988) em que a classe seria concebida a partir dos espaços de identidade, das relações de experiência e da formação de classe. Essa formação possibilitaria a aglutinação dos interesses coletivos num processo de contra-hegemonia. Esse princípio conceitual de “formação” permitiu, para o autor, compreender a constituição de classe a partir de pressupostos teóricos que balizaram a análise das mudanças na estrutura produtiva e, portanto, na configuração das classes em relação aos mecanismos culturais de “dominação e subordinação” a partir de realidades particulares, proporcionando uma base concreta através da experiência pretérita das classes (GUIMARÃES, 1987).

A partir da consideração desse pressuposto e com a contribuição de autores como Adam Przeworski, John Roemer e Erik Olin Wright¹, além do próprio Thompson, Guimarães (1987) investigou sobre a “formação das classes sociais” na Bahia. Partindo da indicação de Przeworski, as classes seriam entendidas como categorias teóricas que possibilitariam postular que os conflitos sociais concretos e o desenvolvimento histórico têm uma relação sistemática entre si. Já em Thompson, as classes se formariam no processo de luta de classes e, em John Roemer, compreende-se a relação da distribuição desigual de ativos econômicos (meios de produção, força de trabalho, talentos e habilidades) e os limites estruturais para as classes sociais. Em suma, para Guimarães, as classes podem ser consideradas como produtos de lutas sociais históricas e concretas (Przeworski e Thompson). O resultado dessas lutas chama-se capacitação de classe (Wright), ou seja, de recursos ideológicos, sendo que essa capacitação delimitaria primeiramente a formação social dos interesses de classe e, em segundo lugar, a sua capacidade de exercer uma liderança política, cultural e moral sobre as outras classes e frações de classe.

Considerações finais

¹ As obras referenciadas são: Adam Przeworski (1977) *Proletariat into a class: the process of class formation from Karl Kautsky's the class struggle to recent controversies*; John Roemer (1982), “A general theory of exploration and class”, E. P. Thompson (1958), *The Making of the English Working Class*, e Erik Olin Wright (1985) *A general framework for analysis of class*.

Mais do que crítico à teoria althusseriana e do marxismo leninista, Thompson foi o intelectual que enfatizou o problema da ausência da ação humana na teoria das classes no debate intelectual. Segundo seu modo de ver, tanto o modelo estruturalista, quanto a economicista, eram uma agressão política e teórica ao marxismo, já que negava o agir humano - *agency* (MÜLLER, 2013). Por isso, Anderson (1985) descreveu que Thompson procurava dar destaque à consciência e à atuação humana, mas isso se fez a partir da categoria de *experiência*, que se tornou a chave intermediadora entre o sujeito e a consciência, visto que seria através da experiência que as classes aconteceriam e que os grupos tornar-se-iam conscientes de seus valores e interesses antagônicos.

Assim, foi nesse sentido que, as categorias propostas por Thompson, foram introduzidas no Brasil. Muitos dos intelectuais que receberam as obras desse estudioso procuraram evitar noções reducionistas da consciência de classe. Em suma, diferentemente dos acontecimentos na Europa, Estados Unidos e Japão, os quais proporcionaram a produção de teses que anunciavam o fim das classes, no Brasil, essa realidade demonstrava-se oposta, apresentando um terreno fértil para cientistas sociais brasileiros com o protagonismo do operariado do ABC paulista e o surgimento dos movimentos sociais, possibilitando, dessa forma, ampliar os estudos sobre a luta de classes. Ademais, entende-se também, que a produção teórica das Ciências Sociais daquela década procurou romper com a tradição anterior, pois apoiados nos *novos movimentos sociais*, toda uma produção teórica procurava captar as experiências e as lutas populares daquele contexto.

Referências

- ANDERSON, Perry. *Teoria, política e história: un debate con E. P. Thompson*. Madri: editora Siglo, 1985.
- ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho?: Ensaio sobre a metamorfose e a centralidade do mundo do trabalho*. São Paulo: Editora Cortez, 2008.
- BELL, Daniel. *O Advento da sociedade pós-industrial: uma tentativa de previsão social*. São Paulo: Cultrix. 1977.
- BERTONCELO, Edison. *A campanha das diretas e a democratização*. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, FAPESP, 2007.
- DO BEM, Arin. A centralidade dos movimentos sociais na articulação entre o Estado e a Sociedade brasileira nos séculos XIX e XX. *Educ. Soc.*, Campinas, vol. 27, n. 97,

- p. 1137-1157, set./dez. 2006. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br> Acesso em: 12 de Jan. 2016.
- GOHN, Maria da Glória M. *Movimentos sociais e educação*. São Paulo: Cortez, 1992.
- GORZ, André. *Adeus ao Proletariado: Para além do Socialismo*. Rio de Janeiro, Forense, 1982.
- GUIMARÃES, Antonio Sergio Alfredo. Estrutura e formação de classes sociais na Bahia, *Revista Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, SP, n.18, p. 57 – 69, 1987.
- GUIMARÃES, Antonio Sergio Alfredo; CASTRO, Nadya Araújo. Espaços regionais de construção de identidade: a classe trabalhadora no Brasil pós – 77, *Revista Ciências Sociais Hoje*, São Paulo, SP, p. 13-49, 1988.
- LOBO, Elisabeth Souza. Experiências de mulheres. Destinos e gênero. *Tempo Social Revista de Sociologia, São Paulo*, 1989, vol.1, n.1, pp.169-182.
- LOPES, José Sérgio Leite. *A tecelagem dos conflitos de classe na cidade das chaminés*. São Paulo: Marco Zero, 1988.
- MARTINS, José de Souza. *Caminhada no chão da noite: emancipação política e libertação nos movimentos sociais do campo*. São Paulo: editora Hucitec, 1989.
- MATTOS, Marcelo Badaró. *E. P. Thompson e a tradição de crítica ativa do materialismo histórico*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2012.
- MÜLLER, R. G. . E. P. Thompson e a Miséria da Teoria : razão e apatia. In: 37º Encontro Anual da Anpocs, 2013, Águas de Lindóia. *ANAIS DO ENCONTRO. S. Paulo: Anpocs, 2013. v. 01. p. 01-32*. Disponível em: <http://portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_details&gid=8456&Itemid=429> Acesso em: 20/01/2016.
- OFFE, Claus. *Capitalismo Desorganizado: Transformações Contemporâneas do Trabalho e da Política*. São Paulo: Brasiliense, 1995.
- PERRUSO, Marco Antonio. *Em busca do “novo”*: intelectuais brasileiros e movimentos populares nos anos 1970/80. Tese [Doutorado em Sociologia e Antropologia]. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2008.
- POULANTZAS, Nicos. *As classes sociais no capitalismo de hoje*. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1975.
- SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1979-1980)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- SCHAFF, Adam. *A Sociedade Informática*. São Paulo: Unesp/Brasiliense, 1990.
- SOUZA, Davisson Cangusso de; TRÓPIA, Patrícia Vieira. *Sindicatos no Brasil metalúrgico contemporâneo*. Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2012.
- THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra SA, 3 vols. I, 1987.
- TOURAINÉ, Alain. *Os novos conflitos sociais: para evitar mal-entendidos*. In: *Lua Nova*, N°17, pp. 5-18, 1989.
- WRIGHT, Erik Olin. *Classe, crise e o Estado*. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1979.

No meio do caminho tinha uma Macabéa

CAMILA TEIXEIRA LIMA¹

camilateixeiralima@gmail.com

Resumo

Em 1902 Euclides da Cunha consagra uma das frases clássicas da literatura, “O sertanejo é, antes de tudo, um forte” ([1902] 1967: 01). Em conluio com a formulação da força do aparente *fraco* e *torto* sertanejo euclidiano, o Hércules Quasímodo, se inaugurava a chave interpretativa *dual*, modelar no pensamento social brasileiro. O *forte* era também um bárbaro, bruto, um *retrógado* e, na sua antítese, se encontrava o *degenerado* do litoral, todavia civilizado e culto. Dessa contradição uma síntese era necessária para a consagração do futuro nacional. O sujeito do litoral tinha as ferramentas, mas era o sertanejo de *Os Sertões* o cerne da nacionalidade. A chave dicotômica sertão e litoral, ora traduzida como barbárie e civilização, arcaico e moderno, atraso e progresso, se transfigura, nas décadas de 1950-70, nos pares antitéticos Nordeste e Sudeste. A locomotiva do país, *desigual* e *combinadamente*, carregava um vagão pesado que parecia impedir o rumo ao futuro. O todo, Nordeste, passa a ser formalizado pela parte, sertão, em oposição ao Sudeste, lugar da civilização. São os anos do ideal normativo em torno da ideia de mudança social. No pensamento (Costa Pinto, Florestan Fernandes, Celso Furtado), via Estado (desenvolvimentismo) e institucionalmente (Unesco, Claspes, Flacso, CEPAL, ISEB, SUDENE) buscava-se encontrar os males do *subdesenvolvimento* e alcançar a tão sonhada modernidade. Na literatura, uma sertaneja nordestina emergia. Macabéa (Lispector, 1977) representava a migrante proveniente de um Brasil arcaico. Todavia, não era mais a *rocha viva* da nação euclidiana, Macabéa é uma miserável; consumidora de televisão, cachorro quente e coca cola. O personagem do sertão, antes povo, agora é *massa*. Este trabalho pretende refletir o lugar do sertanejo na literatura como antítese do moderno no momento em que se acentua a mudança social mais acelerada no Brasil, entre os anos 1950-70.

Palavras-chave: Sertão, Literatura, Pensamento Social Brasileiro, Modernização.

¹ Doutoranda em Sociologia, orientada pela Profa. Dra. Mariana Miggiolaro Chaguri e financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Sobre estantes vazias em corredores silenciosos

LUÃ FERREIRA LEAL¹

lferreiraleal@gmail.com

Resumo

Os relatos das viagens pelos temidos meandros da metodologia são bússolas indispensáveis para navegar no caudaloso rio denominado pensamento social. Nessa área temática, as justificativas de relevância geralmente envolvem critérios como ineditismo, acesso exclusivo a fontes ou recuperação de autores ou ideias que tiveram seu impacto social arrefecido com o passar dos anos. Sem aspirar à condição de etnografia em arquivo, este texto abordará as condições de pesquisa em estantes vazias, sobre temas pouco visitados ou autores sem prestígio. Para compreender o contexto intelectual da fundação da Academia Brasileira de Música (ABM), instituição cultural selecionada como objeto de análise, é imprescindível o domínio de técnicas de bricolagem para reunir indícios dispersos em vários arquivos. Levando em consideração os dilemas metodológicos para estudar circulação de ideias, abordarei duas questões para tratar dos corredores silenciosos de órgãos culturais que não dispõem de setor de documentação sobre memória institucional. Em primeiro lugar, o debate estará voltado para a formação do campo de estudos conhecido no Brasil como “pensamento social” e o modo como esses estudos concorrem para consagrar obras e autores. Em um segundo momento, haverá análise dos acervos de dois musicólogos que integraram a “Casa de Villa-Lobos”: Luiz Heitor Corrêa de Azevedo (1905-1992) e Mozart de Araújo (1904-1988). Esses acervos servem como labirintos para encontrar fontes primárias e analisar redes de relação entre musicólogos e compositores no período de construção institucional da ABM.

Palavras-chave: Pensamento Social, Instituições Culturais, Arquivos.

¹ Doutorando em Sociologia, orientado pela Profa. Dra. Mariana Miggiolaro Chaguri e financiado pelo Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

Dois críticos na periferia do capitalismo: as contribuições de Roberto Schwarz e de Beatriz Sarlo para a Teoria Social

MARIA CAROLINE MARMEROLLI TRESOLDI¹

carolinetresoldi@gmail.com

Resumo

Adotando a comparação como ponto de vista, a pesquisa em andamento “Olhares periféricos: crítica e sociologia no ensaísmo de Roberto Schwarz e de Beatriz Sarlo”, busca analisar a trajetória intelectual e os momentos decisivos da obra de Roberto Schwarz e de Beatriz Sarlo, dois dos maiores críticos do Brasil e da Argentina, respectivamente. Para tanto, a pesquisa é dividida em dois movimentos analíticos. No primeiro, procura reconstruir a trajetória intelectual de ambos e sistematizar os princípios teóricos e metodológicos a partir dos quais eles formam seus projetos críticos, que articulam analiticamente literatura e sociedade, crítica e sociologia. Em seguida, após verificar em que medida estes projetos podem ser aproximados e quais são suas principais diferenças, o segundo movimento analítico da pesquisa é dedicado a analisar seus ensaios sobre Machado de Assis e Jorge Luis Borges, “mestres na periferia do capitalismo”. O desafio teórico desse segundo movimento analítico é problematizar o potencial heurístico da ideia de “periferia” para interpretar a sociedade brasileira (na ótica de Schwarz), e a sociedade argentina (na perspectiva de Sarlo), circunscrevendo a hipótese de que, se a “condição periférica” estrutura certas formas literárias e certas interpretações sociais aqui produzidas, o termo “periferia” assume uma conotação para além de um *espaço social*, configurando-se como um *desafio metodológico* a partir do qual é possível pensar *outras* experiências de modernidade. No desdobramento desse hipótese, a valorização da periferia como um lugar indispensável (embora não exclusivo) para compreender o movimento da sociedade contemporânea, pode contribuir, teórica e metodologicamente, para o alargamento da teoria social crítica a partir e pelas margens.

Palavras-chave: Roberto Schwarz, Beatriz Sarlo, Crítica e Sociologia, Pensamento Social, Periferia.

Buscando investigar a fonte das contradições e das tensões da experiência brasileira e argentina, e o modo como a matéria local e os modelos emprestados das formas europeias se imbricam no tecido de nossa vida cultural, Roberto Schwarz e Beatriz Sarlo se consagraram como dois dos maiores críticos latino-americanos. Articulando literatura e sociedade, crítica e sociologia, estética e política, ambos

¹ Mestranda em Sociologia, orientada pela Profa. Dra. Mariana Miggiolaro Chaguri e financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

desempenharam nas últimas décadas o papel de *intelectuais críticos no espaço público*, construindo projetos versáteis para pensar, sentir e atuar em seus países. Em decorrência da relevância teórica de seus ensaios para a crítica literária e para as ciências sociais, assim como as reflexões acerca da modernidade e do capitalismo visto desde sua periferia, a pesquisa proposta busca debater os *momentos decisivos* de suas obras.

Inicialmente, é importante apontar que os dois *ensaístas* têm uma trajetória compartilhada no tempo, e igualmente transitam entre a crítica literária e a sociologia. O crítico brasileiro se formou em Ciências Sociais na Universidade de São Paulo em 1960, mas mirando-se no exemplo de seu professor Antonio Candido, migrou para as Letras, “pois gostava mesmo era de literatura”. Nas décadas seguintes, o ensino da literatura brasileira e produções nessa área de estudo marcaram sua trajetória. A crítica argentina, por sua vez, ingressou no curso de Filosofia na Universidade de Buenos Aires, mas como percebeu que seus interesses se voltavam para temas literários, abandonou a Filosofia e passou para o curso de Letras, concluindo-o em 1966. Nas etapas seguintes de sua vida, ensinou, pesquisou e escreveu sobre a literatura e a vida cultural argentina, aproximando-se da sociologia como curiosa e autodidata, principalmente a partir da tradução e recepção de tradições sociológicas nas revistas das quais fez parte¹.

Essa breve recuperação da trajetória intelectual e institucional dos críticos indica o caminho *quase* inverso que trilharam. Enquanto Schwarz foi das ciências sociais à crítica literária, sem, contudo, abandonar as ferramentas teóricas e metodológicas apreendidas com as primeiras; Sarlo, com uma formação em Letras, foi se aproximando do ponto de vista sociológico não apenas para problematizar as mediações entre literatura e sociedade, mas também para aprofundar os diálogos entre a produção de ideias, sua circulação e os processos sociais mais amplos.

¹ No período de 1972 a 1976, Sarlo fez parte da direção da revista *Los Livros* e, em seguida, em 1978, com um grupo de intelectuais oriundos das ciências sociais e da crítica literária, organizou a revista *Punto de Vista*, cujo objetivo era divulgar a produção cultural argentina e latino-americana. Como Sarlo foi editora da revista por 30 anos, uma análise dessa revista pode oferecer pistas importantes para pensar a trajetória da crítica argentina. É oportuno lembrar que na experiência brasileira, segundo Olmos (2004), a revista *Novos Estudos* exerceu um papel semelhante na difusão da produção cultural e teórica num contexto marcado pela democratização da sociedade. O primeiro editorial da revista foi, inclusive, firmado por Roberto Schwarz, que colaborou periodicamente com o empreendimento. A atuação nessas revistas revela, então, uma aproximação entre Sarlo e Schwarz, já que ambos exerceram trajetórias semelhantes no processo de redemocratização de nossas sociedades, participando de projetos intelectuais coletivos que visavam reestabelecer a prática de uma crítica política da cultura.

Os caminhos entre as ciências sociais pensadas de modo mais amplo e a crítica literária se fazem sentir na construção teórica e metodológica dos trabalhos de Schwarz e Sarlo. Ao analisar as mediações entre literatura e sociedade operadas por ambos é possível perceber aspectos que se assemelham. Trata-se, em particular, de um *regime de trocas literárias* que os críticos estabelecem com certa tradição marxista da crítica literária e cultural que, dedicada a analisar as mediações entre forma estética e conteúdo histórico-social, buscou interpretar as expressões de arte na vida moderna, como o romance, o teatro, a lírica, o cinema etc., tomando tais expressões como uma maneira de comunicar a experiência humana e, como consequência, figurar os processos sociais em curso. Autores como György Lukács, Theodor Adorno, Walter Benjamin, Raymond Williams, além da figura de Antonio Candido – que construiu um materialismo paralelo a partir do pensamento latino-americano (SCHWARZ, 2012d), – são citados tanto por Schwarz, quanto por Sarlo, em momentos como nos quais os críticos mapeiam suas principais linhas de inspiração teórica.

A ideia de trocas literárias que arma o livro *Nenhuma ilha é uma ilha* de Carlo Ginzburg é uma pista interessante para problematizar as *afinidades* teóricas e metodológicas entre autores de diferentes regiões do globo. No caso estudado pelo crítico italiano, verifica-se um regime de trocas literárias entre o continente europeu e as ilhas britânicas, trocas estas que teriam contribuindo decisivamente para a formação da literatura inglesa. Essas trocas revelam que, embora produzidas socialmente, as ideias também viajam, como chama atenção Schwarz (1999), de modo a colocar e recolocar em circulação um conjunto de conhecimentos e ideias expressas em livros, jornais, revistas, entrevistas etc. Ao recorrer as sugestões de Ginzburg, essa pesquisa circunscreve-se como hipótese que trocas teóricas com essa tradição da crítica literária e cultural contribui para que Schwarz e Sarlo pensassem os desafios criados pela experiência literária e cultural nas margens da experiência europeia. Em outros termos, sugere-se que é a partir de um *regime de trocas literárias, enfrentando os desafios teóricos e dilemas empíricos criados pela modernidade e pelo capitalismo periféricos*, que Schwarz e Sarlo construíram seus projetos críticos de interpretação social e cultural.

É a partir desse projeto de interpretação social que encontra-se a maior afinidade entre o crítico brasileiro e a crítica argentina, já que ambos se dedicaram ao

estudo sistemático de dois dos maiores escritores latino-americanos, reconhecidos como clássicos da literatura mundial. Enquanto Schwarz tem nos *romances* de Machado de Assis, produzidos no final do século XIX no Brasil, seu objeto empírico de estudo, Sarlo se dedica à análise dos *contos* de Jorge Luis Borges, escritos na primeira metade do século XX na Argentina. Os escritores, na leitura dos críticos, refletem, cada um à sua maneira, ao seu tempo, em seu país e em sua língua, sobre os dilemas e as tensões entre os esquemas importados e a empiria local, de modo que suas obras se tornam *lócus* privilegiados para interpretação de suas respectivas sociedades.

A possibilidade de interpretar o país a partir e por meio de suas obras se deve ao fato de que Machado e Borges, ao lerem a tradição literária anterior de seus países – cuja característica principal era figurar “a cor local” – procuraram superar as armadilhas criadas por tais tradições, reivindicando a “universalidade das matérias”, sem, entretanto, deixar de “pensar o seu tempo e o seu país”. O que significa, do ponto de vista estético, formalizar tanto a problemática nacional quanto as múltiplas *trocas* do local com outras culturas e suas assimilações (em que se pese, especialmente, a cultura ocidental, herança de nossos processos de colonização). Nesse linha, nossos escritores, seguindo a leitura de Schwarz (2012d) e Sarlo (2008), tencionaram os dilemas entre o local e o universal, o nacional e o cosmopolita, o arcaico e o moderno, e por isso seriam mestres na “periferia” do capitalismo, nas margens da cultura ocidental.

Essa ideia de “periferia” aparece no título do segundo livro de Schwarz sobre Machado de Assis: *Um mestre na periferia do capitalismo* (1990), e no principal escrito de Sarlo sobre Borges: *Jorge Luis Borges: um escritor na periferia* (1993), e tal ideia é o fio condutor a partir do qual os críticos investigam seus objetos de estudo. Nesse ponto, a investigação proposta por este projeto toma como hipótese que na análise desenvolvida por Schwarz e Sarlo o termo “periferia” é, por um lado, um *lugar social* – que é a um só tempo um espaço físico, político e cultural – a partir do qual literaturas e interpretações foram produzidas e, por outro lado, assume uma conotação para além do espaço, expressando-se como um *desafio metodológico*. Ou seja, sugere-se que o termo periferia possui uma dupla dimensão na interpretação social e literária que os críticos fazem das obras de Machado e Borges: é tanto um *espaço social* em que se desenvolveu uma forma *sui generis* do capitalismo, resultado

de um processo de colonização, como é um *meio* pelo qual se pode compreender e interpretar a experiência moderna a partir e pelas margens.

Isso significa, na leitura de Schwarz (2012d, p. 11), que Machado produziu uma *forma* literária para explicar as particularidades da experiência brasileira em nosso Oitocentos, isto é, um “dispositivo literário que capta e dramatiza a estrutura do país”, interpretando a sociedade em sua heterogeneidade, dependência, desigualdade e especificidade diante do quadro geral traçado pelo capitalismo. Em linha semelhante, Sarlo (2008, p. 16) atenta para o fato de que Borges “se indagou como ninguém sobre a forma da literatura numa das margens do Ocidente”, fazendo das margens uma estética para tencionar as relações entre campo e cidade, arcaico e moderno, nacional e estrangeiro e, a partir disso, compreender de modo mais complexo as múltiplas experiências modernas vividas pela sociedade argentina no início do século XX.

A partir dessas interpretações, Schwarz e Sarlo intervêm tanto nos debates no interior da crítica literária de seus países, quanto no terreno da crítica internacional. Em relação a crítica de seus países, procuram explicar a grandeza do clássico nacional demonstrando que a composição literária dos escritores se faz por meio da *formalização artística do conjunto da vida social*. No que se refere a crítica internacional, Schwarz e Sarlo criticam as leituras que “universalizaram os autores”, mediante as quais a reputação internacional é estabelecida pela “qualidade estética” de suas obras. Isso porque o sucesso internacional vem “de mãos dadas com o desaparecimento da particularidade histórica”, de modo que “o autor entra para o cânon, mas não o seu país, que continua no limbo” (SCHWARZ, 2012b, p. 22).

Trata-se, em suma, de duas matrizes distintas de recepção crítica de Machado e Borges – tanto de Sarlo e Schwarz quanto dos estudos praticados nas universidades centrais – que não se prendem só a questões estéticas, elas também têm uma dimensão política na geografia do mundo contemporâneo. E uma dessas dimensões é o que Schwarz chama de “luta inconclusa” da ex-colônia por sua formação moderna, contra o subdesenvolvimento, o atraso, a marginalidade, a exclusão etc. Ora, o que se coloca em questão é a problematização de que as obras de arte também precisam ser compreendidas em seu contexto histórico, e que a crítica de arte não está alheia à reflexão social, pelo contrário, é parte substantiva dela, e por isso a presença de uma “cor local” nas obras de Machado e Borges não é mera ornamentação estilística. Por

isso, na interpretação dos críticos, falar em “formas universais” (como são classificados os textos de Machado e Borges nas universidades centrais), só faz sentido se essas formas derem conta das matérias locais, retirar tais matérias de seu confinamento histórico e mostrar a constelação social de problemas que elas formam. Justamente nessa direção, a ideia de “periferia” passa a ser não apenas uma “condição social”, mas também uma categoria analítica fundamental para problematizar e interpretar o “chão social” no qual as obras foram pensadas.

Ao apostar nessa leitura, sugere-se, de modo preliminar, que na interpretação tecida por Schwarz e Sarlo se valoriza a periferia como um *lugar* indispensável (embora não exclusivo) para compreender o movimento da sociedade contemporânea. Se o crítico brasileiro aposta na “viagem das ideias”, e busca problematizar o descompasso entre as ideias produzidas no centro do capitalismo com a empiria do processo social periférico, a crítica argentina vai na mesma direção, à medida que se utiliza da ideia de “modernidade periférica” como categoria analítica que permite investigar e qualificar as tensões e os conflitos inevitáveis entre as diferentes culturas e sociedades.

Assim como Machado e Borges não reduzem local e universal a essências singulares, Schwarz e Sarlo pensam e problematizam teoricamente o moderno e a periferia, ambos articulados a partir e por meio de suas diferenças – diferenças que desnudam as contradições do desenvolvimento moderno e capitalista. Pensando a periferia a partir desses termos, sugere-se, ainda, que suas formulações, seguindo as pistas de Maia (2009), *podem oferecer ferramentas teóricas e metodológicas* para interpelar o debate contemporâneo sobre a polarização do conhecimento entre países centrais, “produtores de teoria”, e periféricos, “aclimatadores” das produções do centro. Se a divisão internacional do trabalho intelectual parecia nos renegar ao papel de reprodutores acrílicos das teorias centrais (BOTELHO, 2013), trabalhos como os de Schwarz e Sarlo seriam exemplos de que se pode teorizar no Brasil e na Argentina¹.

¹Nessa linha, Maia (2009) aponta que os estudos desenvolvidos pelo pensamento brasileiro – e acrescente-se o latino-americano – podem ser articulados aos estudos contemporâneos de crítica ao eurocentrismo, dado nossa imaginação teórica sobre problemas “pós-coloniais”. Por isso, trabalhos como os de Schwarz (e também o de Sarlo) seriam incontornáveis, na medida em que apontam para a importância da empiria colonial associada à problemática da modernidade, isto é, pensam “o moderno e o global de forma descentrada, sem reduzir a periferia a simples receptáculo do centro” (MAIA, 2009:193). Seguindo as pistas de Maia, essa pesquisa procurará qualificar se o enquadramento analítico “periferia do sistema econômico” pode ser plasmado como “periferia importadora de teoria”. Ou seja, se o termo “periferia do sistema capitalista” é historicamente e socialmente correspondente a ideia de “periferia da produção intelectual”.

Apresentado os temas e os problemas que se pretende estudar nessa pesquisa, é importante observar a relevância das questões propostas. Em primeiro lugar, é oportuno salientar que o estudo de trabalhos oriundos da crítica literária é relevante como tema de pesquisa para as ciências sociais praticadas no Brasil e na Argentina à medida que os processos de renovação da crítica literária nestes países, a partir de meados do século XX, ocorreram por meio de uma relação profunda com a sociologia. Nos dois casos e concomitantemente, a crítica literária passou a incorporar instrumentos advindos da sociologia, num esforço de obter um estatuto “mais científico”, ainda que o peso da crítica e da sociologia fossem distintas nos dois países. Entrementes, ambas as disciplinas enfrentavam problemáticas semelhantes neste período, em que se pese, particularmente, os problemas de formação cultural e da modernização da sociedade nos dois países (JACKSON; BLANCO, 2014).

Dentre os intelectuais responsáveis por inovadores programas de pesquisa na crítica literária no Brasil e na Argentina, encontram-se as figuras de Antonio Candido e Adolfo Prieto, respectivamente. Utilizando um *ponto de vista sociológico*, que articula a análise estética ao exame das condições sociais e políticas da vida cultural, estes críticos foram pioneiros ao tratar no campo acadêmico sobre a formação literária de seus países, inaugurando um projeto de estudos ambicioso e coletivo que teve continuidade, nas décadas posteriores, com o ensaísmo de Roberto Schwarz e de Beatriz Sarlo¹.

Se um dos movimentos analíticos do recente trabalho dos sociólogos Luiz Carlos Jackson e Alejandro Blanco, *Sociologia no espelho* (2014), busca reconstruir este processo de renovação da crítica literária no Brasil e na Argentina, a partir das obras de Candido e Prieto, não há nenhum estudo sistemático até o momento que estabeleça afinidades e dissonâncias entre Schwarz e Sarlo, importantes críticos que desenvolveram incontornáveis trabalhos sobre Machado de Assis e Jorge Luís Borges. Note-se também que, no Brasil, levando em conta a bibliografia levantada, há poucos

¹Em relação a Roberto Schwarz e Antonio Candido há uma proximidade clara, conforme apresentado anteriormente. Como recorda Candido (1974), tendo em vista que Schwarz mostrava gosto pelo estudo da literatura, ele foi recrutado para formar a equipe que desenvolveu as atividades no ensino de Teoria Literária, curso que foi criado na USP no final de 1960. Com respeito à relação de Adolfo Prieto e Beatriz Sarlo, a ligação não é tão próxima, tendo se estabelecido mais tardiamente quando Sarlo já se firmava como crítica literária. É inegável, entretanto, que o programa de pesquisa em sociologia da literatura de Prieto teve continuidade na principal vertente da crítica literária argentina das últimas décadas, expressa nas obras de Beatriz Sarlo e Carlos Altamirano e nos demais integrantes da revista *Punto de Vista* (JACKSON; BLANCO, 2014).

trabalhos sobre Beatriz Sarlo, que é uma das mais importantes críticas latino-americanas da atualidade. Justamente neste aspecto, reside a contribuição teórica do projeto ora exposto.

Em segundo lugar, deve-se notar que o presente trabalho se ancora no esforço de compreender a produção e a circulação das ideias nas “periferias” e o papel desempenhado pelos intelectuais e teóricos nas margens do capitalismo. Tomando como hipótese que a “condição periférica” é estruturante das reflexões históricas e sociais aqui produzidas, busca-se refletir como o pensamento e a teoria europeia, que fazem parte de nossa herança cultural e são imprescindíveis para pensar as experiências modernas, podem ser renovados e alargados a partir e pelas margens¹.

Por outras palavras, indaga-se sobre o potencial heurístico da periferia – nesse caso, a periferia representada pela América Latina – para a teoria sociológica e para o conhecimento empírico da modernidade e do capitalismo, propondo como objeto de estudo alguns dos principais trabalhos de Roberto Schwarz e Beatriz Sarlo que refletem sobre essa problemática. Isso porque sugere-se que a especificidades dos objetos de estudo de Schwarz e Sarlo os permitem tencionar os ajustes e os desajustes entre a matéria local e o modelo europeu, o que possibilita pensar os desafios teóricos e empíricos do capitalismo e da modernidade no Brasil e na Argentina.

Em resumo, com a pesquisa apresentada, busca-se apontar novos caminhos analíticos para a comparação das experiências brasileira e argentina, o que pode permitir aprofundar *o enfoque comparativo como método* nos estudos de pensamento social. Além disso, visa-se preencher uma lacuna existente nos trabalhos de renovação da crítica literária a partir e por meio de sua relação com as ciências sociais e, mais do que isso, procura-se avançar nas discussões travadas no pensamento social latino-americano que problematizam as relações entre local e universal, nacional e cosmopolita, periferia e centro, buscando, com isso, *(re)qualificar o moderno a partir de outro ponto de vista*.

¹Nesse sentido, busca-se abrir um caminho para pensar os limites e as possibilidades dos esforços teóricos dos intelectuais do pensamento latino-americano que vem se dedicando a refletir sobre a questão colonial e os problemas da geopolítica do conhecimento, como, por exemplo, Walter D. Mignolo (2003; 2005), Anibal Quijano (2005), Elias Palti (2007), Alejandro Blanco (2007), Antonio Brasil Jr. (2013), entre outros.

Com a finalidade de explorar o recorte proposto, a análise textual será o principal recurso metodológico desta pesquisa. Em primeiro lugar, antes de adotar a *aproximação* entre as trajetórias e as principais obras de Roberto Schwarz e Beatriz Sarlo, é necessário estabelecer um corpo-a-corpo com a matéria textual de cada um dos críticos, com vistas a encontrar as *mediações* entre *texto* e *contexto*, levando em conta a *complexa* relação entre ideias, trajetórias e contextos. Em certa medida, segue-se as sugestões de Skinner (2000) e de Koselleck (1992), quando indicam a necessidade de abordar os textos a partir e por meio de seus contextos sociais e políticos, de modo a possibilitar a construção de uma imagem mais complexa e matizada de como o pensamento operou no passado.

Aqui o contexto importa como ponto de apoio que permite circunscrever, na trajetória intelectual e na obra do autor, os processos sociais mais amplos nos quais as ideias foram formuladas, uma vez que o corpo-a-corpo com os textos e suas formas de inscrição analítica iluminam-se nos contextos (BOTELHO, 2010). Nesse passo, ao trabalhar com as mediações entre texto e contexto, procedimento caro à tradição marxista recuperada, procura-se também perceber a relação que os críticos estabelecem com outros autores, explorando o “regime de trocas literárias” (movimento que apreende a um só tempo a produção e a circulação de ideias) a partir das quais formulam seus trabalhos¹.

Construindo os autores como objetos de estudo, num segundo momento, mediante um corpo-a-corpo com diferentes textos produzidos por Schwarz e Sarlo entre o final de 1970 até 2010, procura-se identificar as principais diferenças e semelhanças entre suas formulações, assumindo, com isso, a *comparação como ponto de vista*. A proposta é ler, a partir de um ponto de vista sociológico, uma obra na outra, numa leitura a contrapelo, atenta aos *detalhes* e aos *indícios* que permitam identificar os pontos comuns – afinidades temáticas, terminológicas, metodológicas – entre os *autores*, *textos* e *contextos*, e aqueles que são dissonantes (Ginzburg, 2004).

No que se refere aos usos das fontes e dos materiais de pesquisa, recorta-se os *momentos decisivos* das obras dos críticos, dividindo a pesquisa em dois movimentos analíticos. Como o primeiro movimento de pesquisa objetiva apresentar como se constroem os projetos críticos de Schwarz e Sarlo, ele será dividido em dois níveis de análise. Inicialmente, procura-se apresentar aspectos da trajetória de vida dos críticos

¹Para explorar o movimento de circulação das ideias por espaços periféricos, serão acionados os textos de Carlo Ginzburg (1989; 2004) e de Franco Moretti (2003; 2014).

e de suas áreas de atuação, mapeado, também, as principais referências intelectuais que se fizeram presentes no percurso formativo que trilharam. Para tanto, serão mobilizados textos, prefácios, editoriais, memoriais e entrevistas dadas pelos críticos.¹

Em seguida, no segundo nível analítico deste primeiro momento da pesquisa, busca-se discutir os principais ensaios que elucidem os princípios teórico-metodológicos formulados pelos críticos para investigarem seus objetos de estudos. Isso significa, no caso de Schwarz, analisar os ensaios “Pressupostos salvo engano da ‘dialética da malandragem’”, reunido no livro *Que horas são?* e “Adequação nacional e Originalidade Crítica”, presente em *Sequências Brasileiras*, ensaios que sintetizam a compreensão do autor sobre a dialética entre forma e conteúdo, estabelecendo um profundo diálogo com as referências que ele mobiliza, especialmente com Candido, Lukács, Adorno e Benjamin.

No caso de Sarlo, serão abordados os livros *Literatura/Sociedad e Conceptos de sociología literaria*, que a autora escreve com Carlos Altamirano. Nestes livros, são trabalhados problemas, conceitos e métodos para a análise da literatura que leve em conta a sociedade. Acionando autores como Lukács, Adorno, Benjamin, Willians, Candido, entre outros, os autores enfatizam que para se fazer crítica literária é necessário recorrer às ferramentas teóricas e aos aparatos conceituais da sociologia, uma vez que a crítica de arte está em íntima relação com a reflexão social.

Analisando esse conjunto de textos de Schwarz e Sarlo, procura-se mostrar como eles constroem, teórica e metodologicamente, seu projeto crítico para investigar literatura e sociedade, conjugando crítica e sociologia.

No segundo movimento analítico, o exame recai principalmente sobre os ensaios de Schwarz e Sarlo em que são analisados os escritos de Machado de Assis e Jorge Luis Borges. Serão objetos de sistematização os livros: *Ao vencedor as Batatas, Um mestre na Periferia do capitalismo e Duas meninas* de Schwarz²; e *Jorge Luis Borges, um escritor na periferia* de Sarlo. Em decorrência da continuidade temática que se apresenta entre este livro de Sarlo e *Modernidade periférica e A paixão e a*

¹Vale mencionar que se pretende, também, entrevistar Schwarz e Sarlo.

² Além desses livros de Schwarz, analisar-se-á o ensaio “Leituras em competição”, publicado em *Martinha versus Lucrecia* (2012), que dá continuidade aos argumentos do crítico sobre Machado e é uma interpretação mais matizada da sociedade contemporânea.

exceção, eles serão acionados na medida em que ajudem a compreender a interpretação que a crítica faz sobre os ensaios e contos de Borges.

A partir desse conjunto de trabalhos, que são *momentos decisivos* das trajetórias dos críticos, uma vez que os tornaram reconhecidos internacionalmente, além de elevarem a uma nova fase a recepção crítica das obras de Machado de Assis e Jorge Luis Borges, pretende-se desenvolver os temas e problemas expostos.

Bibliografia

- ADORNO, Theodor W. *Notas sobre literatura* (Obra completa). Madrid: Akal Ediciones, 2003.
- _____. *Teoria Estética*. Lisboa: Edições 70, 2008.
- ASSIS, Machado de. *Obra completa em quatro volumes*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, v.3, 2008.
- BASTOS, Elide Rugai. Pensamento Social da Escola Sociológica Paulista. In: MICELI, Sérgio. (Org.). *O que ler na ciência social brasileira, 1970-2002*. vol. IV. São Paulo: Anpocs: Ed. Sumaré; Brasília, DF: Capes, 2002.
- _____. Atualidade do pensamento social brasileiro. *Sociedade e Estado*. Brasília, v. 26, n. 2, 2011.
- BENJAMIN, Walter. *Charles Baudelaire: um lírico no auge do capitalismo*. São Paulo: Brasiliense, 2000.
- _____. *Ensaio reunidos: escritos sobre Goethe*. São Paulo, SP: Duas Cidades: Editora 34, 2009.
- _____. *Magia e técnica, arte e política*. São Paulo: Brasiliense, v.1, 2012.
- BLANCO, Alejandro. Ciências Sociais no Cone Sul e a gênese de uma elite cultural (1940-1965). *Tempo Social*. São Paulo: FFLCH/USP, v. 19, n.1, 2007.
- BORGES, Jorge Luis. *Prólogos com on prólogo de prólogos*. Buenos Aires: Torres Agüero Editor, 1975.
- BOTELHO, André. “Passado e futuro das interpretações do país”. *Tempo social*, São Paulo, v. 22, n. 1, 2010.
- _____. Prefácio: “Nacional por Comparação”. In: BRASIL JUNIOR, Antonio. *Passagens para a teoria sociológica: Florestan Fernandes e Gino Germani*. São Paulo: Hucitec; 2013
- BRANDÃO, Gildo Marçal. Ideias e intelectuais: modos de usar. *Linhagens do pensamento político brasileiro*. São Paulo: Hucitec, 2010.
- BRASIL JR., Antonio. O problema de uma “sociologia latino-americana”. *Passagens para a teoria sociológica: Florestan Fernandes e Gino Germani*. São Paulo: Hucitec/ Buenos Aires: Clacso, 2013.
- CANDIDO, Antonio. *Memorial: concurso de Professor Titular de Teoria Literária e*

- Literatura Comparada. São Paulo: FFLCH/USP, 1974.
- ___ . *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos 1750-1880*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2007.
- ___ . *O discurso e a cidade*. Rio de Janeiro, RJ: Ouro sobre Azul, 2010.
- ___ . *Literatura e sociedade*. Rio de Janeiro, RJ: Ouro sobre Azul, 2011.
- CHAKRABERTY, Dipesh. *Provincializing Europe: postcolonial thought and historical difference*, 2000.
- CONNEL, Raewyn. *Southern Theory*. The global dynamics of knowledge in social science. Australia, Allen&Unwin, 2007.
- ___ . “A iminente revolução na teoria social”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. vol.27, n.80, 2012.
- GINZBURG, Carlo. *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- ___ . *Nenhuma ilha é uma ilha*. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2004.
- HEGEL, Georg. W. F. *Cursos de Estética*. São Paulo: Edusp, 2001.
- HELAYEL, Karim Abdalla. *O favor e a sociedade brasileira: a interpretação de Roberto Schwarz*. Dissertação (Mestrado em Sociologia com concentração em Antropologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.
- JACKSON, Luiz Carlos; BLANCO, Alejandro. *Sociologia no espelho: ensaístas, cientistas sociais e críticos literários no Brasil e na Argentina (1930-1970)*. São Paulo: Editora 34, 2014.
- JAMESON, Fredric. *Marxismo e forma: teorias dialéticas da literatura no século XX*. São Paulo, SP: Hucitec, 1985.
- KOSELLECK, Reinhart. “Uma história dos conceitos: problemas teóricos e práticos”. *Estudos Históricos*, 10: 134-146, 1992.
- ___ . *Futuro passado*. Contribuições à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-Rio, 2006.
- LYNCH, Christian. Por que pensamento e não teoria? A imaginação político-social brasileira e o fantasma da condição periférica (1880-1970). *Dados*. Rio de Janeiro, v. 56, n. 4, 2013.
- LUKÁCS, György. *Ensaaios sobre literatura*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1965.
- ___ . *L'âme et les formes*. Paris: Gallimard, 1974.
- ___ . *A teoria do romance*. São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, 2003.
- ___ . *O Romance histórico*. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MAIA, João Marcelo. “Pensamento brasileiro e teoria social: notas para uma agenda de pesquisa”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 24, n. 71, 2009.
- ___ . Ao Sul da Teoria: A atualidade teórica do pensamento social brasileiro. *Revista Sociedade e Estado*. Vol. 26, n.2, 2011.

- MICELI, Sérgio; PONTES, Heloisa. *Cultura e sociedade: Brasil e Argentina*. São Paulo: Edusp, 2014.
- MIGNOLO, Walter. *Historias locais / projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2003.
- _____. A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade. IN: LANDER, Edgardo (org). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina, 2005.
- MIGNOLO, Walter; PINTO, Júlio Roberto. A modernidade é um fato universal? Reemergência, desocidentalização e opção decolonial. In: *Civitas*, Porto Alegre, v. 15, n. 3, p. 381-402, jul.-set. 2015.
- MORETTI, Franco. “The slaughterhouse of literature”. *Modern Language Quarterly*, vol. 61, n. 1, 2000.
- _____. *Atlas do romance europeu: 1800-1900*. São Paulo, SP: Boitempo, 2003.
- _____. *O Burguês: entre a história e a literatura*. São Paulo, SP: Três Estrelas, 2014.
- OLMOS, Ana. “Práctica intelectual y discurso crítico en la transición: *Punto de vista y Novos Estudos* del Cebrap. *Revista Iberoamericana*, Vol. LXX, Núms. 208-209, Julio-Diciembre 2004.
- PALTÍ, Elias José. Apêndice: Lugares y no lugares de las ideas en América Latina. In: *El tiempo de la política: El Siglo XIX reconsiderado*. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 2007.
- PERRONE-MOISÉS, Leyla. Machado de Assis e Borges: nacionalismo e cor local. In: SCHWARTZ, Jorge (Coaut. de). *Borges no Brasil*. São Paulo, SP: Editora da UNESP: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2001.
- QUIJANO, Anibal. Colonialidade do saber, eurocentrismo e ciências sociais. In: LANDER, Edgar (org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais*. Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina, 2005.
- RICUPERO, Bernardo. O lugar das ideias: Roberto Schwarz e seus críticos. In: *Sociologia & Antropologia*, Rio de Janeiro, v.03.06: 525 – 556, novembro, 2013.
- SAID, Edward. *Orientalismo: a Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- _____. *Cultura e imperialismo*. São Paulo, SP: Companhia de Bolso, 2011.
- SARLO, Beatriz. *Paisagens imaginárias: intelectuais, arte e meios de comunicação*. São Paulo, SP: EDUSP, 1997.
- _____. *Siete ensayos sobre Walter Benjamin*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Economica de Argentina, 2000.
- _____. *A paixão e a exceção: Borges, Eva Peron, Montoneros*. São Paulo, SP; Belo Horizonte: Companhia das Letras: Editora da UFMG, 2005.
- _____. *Escritos sobre literatura argentina*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Argentina, 2007.
- _____. *Jorge Luis Borges, um escritor na periferia*. São Paulo, SP: Iluminuras, 2008.

- ___ . “Entrevista com Beatriz Sarlo”. Entrevista concedida a Alejandro Blanco e Luiz Carlos Jackson. *Tempo Social*, vol.21, n. 2, 2009.
- ___ . *Modernidade periférica: Buenos Aires 1920 e 1930*. Tradução de Júlio Pimentel Pinto. São Paulo, SP: CosacNaify, 2010.
- SARLO, Beatriz; ALTAMIRANO, Carlos. *Literatura/Sociedad*. Buenos Aires: Hachette, 1983.
- ___ . *Ensayos argentinos: de sarmiento a la vanguardia*. Argentina: Ariel, 1997.
- ___ . *Conceptos de sociología literária*. Buenos Aires: CEDAL, 1990.
- SCHWARZ, Roberto. “Entrevista com Gildo Marçal Brandão e Louzada Filho”. *Encontros com a Civilização Brasileira*, n. 15, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979.
- ___ . *Memorial* (acompanhando o pedido de reclassificação de Robert Schwarz). Universidade Estadual de Campinas, outubro de 1986.
- ___ . Interview with Roberto Schwarz by Eva L. Corredor. In: *Literatura e Sociedade*. São Paulo: USP, FFLCH, DTLLC, n.1, 1996.
- ___ . A dialética envenenada: Duas meninas na periferia do capitalismo. Entrevista concedida a Fernando de Barros e Silva. *Folha de São Paulo*, Caderno Mais!, jun.1997(a).
- ___ . *Duas meninas*. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 1997(b).
- ___ . *Seqüências Brasileiras*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- ___ . *Ao vencedor as batatas 30 anos: crítica da cultura e processo social*. Entrevista concedida a André Botelho e Lilia Schwarcz. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 67, p. 147-194, 2008(a).
- ___ . *O pai de família e outros estudos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008(b).
- ___ . *Ao vencedor as Batatas: Forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*. São Paulo: Editora 34, 2012(a).
- ___ . *Martinha versus Lucrécia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012 (b).
- ___ . *Que horas são?* São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2012 (c)
- ___ . *Um Mestre na Periferia do Capitalismo*. São Paulo: Editora 34, 2012(d).
- SKINNER, Quentin. *As fundações do pensamento político moderno*. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 1999.
- ___ . “Significado y comprensión en la historia de la ideas”. *Prismas: revista de história intelectual*, Bernal, ano II, n. 4, 2000.
- WAIZBORT, Leopoldo. *A passagem do três ao um*. São Paulo: Cosac Naify, 2007(b).
- WILLIAMS, Raymond. *Cultura e sociedade*. São Paulo: Nacional, 1969.
- ___ . *Marxismo e literatura*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- ___ . *O campo e a cidade: na história e na literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

Modernidade como problema teórico: Max Weber e os intérpretes do Brasil

PAULO HENRIQUE RIGOLIN DE MORAES¹

paulo.rigolin@gmail.com

Resumo

Esta apresentação tem como objetivo discutir o andamento do projeto de pesquisa provisoriamente intitulado “O problema da modernidade: interpretações de Max Weber e imagens do Brasil”, ainda em fase inicial. Temos como objeto algumas obras publicadas entre 1958 e 1975 em que o problema teórico da modernidade aparecem como questão fundante, e que tem Max Weber como um referencial teórico central para tal discussão. Interessam-nos, nesse sentido, os seguintes textos: *Os donos do poder* (1958) e *Machado de Assis: a pirâmide e o trapézio* (1974) de Raymundo Faoro; *Empresário Industrial e Desenvolvimento Econômico* (1964) e *Autoritarismo e Democratização* (1975) de Fernando Henrique Cardoso; *Homens Livres na Ordem Escravocrata* (1969) e *O Moderno e suas Diferenças* (1970) de Maria Sylvia de Carvalho Franco; *A revolução burguesa no Brasil* (1975) de Florestan Fernandes e *São Paulo e o Estado nacional* (1975) de Simon Schwartzman. Embora tenham objetos específicos bastante diversos entre si, o problema da modernidade – ou o da modernização da sociedade brasileira – aparece como questão central para estas obras. Para os autores a referência ao instrumental analítico weberiano está fortemente relacionada à questão da possibilidade de modernização da sociedade brasileira, assim como da identificação das razões históricas de nosso “atraso”. Pretende-se, assim, traçar - num primeiro momento – um panorama da circulação das obras de Max Weber no período que nos interessa, com o objetivo de mapear qual a visão particular sobre o conjunto da produção de Weber emerge, por um lado, e como os conceitos apropriados do autor impactam em um diagnóstico específico sobre a singularidade cultural brasileira, por outro.

Palavras-chave: Max Weber, Pensamento social brasileiro, Modernidade.

¹ Doutorando em Sociologia, orientado pelo Prof. Dr. Josué Pereira da Silva e financiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

GT7

Teorias Sociais não hegemônicas

Produção cultural de periferia e ideia de resistência de Antônio Negri

DALVA REGINA PEREIRA SANTOS¹

dalvacultura@gmail.com

Resumo

O presente texto tem por objetivo investigar a concepção de resistência implícita no trabalho de Antônio Negri, tendo for foco o livro “Império” escrito em parceria com Michael Hardt. Entendido como um novo tratado para o poder democrático, que teria por espaço de operação a multidão, a argumento dos autores nos organiza na direção de um poder constituinte interessado na multiplicidade de formas de vida. O debate proposto é ao mesmo tempo materialista, na medida em que nos alerta para novas maneiras do domínio imperial, e filosófico político por nos apresentar uma composição de subjetividades múltiplas, singulares e auto-organizativas. O que interesse nessa leitura, é a possibilidade de extrair novo conceito de resistência que dê conta, por exemplo, de práticas culturais contemporâneas, brasileiras e, especialmente, periféricas cujo formato de atuação evocam um lugar de contra poder ao mercado e/ou às institucionalidades estabelecidos – como o Estado ou a Indústria Cultural. A problemática central apontado por Negri e Hardt de que nada mais escapa ao controle imperial, tensiona a proposta de uma resistência possível, colocando em cheque não apenas as práticas que se propõe alternativas ao capitalismo, como a própria força da “multidão” exaltada pelos autores. Como adensamento da investigação, me reportarei ao objeto da pesquisa de mestrado – a Agência Popular de fomento à cultura Solano Trindade, que realiza atividades de produção cultural, a partir de práticas da economia solidária, na região do Capão Redondo, zona sul da cidade de São Paulo, e preveem estabelecer novas possibilidades de geração de renda e de produção simbólica.

Palavras-chave: Capitalismo, Resistência, Produção Cultural.

¹ Mestranda em Sociologia, orientada pelo Prof. Dr. Sílvio César Camargo e financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

“O lugar mais seguro é o *front!*” Movimento de mulheres curdas e sua luta anti-colonial feminista

FLÁVIA XAVIER MERLOTTI PANIZ¹

flaviapaniz@gmail.com

Resumo

O trabalho a ser apresentado é parte de meu projeto de doutorado, no qual busco apresentar uma narrativa dos movimentos de mulheres curdas em torno do projeto de construção da nação curda. O projeto de nação-curda tem sido amplamente debatido e disputado pelos principais sujeitos da minha pesquisa, a saber, as mulheres do *front* e as intelectuais e ativistas. Dentre as principais características deste modelo político de nação, intitulado *Confederalismo Democrático*, autogestão, igualdade de gênero e perspectiva ecológica se encontram para fundamentar a luta anti-colonial, anti-estatal, anti-capitalista e secularista deste grupo étnico. Atualmente os povos se encontram em processo de luta por suas vidas e seus territórios nas fronteiras com Turquia, Síria, Irã e Iraque, e se defendem principalmente das forças Nacionais do Estado Turco (Jitem) e o grupo terrorista conhecido como *Estado Islâmico* (Daesh ou ISIS). A discussão teórica que pretendo abordar no projeto se concentra nos debates das categorias negociadas pelas curdas para definir noções globais consideradas hegemônicas, de uma perspectiva própria, a qual venho chamando de temas globais em lutas locais, onde *democracia*, *gênero*, *feminismo*, *Estado*, *nação*, passam a ser reconfiguradas por elas na dinâmica da luta por uma nação curda. Nesse sentido, utilizo teorias de gênero e pós-coloniais feministas como categorias analíticas para delimitar o campo de discussão.

Palavras-chave: Gênero, Feminismo, Oriente Médio, Pós-colonialismo, Nação-secularismo.

¹ Doutoranda em Sociologia, orientada pela Profa. Dra. Mariana Miggiolaro Chaguri e financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

A estrada da sabedoria: a produção de conhecimento no interior do movimento da mulher trabalhadora rural do nordeste (MMTR/NE)

IASMIM DE ARAUJO VIEIRA¹

iasmimva@gmail.com

Resumo

Esta pesquisa busca investigar a produção de conhecimento no interior do MMTR/NE, movimento feminista rural que atua nos nove estados da região Nordeste. Construímos a análise a partir da experiência de formação organizada e desenvolvida pelas trabalhadoras rurais, denominada de Escola de Educadoras Feministas. No âmbito das práticas educativas/políticas, a formação feminista das trabalhadoras rurais se relaciona com a produção de saberes construídos no contato com “os feminismos”. Nestes espaços forjam-se concepções de atuação feminista rural, característica das mulheres da região. Para auxiliar neste intento, recorreremos às discussões sociológicas que fomentam debates sobre produção de conhecimento, a fim de compreender neste arcabouço teórico, quais disputas acontecem no campo do conhecimento, e neste cenário, como o movimento feminista interfere e reloca os debates sobre produção de saberes. Teoricamente nos aproximamos das discussões da sociologia do conhecimento em Mannheim, estabelecendo diálogos com o pensamento pós-colonial na América Latina, principalmente a partir do conceito de colonialidades. A teoria feminista se soma com a crítica às produções de conhecimentos androcêntricos, apontando o caráter localizado dos saberes (HARAWAY,1995). A investigação em desenvolvimento segue a abordagem de pesquisa qualitativa a partir de análises documentais e entrevistas.

Palavras-chave: Produção de Conhecimento, Feminismo Rural, Trabalhadoras Rurais

¹ Mestranda em Sociologia, orientada pela Profa. Dra. Bárbara Geraldo Castro e financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Primeiras aproximações à interseccionalidade de gênero e raça

JULIA DE SOUZA ABDALLA¹

juh.abd@gmail.com

Resumo

Nas últimas décadas, o debate a respeito do entrecruzamento de formas distintas de opressão, especialmente da convergência de gênero e raça, ganha destaque nos movimentos feministas brasileiros e latino-americanos. Consequentemente, torna-se importante a investigação da noção de interseccionalidade, que, por um lado, é cada vez mais empregada e, por outro, ainda guarda certa indeterminação. O texto que apresento nesse Fórum é parte da minha atual pesquisa de doutorado, voltada a compreender a construção da interseccionalidade na militância política de mulheres negras em Campinas/SP. Nele, apresento uma breve introdução à discussão por meio de um balanço de alguns trabalhos de feministas negras, como Patricia Hill Collins, Kimberlé Crenshaw e Lélia Gonzalez, tentando enfatizar aspectos que me permitam construir a relação entre militância política e formação de uma consciência de opressão interseccional entre essas mulheres por meio de experiências sociais específicas, orientadas pela convergência de marcadores sociais de gênero e raça.

Palavras-chave: Interseccionalidade, Feminismo Negro, Militância Política.

¹ Doutoranda em Sociologia, orientada pela Profa. Dra. Bárbara Geraldo de Castro e financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Intervenções

Mesas Redondas

Mesa de Abertura: **Ações afirmativas: propostas de enfrentamento ao racismo institucional**

SILVIA ELAINE SANTOS DE CASTRO

silviascastro@gmail.com

Gostaria de iniciar trazendo uma fala de Beatriz Nascimento, do documentário Ori: "é preciso imagem para recuperar a identidade, tem que tornar-se visível, porque o rosto de um é o reflexo do outro, o corpo de um é o reflexo do outro e em cada um o reflexo de todos os corpos. A invisibilidade está na raiz da perda da identidade." Esta mesa, nesta configuração, enfrenta a violência simbólica racista, de invisibilidade de pensadores e pensadoras negras, oferece a visibilidade negada historicamente. Isso me deixa muito feliz.

Agradeço a presença e a disponibilidade em dividir esta mesa, ao professor Paulino Cardoso e à professora Debora Jeffrey. Aos colegas: Camila Lima, Carol Tresoldi, Jules Ventura, Maria Marta Santos, Carolina Gonçalves, Hyury Pinheiro, Maria José Barros e Letícia Pavaria, com todas as dores e delícias que um evento pode nos proporcionar, dividimos esses momentos para a construção deste Fórum. A disposição da direção do Programa de Pós, composto pelos professores: Michel Nicolau Netto, Mariana Chaguri, Silvio Camargo e Bárbara de Castro e nossa atual representante discente, Júlia Abdala, para compor com os demais discentes este espaço de diálogo, a secretária Priscila Gartier, pela dedicação e atenção, aos funcionários da Unicamp, terceirizados ou não e os demais professores que se dispuseram a colaborar na realização do Fórum, na mediação dos GT's, Obrigada.!

Ao elaborar este ensaio, fiquei refletindo sobre todo o processo educacional que me fez chegar até aqui e a importância desta fala pra mim, para os meus colegas de curso e, em certa medida, para o Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Unicamp. No entanto, confesso que este lugar não é muito confortável, pois demanda muita responsabilidade. Ocupo um lugar conquistado historicamente por este grupo social, do qual eu faço parte, mas nem por isso a minha experiência contempla a nossa complexidade.

Quando pensamos a realização desta mesa, acreditávamos que seria urgente fazer um debate sobre os desafios na implementação de políticas de ações

afirmativas, enquanto propostas de enfrentamento ao racismo institucional, já que a política de cotas é apenas uma das medidas a serem adotadas para inclusão social e para sua efetivação, outras frentes precisam ser consideradas. Conversamos sobre a importância de termos um aluno ingressante pela política na mesa, para ter um olhar sobre esta perspectiva, me convidaram e aqui estou.

Desde então, fiquei pensando sobre algumas questões: como terá sido para os demais colegas, não-cotistas, ingressar neste programa, neste momento? Como terá sido o ingresso deles na universidade? Qual a importância disso na vida deles? Vocês já pararam pra pensar? Refletir sobre isso é uma constante pra mim, e não apenas pra mim. É uma angústia compartilhada com os demais ingressantes cotistas, sobre a nossa importância nesse contexto, o medo de falhar, de não corresponder às expectativas pessoais, às expectativas de professores e orientadores, do Programa, dos familiares. Porque somos poucos e sabemos disso.

Ao mesmo tempo, me parece (posso estar enganada) que não há essa reflexão por parte dos demais não cotistas. Muitas vezes, em algumas conversas, parece que ingressar é apenas mais uma fase da vida escolar. Um relato de algo banal, ou simples, ou até mesmo de desvalorização do lugar que se ocupa, a mim é o que parece acontecer. E isso me incomoda, bastante. Segundo dados divulgados pela Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, apresentado em julho deste ano, publicados no jornal O Estado de São Paulo, a taxa nacional é de 7,6 doutores para 100 mil habitantes, ou seja, isso equivale a menos de 1% da população do país. Notem a importância e o privilégio que isso demanda. Menos de 1%. Não ser o primeiro da família a ingressar em uma universidade, ter como valor primordial a educação e não a sobrevivência, deve fazer toda a diferença na formação intelectual.

Conseguir falar sem ter muita certeza em sala de aula, apresentar um trabalho mais ou menos e continuar sendo visto e entendido como um aluno com potencial por parte dos professores, e não como um “problema natural, ou defasagem educacional do seu grupo ou lugar de origem” também deve fazer muita diferença. O mais intrigante é como professores e professoras tratam essa diferença, quase sempre de forma negligenciada. Essas foram as minhas percepções e impressões ao longo da minha formação universitária. Cenário que vem mudando depois do ingresso no doutorado. Ser tratada com respeito e dedicação, apenas como uma estudante em formação tem sido novo pra mim. Não quero fazer acusações a A ou a B, quero

apenas lembrar a todos os presentes que compomos esta instituição que afirmamos ser racista. Fazemos parte e somos integrantes desta sociedade, que tem esta herança histórica. E o que estamos fazendo com o lugar que ocupamos hoje? Não sei, efetivamente, o quanto a minha produção, ou dos demais colegas cotistas, possam impactar as pesquisas sociológicas de hoje ou amanhã. Mas posso dizer, com toda certeza, que a garantia de entrada de um grupo social que foi excluído da escrita da história do país, da construção do conhecimento da nação é o começo de uma revolução nas vidas de cada um desses indivíduos. São experiências únicas, que impacta de maneiras diversas esses sujeitos e suas famílias.

Penso que o ponto mais importante de todas as políticas de ações afirmativas no ensino superior é a esperança plantada neste grupo social de uma nova história de vida. Quando o sujeito se entende como portador de direitos, como cidadão de fato, e que passa a usufruir dos direitos constitucionais. Neste sentido, qual é a função de uma universidade pública? Quais são os principais assuntos entre os sociólogos no IFCH hoje? Nos corredores, no dia-a-dia, conversamos sobre guerras e desastres em diversas regiões do mundo, mas não observo preocupação sobre algo que vem sendo denunciado pelos movimentos negros como o genocídio da população negra. Por que? Mais de 70 por cento das mortes violentas no país são homens negros entre 15 e 24 anos. Isso não assusta vocês? Reaja ou será morto, reaja ou será morta é uma campanha que existe há dez anos que defende a politização da morte no país.

Quais vidas importam no Brasil? 111 tiros dados pela polícia do Rio de Janeiro, em carro popular onde estavam 5 garotos negros: Roberto de Souza e Carlos Eduardo Souza, 16 anos, Cleiton Corrêa de Souza, de 18 anos, Wesley Castro e Wilton Domingos Junior de 20 anos, que voltavam da comemoração do primeiro emprego de um deles. Uma criança de 10 anos, morta pela polícia de São Paulo. Um estudante negro e gay nos campos da UFRJ, em julho deste ano, Diego Vieira Machado de 30 anos, espancado até a morte. Por que nos calamos? Falar sobre isso é incômodo, eu sei. Trago esses dados para lembrar que o racismo mata todos os dias e que precisamos olhar para esta questão, se caso quisermos garantir a integridade física dos estudantes negros no campus. Pensar que estamos em um ambiente progressista e que é favorável às políticas de inclusão, é ignorar todo nosso passado e os demais institutos e os sujeitos que são contrários à política. Pensamentos que voltaram com toda força após a greve que teve como principal reivindicação a política de cotas na

graduação (ou será que este pensamento sempre existiu?). Hoje o racismo e discriminação vem vestido de defesa da excelência universitária e da meritocracia. Os discentes da sociologia irão se calar diante da candidatura de uma chapa, que se posiciona com esses termos, como legítimos representantes dos pós graduandos no Conselho Universitário?

Gostaria de lembrá-los que não se posicionar é também uma posição política. O ambiente universitário pra mim sempre foi sentido como um não-lugar, um espaço em que não me reconheço, um mal estar constante, infelizmente. Porém, só aqui eu tive acesso à história de pessoas como Luiza Mahin, Tereza Benguela, Maria Felipa de Oliveira, Lélia Gonzalez, Thereza Cristina, Beatriz Nascimento, Luiza Barros, Maria Carolina de Jesus, Nilma Lino Gomes, Conceição Evaristo, Abdias Nascimento, Guerreiro Ramos e tantos outros. Só na universidade que a educação foi libertadora, lugar em que re-constituí minha identidade.

O enfrentamento ao racismo deve ser algo coletivo e cotidiano, demanda de negros e não-negros. Não basta apenas não ter atitudes racistas, é preciso agir, propor o debate entre colegas, cursos de formação com professores e trabalhadores da instituição. Assim, gostaria de encerrar apontando para a importância da constituição de um Núcleo de Estudos Afro-Brasileiro e Indígena pelo Instituto de Filosofia e Ciências Humanas com o objetivo de fomentar, acolher e formar estudantes e pesquisadores para a produção de conhecimento sobre cultura afro-brasileira, africana e indígena, uma entidade de combate ao preconceito e a discriminação racial na Unicamp.

Obrigada!

Mesa de Conjuntura: **Temer o presente? Reflexões sobre a crise brasileira****“Nada novo em 400 homens brancos decidirem o destino do Brasil”**

MÁRIO AUGUSTO MEDEIROS DA SILVA

mariomed@unicamp.br

Fará 100 anos, em 2018, o alerta que o jurista e sociólogo Francisco José de Oliveira Vianna escreveu em seu *Populações Meridionais no Brasil* para aqueles que, cifradamente, eram seus interlocutores. Ele chamava a atenção de seus pares, na introdução do primeiro volume do livro, para que parassem de titubear, como o faziam desde um século antes e assumissem o destino do país. Mais adiante, dentro do livro, o autor aprofundava seus argumentos, afirmando que um dos grandes problemas da organização da vida social brasileira, nos seus quatro séculos de existência, teria sido o controle da *anarquia branca*. Grosso modo, numa terra onde haviam muitos chefes, com diferentes níveis de poder e que o Estado se mostrava ausente ou um lugar em disputa, organizar a classe dominante era urgente, para manter o controle geral.

É curioso que naquele argumento, o rei em Portugal, seu príncipe herdeiro, capitães hereditários ou latifundiários operam todos como chefes de clã. Não irei discutir aqui como de nobres feudais da terra essas figuras passam, no livro, a caudilhos e chefes (portanto, flertando com o banditismo e a ilegalidade). O que importa reter é que, há quase um século, um dos diagnósticos conservadores mais influentes sobre a sociedade brasileira explicitava a necessidade *resolver pelo alto* os problemas sociais. Além disso, se a grande questão era organizar a anarquia branca – e assim, criar formas de solidariedade mais orgânicas, especialmente entre o grupo dominante – a pergunta sobre a parte não-branca da população soa inquietante, não é mesmo? A resposta do nosso autor: a escravidão organizava os negros até 1888. Portanto, não era um problema. Quanto aos mestiços, brancos pobres e o resto, eles compunham o povo. E o povo, nos ensinava Oliveira Vianna, demanda um protetor, um chefe, se ressentido da falta de mando.

Espero que isto cause desconforto naqueles, progressistas e democratas, que nunca leram *Populações Meridionais*. Mas não um desassossego no sentido de jogar no lixo o pensamento deste autor ou de queimá-lo em praça. Isso seria errado e expressão de anti-intelectualismo. E demonstraria, uma vez mais, que nada compreendemos sobre a história e vida social brasileira, especialmente ao não compreendermos as formulações e ações práticas de seu pensamento e atitudes conservadoras ou autoritárias. Existe uma diferença importante entre apostar que a sociedade pode se organizar de maneira autônoma com as expressões da vida civil (associações, partidos, liberdade política etc.) e que ela precisa ser organizada pelo alto e conduzida. Recordo a vocês que nosso autor foi Ministro do Trabalho e organizador de Legislação Trabalhista nos anos 1930 e 40.

Mas o que isso tem a ver com os eventos que se desenrolam imediatamente desde abril de 2016? Algo e nada. Nada para aqueles que acham que investigar a história das ideias é exercício de arqueologia ruim. E também se consideramos que a História é fluxo contínuo e não se repete (não se banha no mesmo rio duas vezes). Mas pode sugerir algo se tentarmos observar a força social das ideias e como, infelizmente às vezes, elas insistem em se atualizar. A História, assim, deixa de ter o sentido de fluxo contínuo, mas de uma luta de interpretação e narrativa, com consequências. Inclusive, positivas para o combate ao conservadorismo e à reação.

Os acontecimentos de 2016 não são apenas eventos corriqueiros e tampouco são resumíveis entre os fatos ocorridos entre 17 de abril (a votação da admissibilidade do impeachment na Câmara Federal) e 31 de agosto (com a decisão do impedimento no Senado). E creio que a compreensão destes eventos, sociológica e historicamente, demandará ainda bastante tempo. Um tempo que é necessário às ciências sociais, mas de que não possuem e nem podem dispor os movimentos sociais, a luta política e os sujeitos atingidos pelo golpe. Eu não farei análise de conjuntura aqui. Procurarei refletir como sociólogo e cidadão com certo vagar. Os acontecimentos de 2016 são um espirro histórico e fazem parte de um processo social mais amplo, cujo balanço pode ser retornado a 1918, 1932, 1937, 1945, 1954, 1964, 1985. A todos os períodos que podemos ver como componentes de *intervalos democráticos* da vida republicana brasileira do século XX. Se são interregnos, a nossa regra, portanto, não tem sido a de conviver bem com a democracia. Pelo contrário: um outro diagnóstico bastante

famoso a nosso respeito, escrito em 1936, vaticinava que, entre nós, a democracia sempre foi um lamentável entendido (*Raízes do Brasil*).

Portanto, se quisermos ser modestos, os eventos de 2016 talvez precisem ser analisados à luz do nosso último intervalo democrático mais ou menos pleno, iniciado com o que se chamou de *Nova República*. Ironia da História: o termo *novo*, pixado no muro de uma casa em Barão Geraldo ou cunhado sobre o período inaugurado por José Sarney é algo esquisito. A República era nova com Sarney como presidente. Nada novo existe no nosso 2016 porque repetimos insistentemente aspectos da nossa história, com velhos personagens, dos últimos trinta anos, que se metamorfosearam diferentes vezes, atuando em papéis à esquerda ou direita, com a esquerda e com a direita, na reta sinuosa que é o centro. Pensemos em Sarney, Collor, Renan Calheiros, Lula, Aécio Neves, Espiridião Amin, Fernando Henrique Cardoso, Celso Bandeira de Mello, Marco Aurélio Mello, Hélio Bicudo e outros tantos personagens políticos revividos seus papéis.

A velha novidade do golpe também se atualiza no que ele possui de mais dramático, enquanto operação. Ele organiza a anarquia branca e ela se expressa na configuração do novo ministério que toma posse como governo interino e posteriormente como governo definitivo. Homens, brancos, velhos, plutocratas e com base social numa parcela dominante da população que viu como ataques mortais em seus privilégios os acenos aos direitos sociais nos últimos 14 anos. Que pararam de flertar com seus inimigos de classe e antigos opositores, assim que estes lhes cortaram benefícios e vantagens, lícitas e ilícitas, denunciadas em mídias várias. 2016 é só um fim do flerte fatal.

O desmantelamento do Ministério da Cultura, da Secretaria Especial de Mulheres, Secretaria de Promoção de Políticas Raciais, do Ministério do Desenvolvimento Agrário, no primeiro dia do governo interino, não são apenas medidas de governo. Elas têm que ser lidas de forma mais incisiva e dramática porque atacam, simbólica e politicamente os sujeitos sociais que tomaram expressão na cena pública inaugurada em 2002 com o PT: negros, mulheres, gays, sem terra, despossuídos, pobres, povo. Vejam: eu não disse que o PT inventou esses sujeitos e suas lutas sociais. Pelo contrário: o partido foi composto por ela e muitas outras. Mas o PT, com seus alcances, limites e dubiedades, os exprimiu na cena política em seus

governos, durante certo tempo. Isso não é pouca coisa e este legado não pode ser esquecido, mesmo para criticá-lo.

Ao organizar a anarquia branca contemporânea, portanto o golpe é uma reorganização da parcela dominante, com apoio enorme de uma parcela intermediária da vida brasileira, que foi às ruas pedir coisas como *intervenção militar, fim da baderna, as instituições de força, a moralidade da justiça etc.* É mais complexo que isso, evidente. Mas esta rusticidade analítica pode ser um ponto de partida para começar a pensar. A via democrática, da disputa de projetos, da luta nas urnas, não foi um pedido constante das ruas, depois de 30 anos de *Nova República*. E a parcela dominante que se organizava gestando o golpe – há quanto tempo não sabemos – soube usar bem o chamado da intervenção, neutralizando-o no instrumento legal e previsto na Constituição Federal, com o impedimento/impeachment. “Tudo foi feito dentro da estrita legalidade”, diz o presidente conspirador constitucionalista. Mas sabemos, cientistas sociais, que entre a letra da lei e a realidade da luta social podem existir oceanos de distância.

Tudo foi feito dentro da lei porque previsto em Constituição. Mesmo que restem dúvida sobre o ponto de partida básico do impedimento – o crime de responsabilidade do Executivo. Este pontapé inicial gera guerras de interpretação. E considero que somente o tempo nos permitirá olhá-lo, cientificamente, em sua dimensão maior. Porém, o tempo necessário da Sociologia e da História não são compassados com o tempo da cidadania. O aqui e agora em que estamos exigem uma tomada clara de posição. Assim, o golpe o é, para mim, porque emerge das sombras da luta política e escarra na boca que o beijou sistematicamente ao longo do presidencialismo de negociata e conciliação permanente desde 2002. Num dos primeiros atos públicos em defesa do governo Dilma, em 18 de março, o ex-presidente Lula discursou na avenida Paulista não para o povo que se encontrava ali – movimentos negros, LGBTT, CUT, MST, MTST, uma classe média de esquerda e movimentos da periferia paulistana. Ele discursava perplexo à parcela dominante que abandonava o barco: “Em meu governo, nunca antes na história deste país banqueiros, empresários, fazendeiros, comerciantes ganharam tanto dinheiro”.

A organização do projeto dominante da classe dominante em torno do golpe, em torno das forças antes anarquicamente conciliadas com seus inimigos de classe, não representa apenas a capitalização do anti-petismo ou a destruição do sentido político

de Lula, Dilma ou as derrotas acachapantes do partido e de outras expressões mais à esquerda da vida política nas eleições municipais de outubro. Isso é menor. Mesmo a liquefação, no presente, do PT enquanto partido é pequena e pouco importante. O grande golpe, o grande ataque, de fato, se revela nos sentidos concretos que este governo tem dado às suas ações. Não é apenas o PT que tem ido para o brejo. Mas, pelo menos, um século de luta social dos que vêm de baixo e que se opuseram historicamente à organização da anarquia branca. São os direitos dos trabalhadores do campo e da cidade, da cidadania que tem etnia, gênero e identidade sexual diversa, dos que vivem à margem de tudo que estão em jogo e sob ataque. Repito: É mais de um século de luta social, se quisermos modestamente marcar com a Abolição e a República o início de mudanças sociais importantes em nossa História, que estão sob ataque: mulheres, negros, gays, operários, camponeses, pobres, periféricos. Todos os que passaram de nomenclatura sociológica para sujeitos de direitos no século XX. Todo o Povo que entrou na cena histórica do século XX, com o pior ponto de partida, como nos ensinou Florestan Fernandes há mais de 50 anos em *Integração do Negro na sociedade de classes*.

Por outro lado, convenhamos. Se nada há de novo em 400 homens brancos controlarem a cena política, isto significa que também nada há de novidade na necessidade da resistência e da luta social. Temer o presente? Não. Enfrentar o presente. Esta foi a tônica dos grupos sociais que estão agora sob ataque e que existiam muito antes do PT. Há algo muito bonito que aparece nas resistências ressignificadas ao golpe, por meio dos movimentos sociais e suas expressões no *facebook*. A frase, por exemplo, “Luto para mim é verbo”. Isso é de uma atualidade e coragem política impressionante. De estado catatônico e paralisia psíquica a palavra passa de substantivo negativo a verbo, portanto, a ação. Lutar é ato, agir, nos dizem os movimentos sociais. A luta social, portanto, a História, não acaba aqui. Se não compreendermos isso, não entenderemos também o contínuo retorno dos sujeitos sociais na História que sobrevivem aos massacres, flagelos, projetos de destruição permanentes. Não é apenas a resistência à mudança que permanece entre nós. Mas também a resistência à resistência à mudança, expressos na organização dos que vieram de baixo e de seus descendentes.

Otimismo da minha parte? Nada disso. Estou sendo o mais sociologicamente cético. A história social é um processo de longa duração e não possui uma

interpretação única. Portanto, é conflitiva, tanto em seu ato como em sua narração. Por outro lado, o drama do presente é que só conseguimos ver o fim imediato, que se estende na ponta do nosso nariz. E parece ser verdade, com a devida proporção, o que dizia Robert Kurz anos atrás, na famosa abertura de seu *Colapso da Modernização*: “Nunca houve tanto fim”! Os direitos conquistados se esboroam todos os dias numa narrativa neutra de austeridade, necessidade, moralidade e combate à corrupção. Nós nos esfacelamos a cada dia com esta narrativa. Mas a História não acaba aqui, não termina conosco, não chegou ao término.

O que fazer? Não tenho receita. Nem um diagnóstico. Isso me leva a pensar o quanto pode parecer que faço parte de uma ciência inútil, como vaticinou o governador de nosso estado meses atrás. Estou apostando num princípio político, teórico e normativo da luta social como motor da História. É só isso. Nenhuma novidade também. De outro lado, na sociedade burguesa de fins e ciência úteis à exclusão do capital, ser inútil tem um quê de resistência. Assim como face à organização da anarquia branca dominante, diferentes formas de resistência foram gestadas nos quatro ou cinco séculos de sociedade brasileira: suicídios e abortos escravos, insurreições, quilombos, associações religiosas camufladas, organizações políticas explícitas, festas populares, música e literatura, ressignificação de mitos e mesmo o riso. Da mesma maneira que face a um governo conspirador cujo lema é “Não pense em crise, trabalhe”, começar a parar para pensar é começar a resistir.

Tudo isso pode soar principista ou assustadoramente vago. Especialmente para uma geração crescida nos anos 2000, em que parecia que os dias serão infinitamente promissores. A História não acaba aqui. Uma cena do futuro se fechou, mas não o futuro. Como dizia um personagem icônico de um filme desta época, “Bem-vindo ao deserto do real”. Bem-vindos, todos nós, ao enfrentamento do real. E este real é complexo, sinuoso, desliza por meio das questões sociológicas, que não compartilham do mesmo tempo da luta política. O tempo da reflexão exige perguntar, por exemplo, por que uma parcela significativa de sujeitos sociais que passaram da nomenclatura sociológica para sujeitos de direitos, como disse lá atrás, se tornaram apoiadores conscientes deste cenário; por que um século de luta social corporificada em trinta anos de vida partidária se liquefez em questão de meses; quais são as bases sociais do conservadorismo da vida política e cultural brasileira que se atualizam e resistem às

mudanças sociais etc. Estas e muitas outras perguntas são convidativas às armas que possuímos, as armas da reflexão. Bem-vindos ao enfrentamento do real.

Muito obrigado pela atenção.